

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: CENTRO MG DA REDE CEDES

**Ana Cláudia Porfírio Couto
Luciano Pereira da Silva
Camila Evelin Roque
Glauce Teixeira Alves
(Orgs.)**



**UTOPIKA
EDITORIAL**

**POLÍTICAS PÚBLICAS
DE ESPORTE E LAZER:
CENTRO MG DA
REDE CEDES**

Organizadores:
Ana Cláudia Porfírio Couto
Luciano Pereira da Silva
Camila Evelin Roque
Glauce Teixeira Alves

2019

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Cidadania
Osmar Gasparini Terra

Secretário Especial do Esporte
Décio dos Santos Brasil

Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS
Washington Stecanela Cerqueira

Diretor do DEDAP
Angelo Roger Aroldo de França Costa

Diretor do DEGEP
Hélio da Costa Ferraz Neto

Coordenador-Geral da CGLIS
Clemente Mieznikowski

SECRETARIA ESPECIAL DO
ESPORTE

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida
Reitora

Alessandro Fernandes Moreira
Vice-Reitor

Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Gustavo Pereira Côrtes
Diretor

Lygia Paccini Lustosa
Vice-diretora

**Centro de Desenvolvimento de
Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES de Minas Gerais**

Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto – UFMG
Coordenação Geral

Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva – UFMG
Coordenação Adjunta

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto

Profa. Dra. Christianne Luce Gomes

Prof. Dr. Daniel Marangon Teixeira

Profa. Dra. Elisângela Chaves

Profa. Dra. Giselle Helena Tavares

Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama

Profa. Dra. Kátia Lúcia Moreira Lemos

Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva

Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva

Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação
UTOPIKA EDITORIAL

P769 Políticas Públicas de Esporte e Lazer: CENTRO MG da Rede CEDES / Ana Cláudia Porfírio Couto, Luciano Pereira da Silva, Camila Evelin Roque, Glauce Teixeira Alves. (orgs.). – Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2019.
176p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-67783-07-9

1. Lazer. 2. Esporte. 3. Políticas Públicas. 4. Financiamento. I. Couto, Ana Cláudia Porfírio. II. SILVA, Luciano Pereira da. III. ROQUE, Camila Evelin. IV. ALVES, Glauce Teixeira.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 11

Leila Mirtes Magalhães Pinto

1. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER DA REDE CEDES DO ESTADO DE MINAS GERAIS 13

Ana Cláudia Porfírio Couto e Luciano Pereira da Silva

2. O TEMPO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE NA VILA DA PAZ/ PROGRAMA JUDICIAL PARA REMOÇÃO E REASSENTAMENTO HUMANIZADO DE FAMÍLIAS DO ANEL RODOVIÁRIO E BR-381 EM MINAS GERAIS 21

Paula Ângela de Figueiredo Paula

3. A DANÇA NOS PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE: TRAJETÓRIA DE PESQUISA 39

Elisângela Chaves e Natália de Oliveira Silva

4. FINANCIAMENTO DE PESQUISAS SOBRE ESPORTE E LAZER NO BRASIL E EM MINAS GERAIS: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES 55

Giselle Helena Tavares, Maria Clara Elias Polo e Letícia Ramos Rodrigues

5. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO E DO ESTUDO SOBRE O FUTEBOL 1980 – 2016 73

Adriano Lopes de Souza, Alexandre Francisco Alves,
Felipe Vinícius de Paula Abrantes, Indiamara Bárbara da Silva,
Luiz Gustavo Nicácio, Marina de Mattos Dantas,
Priscila Augusta Ferreira Campos,
Thiago José Silva Santana e Silvio Ricardo da Silva

6. PESQUISANDO AS ACADEMIAS A CÉU ABERTO: UMA TEMÁTICA DE LAZER SAÚDE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 97

Pedro Augusto Resende Amorim, Kátia Lúcia Moreira Lemos e
Ana Cláudia Porfírio Couto

**7. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER:
LIMITES E POSSIBILIDADES NOS PAÍSES DA COMUNIDADE ANDINA 109**
Christianne Luce Gomes, Luciana Noya e Iuri Cordeiro

**8. A CONSTRUÇÃO DE SABER DOS GESTORES DO
PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE 129**
Hélder Ferreira Isayama, Marcília de Sousa Silva, André Henrique Capi,
Lucilene de Alencar das Dores e Rita Maria Peloso Grasso

**9. ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER:
O CASO DE BELO HORIZONTE/MG 147**
Luciano Pereira da Silva, Brisa de Assis Pereira,
Ludmila Miranda Sartori e Natascha Stephanie Nunes Abade

**10. BOLSISTAS DO CENTRO DE MINAS GERAIS:
A EXPERIÊNCIA ENRIQUECEDORA DE CINCO ESTUDANTES 169**
Gabriele Álvares Silva, Ana Carolina Alves de Oliveira,
Frederico Prado da Silveira, Camila Evelin Roque e Glauce Teixeira Alves

PREFÁCIO

É com imensa alegria que prefacio esta obra organizada pela Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto e pelo Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva – Coordenadora e Coordenador Adjunto do Centro de Pesquisas da Rede CEDES em Minas Gerais –, além das bolsistas Camila Evelin Roque e Glauce Teixeira Alves. Centro sediado na Universidade Federal de Minas Gerais e que conta com a parceria da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade Federal de Uberlândia.

O livro “Políticas públicas de esporte e lazer: Centro MG da Rede CEDES” compartilha os resultados das pesquisas que foram desenvolvidas no período de estruturação e implantação do Centro de MG (2016-2019) pelos seus Grupos de Estudos parceiros. A obra expressa os princípios mais caros e objetivos da Rede CEDES que, em síntese, se comprometem com a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer do País.

As pesquisas aqui socializadas revelam uma ampla abrangência de investigação, reunindo desde estudos de Programas de Esporte e Lazer criados por vários Ministérios do Governo Federal e executados em nossos municípios; e temas da gestão de políticas públicas de esporte e lazer, especialmente, relacionados às questões de orçamento municipal e políticas de financiamento de pesquisas; assim como a questões inerentes às políticas públicas de países andinos; e ao futebol: esporte mais popular no Brasil, com maior número de praticantes e espectadores.

O livro é, assim, uma produção coletiva que aborda considerável parte do universo de tópicos das linhas de pesquisa apoiadas pela Rede CEDES, tais como: a Linha 4: Grupos com necessidades específicas; Linha 5: Observatório do esporte e da atividade física; Linha 6: Gestão do esporte e lazer; Linha 7: Avaliação de políticas, programas e projetos sociais de esporte e lazer.

Com isso, este livro se traduz em uma significativa contribuição aos processos de reelaboração conceitual e análise de experiências de políticas públicas de esporte e lazer, atendendo ao objetivo a que se propôs, ou seja, contribuir com a formação de pessoas para atuação com as políticas públicas de esporte e lazer.

Para isso, as discussões socializadas analisam princípios estruturantes das políticas de esporte e lazer postos em ação, buscando maior compreensão do potencial que tem o esporte e o lazer, bem como dos obstáculos que enfrentam no sentido da promoção do desenvolvimento humano e desenvolvimento social.

Estes estudos contribuem, especialmente, com a formação de sujeitos de todas as idades, despertando-os para a compreensão da sua própria realidade e transformação de ideias, desejos da própria vida e de suas vidas em comunidade por meio de ações voltadas à qualidade de vida pela vivência do esporte e do lazer como direitos sociais conquistados.

Isto é importante, pois, assim como cabe ao Governo Federal atuar sobre a realidade social para a garantia dos direitos sociais – dentre eles o esporte e o lazer –, cabe a Rede CEDES produzir e difundir conhecimentos sobre as realidades das políticas públicas no País, conceitos, questões fundamentais e fundamentos das ações promovidas; cabe também à população apropriar das ações realizadas pelos Programas e Projetos.

Afinal, o Brasil chegou ao terceiro milênio e a trinta anos de promulgação da sua Carta Magna (1988) sendo ainda desafiado pelas necessidades básicas de muitos dos seus cidadãos e, entre elas, as relacionadas ao acesso ao esporte e ao lazer como bens fundamentais que ainda são necessários a grande contingente de excluídos.

Esta tarefa desafia a todos: gestores e outros agentes das políticas públicas, bem como educadores e pesquisadores que receberam como legado a missão de realizar no presente ações que possam fomentar futuro mais promissor para toda população.

Nesse sentido, as investigações socializadas neste livro têm grande potencial para nos ajudar a prolongar o olhar sobre nossa realidade, sobre a identidade dos sujeitos que participaram de nossos programas e projetos, sobre sentidos e ressignificações do lazer em vários contextos, compondo um dossiê de reflexões teóricas, éticas e políticas sobre práticas vividas e suas diferentes dimensões.

E o entrelaçamento das questões aqui tratadas nos convida ao diálogo e à participação na agenda nacional de esporte e lazer, o que implica na interação destes dois setores com vários outros e diferentes mecanismos das políticas públicas.

Este é, a meu ver, o maior desafio aqui posto e a maior riqueza desta obra!

Leila Mirtes Magalhães Pinto

1.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER DA REDE CEDES DO ESTADO DE MINAS GERAIS¹

Ana Cláudia Porfírio Couto
Luciano Pereira da Silva

Introdução

A Rede CEDES é uma ação idealizada pelo extinto Ministério do Esporte que teve início em 2003 como ação programática voltada para o fomento de pesquisas que subsidiassem o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer. O propósito foi congregar esforços junto a instituições e estabelecer centros de estudos e pesquisas de modo a produzir material técnico e científico. No âmbito da gestão pública, a responsabilidade pelo desenvolvimento desta ação esteve no Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersectoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/DEDAP, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/SNELIS.

Após sua criação, a Rede CEDES passou por momentos de expansão e de retração, com o lançamento de alguns editais públicos, mas sem a garantia da continuidade desta política e com alcance limitado, se observada a grande extensão territorial de nosso país. No ano de 2015, a Rede passou por um importante reordenamento: por meio de novo chamamento público, houve a convocação para que as instituições de ensino superior constituíssem centros de pesquisa em esporte e lazer, de modo que a Rede CEDES fosse ampliada e constituída por meio de núcleos que, então, estariam presentes em todos os estados e no Distrito Federal.

¹ Texto escrito tendo como base estruturante o projeto apresentado ao extinto Ministério do Esporte em Agosto de 2015 para o edital: Chamamento Público nº 1/2015/EM/SNELIS/REDE CEDES.

A UFMG, atendendo ao edital, apresentou uma proposta que foi aprovada, possibilitando, assim, a criação do Centro MG da Rede CEDES. Faz-se necessário destacar a relevância da criação o Centro MG e de seus desdobramentos, enfatizando a experiência acumulada da instituição quando se trata do desenvolvimento de pesquisas e projetos no campo de estudos de esporte e lazer, uma vez que a Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG vem, há mais de 25 anos, produzindo conhecimento nesta área, inicialmente com a criação do CELAR (Centro de Estudos em Lazer e Recreação) e, mais atualmente, com a criação do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos do Lazer.

Por sediar um Centro de Pesquisa da Rede CEDES, foram envolvidos diferentes grupos de pesquisa da instituição, além de um grupo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas e outro da Universidade Federal de Uberlândia. Aliada à experiência do proponente (UFMG), evidenciamos a expertise dos parceiros envolvidos, que têm uma longa trajetória no campo das políticas públicas. Em conjunto, os profissionais envolvidos com o Centro possuem atuação diversificada, com destaque para as seguintes ações: desenvolvimento de pesquisas, orientação de trabalhos de graduação e pós-graduação, assessoria de instituições públicas e privadas, ocupação de cargos da administração pública. Os conhecimentos gerados pelo Centro de pesquisa poderão ser incorporados às atividades acadêmicas oferecidas na UFMG e em outras instituições formativas de Minas Gerais, gerando na comunidade acadêmica mineira um interesse maior pelo processo de investigação científica e publicações sobre políticas públicas de esporte e lazer. Outro aspecto a ser salientado refere-se ao incentivo que a UFMG tem conferido à participação dos alunos da Graduação em projetos de pesquisa por meio de atividades curriculares de Iniciação à Pesquisa que conferem créditos aos alunos participantes. Desta forma, esta iniciativa poderá colaborar com uma maior articulação entre o ensino, a pesquisa e a formação profissional.

A experiência, aliada aos saberes constituídos à luz do desenvolvimento de pesquisas, possibilitará a inserção de novos insumos para o incremento das políticas públicas, uma vez que uma das metas de criação do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas da Rede CEDES no estado de Minas Gerais é a de atuar diretamente com gestores públicos, provocando impacto em todas as fases dos ciclos das políticas públicas da área (diagnóstico, planejamento, execução e avaliação).

O Centro MG da Rede CEDES

O Centro MG da Rede CEDES foi criado a partir da aprovação no Chamamento Público nº 1/2015/EM/SNELIS/REDE CEDES do extinto Ministério do Esporte e tem como objetivo central: Criar o CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER DA REDE CEDES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, a fim de estabelecer uma rede de conexão e saberes entre as instituições de ensino superior e grupos de estudos em Minas Gerais de modo a contribuir na formação de gestores e técnicos críticos e atuantes no cenário das políticas de esporte e de lazer.

De modo a organizar a criação do Centro MG e assim possibilitar o desenvolvimento das ações previstas, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- . Desenvolver pesquisas com temas atuais referentes às políticas de esporte e lazer;
- . Estimular o envolvimento de alunos de graduação e pós-graduação nas pesquisas do Centro;
- . Envolver gestores públicos nas ações do centro;
- . Organizar seminários públicos com temas relativos às políticas de esporte e lazer;
- . Organizar reuniões temáticas e periódicas com toda a equipe do centro;
- . Articular parcerias de formação com as Secretarias de esporte e lazer;
- . Articular parcerias de ação junto ao grupo de formadores do PELC;
- . Criar espaços nas redes sociais de divulgação do centro;
- . Divulgar as ações do centro por meio de publicações eletrônicas;
- . Participar dos eventos internos das IES parceiras para divulgação do Centro;
- . Participar de eventos nacionais e internacionais para divulgação do Centro;
- . Articular uma *network* com os Centros da Rede CEDES dos outros estados;
- . Contribuir com a elaboração, execução e avaliação das políticas públicas em esporte e lazer.

O desenvolvimento das atividades do Centro MG se deu a partir das ações previstas para serem desenvolvidas conforme os objetivos propostos. Foram realizadas as seguintes atividades:

- . Disciplina optativa no âmbito da graduação e pós-graduação focada na Gestão e elaboração de projetos sociais, a fim de envolver e sensibilizar os estudantes no tema das políticas de esporte e lazer e consequentemente ampliar a participação de pesquisadores de iniciação científica no âmbito da rede.

- Disciplina semipresencial focada na Elaboração, Gestão, Execução e Avaliação de projetos e políticas sociais para gestores e técnicos de políticas públicas em parceria com PELC.

- Seminário interno Centro da Rede CEDES/MG.

- Seminário anual e público de avaliação do CENTRO com participação dos parceiros do Centro, de gestores e técnicos em políticas públicas do estado de Minas Gerais, alunos de graduação e pós-graduação e gestores das IES.

- Reuniões periódicas trimestrais com toda a equipe do centro.

- Elaboração do *site* e página do *Facebook* do Centro e dos parceiros.

- Boletim mensal eletrônico das atividades do Centro.

- Apresentação das ações do Centro e dos projetos individuais em eventos como congressos, simpósios, seminários e encontros que tenham relação com os objetivos do Centro.

- Publicação de um livro coletivo com os resultados dos projetos envolvidos no Centro, de modo a contribuir teoricamente com a formação de pessoas para atuação com as políticas públicas de esporte e lazer.

- Publicações de artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, de modo a contribuir com a disseminação do conhecimento produzido para todos os interessados.

- Divulgação periódica dos resultados das ações e pesquisas relativas ao Centro no Repositório Institucional Vitor Marinho, por meio de relatórios, artigos e resumos.

As metas para desenvolvimento das ações do Centro estão diretamente vinculadas às propostas de ação conjuntas e individuais de cada parceiro. Respeitando a proposição do cronograma, foram determinadas metas quantitativas que se referem diretamente à qualificação do objeto principal do Centro, qual seja a formação de pessoal técnico qualificado e sensibilizado com as questões das políticas de esporte e lazer no Brasil, em especial em Minas Gerais.

O Centro MG é composto por oito grupos parceiros que desenvolveram pesquisas independentes, mas alinhadas às linhas de pesquisa da Rede CEDES. Além das metas e atividades sistemáticas individuais, cada grupo contribuiu nas ações coletivas do Centro. Nesta obra, é possível, em cada capítulo, conhecer parte do que foi produzido por cada grupo parceiro. Por isso, é interessante listar aqui o nome de cada grupo e o título de sua proposta de investigação:

CENTRO DE ESTUDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER / PUC-MINAS

– Título da proposta: práticas corporais em vilas do programa judicial para remoção e reassentamento humanizado de famílias do anel rodoviário e BR-381, em Minas Gerais;

EDUDANÇA – Título da proposta: A dança nos programas de Esporte e Lazer da Cidade: mapeamento e caracterização das atividades sistemáticas e assistemáticas de 2010 a 2016;

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTE E LAZER/FAEFI/UFU – Título da proposta: políticas públicas de financiamento de pesquisas sobre esporte e lazer;

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE FUTEBOL E TORCIDAS / GEFUT – Título da proposta: Levantamento e análise do desenvolvimento da produção e do estudo sobre o futebol 1980-2016;

GRUPO DE ESTUDOS DE SOCIOLOGIA PEDAGOGIA DO ESPORTE E LAZER/ GESPEL – Título da proposta: pesquisando as academias a céu aberto uma temática de lazer e saúde no contexto das políticas públicas;

LUDICIDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO / LUCE – Título da proposta: o direito ao lazer nas políticas públicas de países andinos: limites e possibilidades da sua concretização;

ORICOLÉ / LABORATÓRIO DE PESQUISA SOBRE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM LAZER – Título da proposta: Esporte, lazer e formação profissional: análise da trajetória e da construção do saber de gestores do programa esporte e lazer da cidade;

NEOPOLIS – Título da proposta: O orçamento municipal e as políticas públicas de esporte e lazer em Belo Horizonte/MG

Considerações finais

Políticas públicas que fomentam a produção e a socialização do conhecimento de determinadas áreas são importantes na medida em que acreditamos que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia é catalisador do desenvolvimento social de um país.

No caso do esporte e do lazer, é notório o fato de que ainda é muito recente a existência de ações públicas voltadas a estas temáticas, sobretudo se desconsiderarmos o esporte espetáculo e de alto rendimento. Em consonância a este fato, também é, em certa medida, restrita a produção de conhecimento sobre tais fenômenos. Assim, as ações do setor, com frequência, caracterizam-se como frágeis, marcadas pela falta de objetivos claros, descontinuidade das ações, pouco efetividade, dentre outros.

A Rede CEDES contribui de forma significativa para a mudança deste quadro. Com o apoio fornecido a pesquisadores e o estabelecimento de uma

rede de colaboração, o conhecimento qualificado sobre políticas públicas de esporte e lazer é produzido e divulgado, ações são avaliadas e recursos humanos recebem formação que pode transformar suas ações.

Nos últimos dois anos, o Centro de Minas Gerais pode ser um dos integrantes dessa Rede. Que os produtos dessa ação possam ser as sementes de outras, sempre com o objetivo principal de contribuir para o desenvolvimento de uma política de garantia de direitos voltada para o esporte e o lazer.

MINI CURRÍCULO DOS AUTORES:

Ana Cláudia Porfírio Couto

Professora Associada III na Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Doutora em Ciência do Desporto – Universidade do Porto/Portugal; Pós-Doutorado em Sociologia do Esporte e Lazer na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia/Portugal. Professora credenciada no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da EEEFTO – UFMG. Coordenadora do Grupo de Estudos em Sociologia Pedagogia do Esporte e Lazer GESPEL.

E-mail: acpcouto@gmail.com.

Luciano Pereira da Silva

Professor Adjunto IV na Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Doutor em Educação pela UFMG. Professor do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da EEEFTO – UFMG. Pesquisador do NeoPolis Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

E-mail: lpereira45@hotmail.com

2.

O TEMPO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE NA VILA DA PAZ: PROGRAMA JUDICIAL PARA REMOÇÃO E REASSENTAMENTO HUMANIZADO DE FAMÍLIAS DO ANEL RODOVIÁRIO E BR-381, EM MINAS GERAIS

Paula Ângela de Figueiredo Paula

Introdução

No segundo semestre de 2016, iniciamos uma pesquisa pelo Centro de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer (CEEFEL) da PUC/MG¹ na Vila da Paz². Esta pequena vila compreende um dos 4 territórios cobertos pelo Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381, em Minas Gerais. A execução e operacionalização

¹ O CEEFEL/PUC Minas, do curso de Educação Física desta Universidade, foi criado em 2003 com a finalidade inicial de desenvolver estudos em políticas públicas de esporte e de lazer, sendo impulsionado pela criação do núcleo da Rede CEDES/Ministério do Esporte nesta Universidade. Inaugurou suas ações ainda em 2006 com o desenvolvimento de sua primeira pesquisa sobre políticas públicas de esporte e de lazer na cidade de Ribeirão das Neves, financiada pela Rede CEDES com apoio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania/PRONASCI do Ministro da Justiça. A ação resultou numa publicação distribuída gratuitamente para todos os municípios envolvidos no PELC/PRONASCI. (NORONHA, 2009). Depois disto, várias outras pesquisas foram desenvolvidas em várias áreas do conhecimento pelos grupos de estudos vinculados ao CEEFEL/PUC Minas. A presente pesquisa visa fortalecer a parceria com a UFMG para a criação do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES - MINISTÉRIO DO ESPORTE/ GOVERNO FEDERAL

² Esta Vila está localizada no Km21 da BR 381, nos arredores dos Bairros Suzana, Universitário e Santa Cruz e tem apenas duas casas que possuem rede formal de energia elétrica.

do Programa judicial é feita através do “Projeto Rondon Minas”, que surgiu em 2003 para evitar conflitos entre os moradores e a ação do Estado, quando da reintegração da área habitacional irregular. Quando nós chegamos à região, a primeira ação do programa, que era a de “selar” os imóveis que deveriam ser desocupados, já havia terminado, isto em 2014. Entretanto, muitas famílias ainda não tinham sido remanejadas e continuavam morando na mesma localidade, em 2017, em condições de moradia e de saneamento muito precárias. Em nossa permanência na vila, descobrimos que, infelizmente, nem todos os brasileiros estão sob a égide dos Direitos Constitucionais porque é justamente o Estado que viola o direito destas famílias quando não cumpre sua promessa de remanejá-las para local adequado.

Nos chamou atenção o fato da Vila estar situada em uma zona de intenso tráfego de veículos, dando a ver a todos que passam o alto nível de vulnerabilidade da comunidade. Isto fez desta Vila um ponto marcado para o despacho de doações de todo tipo, de maneira que muitas famílias só sobrevivem por causa delas. Embora ainda não estivesse definido quando as famílias seriam reassentadas, já era fato preocupante para o poder público, contar com que elas tivessem uma fonte de renda para pagar as taxas de impostos de energia, água e etc., no novo endereço.

Em uma atividade conduzida pelo técnico do eixo sócio educativo do Programa com as crianças, me chamou atenção o fato desta não ter claro um horário nem para seu começo e nem para o fim. Nós fizemos, juntamente com o técnico, o percurso até o local da atividade e vimos acontecer o que ele nos havia dito. O horário de início da atividade é o dele, quando sai percorrendo as ruas da Vila em direção ao local da atividade. Pelo caminho, vai se encontrando com as crianças na rua ou espera que algumas saiam de casa quando o veem passar, de maneira que os limites de início e o término da atividade não são tão definidos assim. Me pareceu que as crianças que participam da atividade tomam o tempo à sua maneira. Eu vi algumas crianças chegarem ao local, muito depois do técnico e vi outras saírem da atividade antes de seu término, sem ao menos se despedirem e não voltaram mais para um final. O técnico nos disse que elas, às vezes, voltam e, às vezes, não... Vimos um grupo de meninos jogando alegremente futebol em um espaço dividido por um pequeno córrego e em terreno inclinado e absolutamente irregular. Pelo que o técnico nos disse, a brincadeira dura o tempo em que a bola não desaparece em lugar impossível de recuperação.

Em relação às mulheres, a atividade de dança circular da qual participamos servia para tudo mais, ou seja, era hora de falar da família, das “modas no bordado e nos crochês” e também fazer propaganda de seus badulaques. A casa funcionava para o grupo como um verdadeiro “Quartel

general”, pois é lugar onde tudo da vila é sabido. São mulheres do lar e seus afazeres domésticos, sem um trabalho formal, mas que, ainda assim, lutam para fazer um “dinheirinho por fora” (sic). Apenas um senhor (que descobrimos depois ser aposentado) participava da atividade. E, na opinião das mulheres, a participação masculina não era por falta de divulgação, mas por “falta de interesse” (sic), apontando para uma questão de gênero.

Para além das visitas à Vila, nós nos baseamos no plano de trabalho de execução do Programa de Conciliação no âmbito da Justiça Federal (2013), que fez um diagnóstico detalhado pelos técnicos do Projeto Rondon. Este estudo revelou uma escassez de oportunidades de vivências culturais lúdicas no território, fato justificado tanto pela insuficiência de locais públicos adequados, quanto pela falta de conhecimentos das pessoas sobre as diversas modalidades esportivas e culturais à disposição na cidade. O estudo revelou também que, embora boa parte da população local soubesse dos horários e dias de recolhimento do lixo, ainda assim, não o descartava de forma correta. Curiosamente, esta prática causava para os habitantes um dos principais problemas da vila quando chovia. O entupimento dos bueiros e bocas de lobo fazia com que o refluxo do esgoto transbordasse para dentro de suas casas. Ora, este fato é exemplar para desconstruir a ideia de que a informação pode mudar o hábito das pessoas, pois elas sabiam quando e como deveriam descartar o lixo mas, mesmo assim, procediam de maneira contrária. Estes dois dados demonstram que há um tipo de conhecimento que é inócuo, pois não provoca mudanças na maneira como deveriam se comportar diante dos desafios postos pela realidade de suas vidas. Se os homens sabiam das atividades e não participavam, e se as pessoas não descartavam o lixo no dia e hora adequados (mesmo tendo conhecimento disso), pensamos em privilegiar a categoria do “tempo-livre” para analisar a constituição da subjetividade na Vila da Paz.

Esta categoria, tão cara à natureza dos estudos do CEEFEL deve ser problematizada se tomarmos o Lazer como um campo de resistência e de luta por conquistas de cidadania. A polêmica divisão semântica do tempo entre um caráter quantitativo (*chronos/kronos*), tido como o tempo disponível das obrigações sociais e outro qualitativo (*kairós*), tido como instante subjetivo privilegiado de vivência lúdica, realiza a clássica dialética filosófica entre o universal e o particular/singular. Esta divisão toca na problematização, sempre de difícil solução, acerca da ontologia do tempo e de como ele é significado pelo ser humano. Por isso, será importante apresentar teorias sobre o tempo para fundamentar nossa análise já que, do ponto de vista dialético, o tempo livre para o lazer só existe porque está submetido ao tempo de trabalho, pois efetiva-se onde este não o invade.

Hipótese de trabalho

Nossa hipótese para o paradoxo encontrado entre saber sobre o dia e hora do descarte de lixo mas, mesmo assim, funcionar como se não soubesse, é o de que o tempo dominante na Vila não é o tempo da produção capitalista, que regula o uso do tempo livre, mas também regula os serviços públicos, como o de saneamento, por exemplo. Uma questão passou, conseqüentemente, a orientar nossa pesquisa: Será que as pessoas que não estão reguladas pelo tempo da produção capitalista, terão constituído uma subjetividade inadequada ao funcionamento do sistema?

Objetivo principal

Analisar os motivos pelos quais o tempo do funcionamento da coisa pública é desconsiderado pelos habitantes da Vila por meio da investigação sobre como dispõem do tempo e quais são suas vivências lúdicas no território.

Objetivos específicos

- Investigar a maneira como crianças/adolescentes e mulheres se apropriam do caráter quantitativo e qualitativo do tempo/espço no cotidiano de suas vidas no território.

- Verificar os impactos que a falta de vivência lúdicas provoca no desejo das pessoas, ao escutarmos as expectativas que tem para suas vidas fora dali. Entendendo que o tempo de trabalho assim como o tempo liberado são partes constitutivas do tempo social, gostaríamos de saber em torno de que as mulheres da Vila da Paz (que são pessoas que não estão convencionalmente inseridos como trabalhadores no mercado), gastam o seu tempo e que atividades laborativas e de lazer costumam fazer no cotidiano de suas vidas.

Público da amostra

Nós decidimos pelo grupo de crianças/adolescentes e mulheres porque a equipe de educação física do Eixo Socioeducativo do Programa de Conciliação realizava atividades recreativas sistematicamente com este público e nós já havíamos estabelecido contato com ambos. Se, de acordo com Marcellino (1987), o lazer é um campo de disputas permanentes pelo tempo livre do trabalho, já que foi conquistado a duras penas pelos trabalhadores, teremos que considerar duas questões ao escutar um público que não está inserido no mercado de trabalho (ao menos no oficial). A primeira coisa é a de tomar o

lazer como um direito de todo cidadão brasileiro e, neste ponto, ele continua como campo de disputa já que, no Brasil, os direitos têm se transformado em bens de mercado. A segunda é a necessidade de se pensar como o lazer é vivido pelas crianças/adolescentes e mulheres da Vila da Paz, considerando as suas funções de descanso, desenvolvimento da personalidade e diversão.³

Desenho metodológico da intervenção

Temos vários tipos de intervenções com grupos que são apropriados à investigação etnográfica. Em Psicologia, encontramos vastas referências de autores que trabalham com grupos, tais como em Bion, Rieckman, Pichon Rivière. No Brasil, temos também a referência de Paulo Freire, com seus círculos de cultura para alfabetização de jovens e adultos. Nesta pesquisa, utilizamos como metodologia de intervenção em grupos um dispositivo de inspiração lacaniana conhecido como “conversação”. Esta metodologia foi testada no FIP (2014-2015) na PUCMG⁴, aprovado na categoria de inovação tecnológica. A conversação é um dispositivo da psicanálise clínica (criado por Jacques-Alain Miller, em 2003), que tem se estendido como psicanálise aplicada a espaços fora das 4 paredes do consultório individual. Não era nosso objetivo inventar mais um tipo de intervenção, aumentando o número dos que já existem, pois pensamos que não é na forma e sim na dimensão da ética de quem conduz os trabalhos que precisamos nos concentrar.

Lacan é definitivo em dizer que a política do analista é a de se colocar na posição de um objeto que cause o outro ao trabalho, “onde faria melhor se situar em sua falta-a-ser do que em seu ser” (LACAN, 1998a, p.596). A proposta de um trabalho com grupos foi chamada por Lacan de “cartel” e está na base do engajamento da sua Escola. A pessoa que conduz os trabalhos do cartel foi

³ Para Dumazedier (1999), a “diversão” são atividades repletas de ludicidade e aquelas que autocondicionadas não trazem o imperativo do trabalho, tendo como foco a atividade em si. Passeios, jogos, rodas de conversa etc., são exemplos dessa dimensão, que de forma quase natural foi absorvida pelo circuito do mercado de divertimentos pagos. A última dimensão do lazer que aponta o autor é a do Desenvolvimento. As atividades autocondicionadas ou submetidas por vontade do sujeito a um hétero condicionamento que tenham como fim o desenvolvimento desse sujeito nas esferas física, mental e espiritual.

⁴ A pesquisa: O desejo do analista e os desafios do controle social na política de saúde municipal de Betim, foi publicada na revista de psicanálise A Peste. v.5, n. 1, 2013. Acessível no endereço <<https://revistas.pucsp.br/index.php/apeste/article/view/27911>>.

nomeada por ele de “mais um”. Esta pessoa deve funcionar como um agente provocador, tendo Sócrates e seu método maiêutico como figura inspiradora, embora mantenha dele certa distância. Enquanto Sócrates sabia de antemão onde deveria levar seus discípulos, o “mais um” não sabe e trabalha como qualquer um do grupo em busca de produzir algo novo.⁵ Este dispositivo visa provocar uma elaboração subjetiva e ao mesmo tempo coletiva que provoque a elaboração de um saber que não seja inócua ao sujeito.

Fundamentação teórica

Neste ponto, devemos deixar claro que utilizamos como fundamento para nossa pesquisa a categoria de sujeito, tal como Jacques Lacan a teorizou. Ele aclimatou a categoria filosófica de sujeito (estranho ao campo freudiano), a partir do estruturalismo linguístico, que introduziu o inconsciente nas ciências humanas, embora o sujeito fosse basicamente ideológico já que, para responder como tal, teria que basicamente se “assujeitar” à estrutura. Para Lacan, a estrutura é sinônimo de linguagem e se define como o sistema material dos significantes de uma língua. Assim, nada escaparia à linguagem e até nossa percepção seria, de saída, organizada por ela. Para a psicanálise, o registro simbólico dominaria o perceptível da realidade.

No primeiro ensino de Lacan⁶, a estrutura se desenrola como “Discurso do Outro” (LACAN, 1998c, p.265), ou seja, compreende todas as regras sintáticas, gramáticas e léxicas da língua materna, pois são elas que definem a universalidade desde Outro. Todos nós temos que nos alienar da linguagem para fazermos laço social. Assim, temos uma dimensão do inconsciente que aparece como trans-individual, como simbólico, onde podemos localizar a função alienante exercida por todas as ideologias. O Outro, assim entendido, é, ao mesmo tempo, invariável no modo de seu funcionamento (no que

⁵ Temos testado os efeitos ético-políticos da função do “mais um” em pesquisas e projetos de extensão, tal como o Parlamento Jovem (coordenado por mim de 2014 a 2016). O texto “O desejo do analista no Parlamento Jovem de Minas Gerais” foi publicado em 2016, na Revista Ciência digital, número 19. Acessível no endereço <<http://minascomlacan.com.br/blog/cien-digital-19/>>.

⁶ Fase conhecida como de retorno a Freud, compreendida pelos textos “Função e Campo da fala e da linguagem em psicanálise” de 1953 e “Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” de 1957.

diz respeito à estrutura da linguagem), mas também é susceptível às mudanças, às rupturas e às subversões históricas. Há uma dimensão histórica do inconsciente que advém dos avanços científicos e retrocessos políticos de toda ordem.

Importante destacar que, para a psicanálise lacaniana, desde sempre, o sujeito teve lugar central. Isso porque a estrutura tem sim poder de simbolização sobre ele, mas o ser humano, por ser “falante”, responde ao apelo desse Outro de maneira singular, ou seja, no nível do sujeito, há um grau de liberdade onde ele pode dar ou não seu consentimento às leis da estrutura. O sujeito, para Lacan, é o da enunciação, é o sujeito quando toma a palavra para dizer de si, embora desconheça o que diz. Desta maneira, os termos sujeito e subjetividade parecem se delinear como distintos. O sujeito, que rigorosamente não muda a forma de se ligar a estrutura e um Outro que muda e faz repercutir suas mudanças sobre os outros termos da estrutura, notadamente sobre o Eu do sujeito. Então, temos o Eu (equivalente ao indivíduo) e o Outro que, enquanto lugar da linguagem, dá as coordenadas da subjetividade de acordo com posições ideológicas e valores culturais que se tem em comum em uma determinada época e lugar. As relações entre o Outro do discurso e o sujeito falante são dialéticas de maneira que, qualquer que seja o apoio encontrado por Lacan na linguística ou na lógica para construir e formalizar seu conceito de sujeito, jamais retirará dele suas coordenadas históricas e culturais.

Do ponto de vista sociológico, vale lembrar que Émile Durkheim (1978) teorizou sobre o papel central que o tempo tem como organizador do modo de vida de um determinado grupamento. Em seu texto “As formas elementares da vida religiosa”, Durkheim diz que o tempo social paira sobre o tempo particular de cada membro do grupo, da mesma forma que a cultura comum paira sobre as crenças pessoais e as individualidades de cada um. Importante a observação do autor quando conclui que será em função desse tempo social que o grupamento irá se organizar enquanto desempenha suas atividades e seus ritos. Isto significa que estávamos desafiados a investigar sobre o tempo social dos moradores da Vila da Paz, buscando através das crianças, adolescentes e mulheres informações sobre como a vida deles era regulada.

De acordo com Sue (1995, p.42) o sistema temporal de uma sociedade se articula em tempos sociais distintos, tal como foi o caso do tempo sagrado na sociedade primitiva, o religioso na Idade Média e do tempo de trabalho nas sociedades industriais. É preciso lembrar que o critério que define que um tempo social seja considerado dominante está ligado ao tipo de atividade laborativa que garante a sobrevivência material do grupamento, reconhecido como tal pelos membros que o compõem. (AQUINO; MARTINS, 2007)

Norbert Elias afirma que

[...] a autorregulação segundo o ‘tempo’ que se encontra em quase todas as sociedades em estado avançado, não é nenhum dado biológico, ou seja, não parte de uma natureza humana. A subjetividade não se constitui por nenhum dado metafísico, mas sim de uma sobredeterminação social. A estrutura da personalidade dos homens vai se desenvolvendo socialmente alienada às coordenadas simbólicas que, como tal, é uma parte integrante de todos os sujeitos (1997, p.163).

Dumazedier (1976, 1999) nos ensinou que o tempo livre só passou a ter sentido com a mudança da lógica social do tempo religioso para uma lógica do trabalho capitalista e sua produção. Deixaremos de abordar aqui a confusão suscitada após a produção de Dumazedier entre o conceito de tempo de lazer e de tempo de ócio, haja vista a amplitude e os sentidos que o termo ócio tomou. Quando nos reportamos às primeiras atividades desempenhadas pelo homem em sociedades onde ainda não se detinha uma palavra para designar trabalho, as atividades exercidas pela sociedade envolviam grande prazer criativo, ludicidade e experiência pessoal, características que definiam o ócio (AQUINO; MARTINS, 2007).

Elias (1997) propõe que o tempo pode ser apreendido sob vários ângulos sem que estes se anulem enquanto saberes específicos. Para nossos propósitos, utilizaremos da psicologia, da psicanálise, da filosofia e da sociologia, embora Isaac Newton, citado por Martins e Zanetic (2002), teorize o tempo e o espaço como dimensões do universo, às quais tudo está submetido, inclusive nós próprios. Para Newton, tempo e espaço existiam absolutamente e se faziam independentes, inclusive dos sujeitos, pois eram dimensões universais.⁷

⁷ Importante deixar aqui a concepção do tempo segundo a biologia. De acordo com Araújo (2007), ele é, antes de tudo, perpassado por uma matriz positivista, impresso logo no nome de seu campo do saber que é Cronobiologia. O nome faz referência a Cronos, aspecto temporal exato e quantificável que está alinhado ao modelo físico do tempo. É entendido enquanto uma relação dos ritmos biológicos, que são as oscilações repetidas em tempo determinado por esse organismo, sincronizados aos acontecimentos externos a partir da relação desse ritmo biológico e de fatores ambientais e sociais. A incorporação desta disciplina no saber médico já é um fato consumado, pois como demonstra Araújo (2007), o Ministério da Previdência e Assistência Social, declara: a nova lista das doenças profissionais e outras doenças relacionadas com o trabalho. Nesta lista incluem-se: a) Transtorno do ciclo sono/vigília devido a fatores não orgânicos (F51.2, Grupo V da Classificação Internacional de Doenças 10- Transtornos mentais e do comportamento relacionado com o trabalho), b) Distúrbios do ciclo sono-vigília (doenças do sistema nervoso relacionadas com o trabalho) – CID 10, G-47.2.

Em contraponto a dimensão universal do tempo, Kant (1996), que é um filósofo idealista, pensa o tempo como uma condição a priori do nosso modo humano de receber informações através dos sentidos. Em Kant, espaço e tempo pertencem unicamente à forma da intuição e, conseqüentemente, à constituição subjetiva do espírito. Assim, nem espaço nem tempo existiam de fato e só podem ser predicados às coisas em virtude de nossa constituição subjetiva.

Segundo Kant, os estados mentais não podem ser conhecidos tais como são em si, mas simplesmente tais como aparecem ao senso interno (KANT, 1996, p.62-63). Toda experiência, tanto a interna quanto a externa, só nos dá a conhecer objetos tais como eles aparecem para nós, pois depende não só do caráter do objeto como daquele do sujeito e de sua receptividade.

Em seu texto “Crítica da razão pura”, Kant (1996) distingue dois troncos do conhecimento humano: a sensibilidade, que é faculdade passiva pela qual nos são dados objetos, e o entendimento, faculdade ativa pela qual são pensados estes objetos. A sensibilidade nos fornece intuições, representações singulares que se referem imediatamente aos objetos particulares. Portanto, o entendimento produz conceitos, representações gerais que se referem sempre a outras representações (e mediamente aos objetos).

A concepção de Freud a propósito da relação do inconsciente com a consciência é nitidamente kantiana. Para Freud, a consciência é um “órgão sensorial” que detecta qualidades psíquicas e processos de pensamento (FREUD, 1982a, p.547). Freud estabelece uma íntima conexão entre percepção e consciência de maneira que esta funciona como um sistema específico do aparelho psíquico responsável pela percepção do mundo exterior com todas as informações sensoriais. As percepções são inicialmente inconscientes (pré-conscientes) e é a consciência que vai distinguir se a percepção é real ou se é um traço de memória alucinatório. Ela faz isso através da experiência de prazer e de desprazer, ligadas aos estados de tensão no psiquismo (FREUD, 1982b). A vivência dos contrários (satisfação e dor), provocam, respectivamente, o desejo e a defesa primária do Eu, que se produz automática e inconscientemente. A consciência é, então, para Freud, consciência da percepção do mundo externo, consciência dos estados afetivos do *continuum* prazer-desprazer, e consciência de uma parte dos processos psíquicos do próprio sujeito.

Como a consciência capta tensão e alívio, abarcando o prazer e o desprazer, perante o qual toma-se a decisão de evadir-se da tensão ou transformar sua natureza, um tempo sem alterações ou sem qualidades não permite ao sujeito aprendê-lo, deixando-o imerso na indiferenciação. A variação no tempo se liga à experiência de vida e a repetição se liga à experiência de morte. Captar este pulso determina a apreensão do viver.

Lembremos que a música (a arte do tempo por excelência) pode ser definida como o fenômeno de variação sobre um fundo constante. Lembremos também que a repetição, por sua presença, determina paralisia e, em consequência, elevação de tensão. A variação, na medida em que reintroduz movimento, resolve o desconforto. Isto quer dizer que repetição, por sua vez, nos dá localização, propõe o campo onde a variação poderá existir.

Desenvolvimento da pesquisa

Para encontrarmos com o grupo de crianças e adolescentes e o de mulheres, agendamos com os técnicos do Programa. No dia do encontro, tivemos o cuidado ético de lhes explicar o motivo de nosso trabalho e pedimos permissão para gravar as conversações. Além disto, nós fotografamos os produtos do trabalho realizado para posterior análise. A proposta foi submetida ao Conselho de Ética da PUCMG e inscrito na Plataforma Brasil, cumprindo com todas as exigências éticas para uma pesquisa desta natureza.

As conversações com o grupo de crianças e com o de mulheres foram gravadas e transcritas para procedermos à análise do discurso que, de acordo com Minayo (1996) e Bardin (1977), é balizado por duas fronteiras: de um lado, a fronteira da linguística tradicional e, do outro, o território da interpretação, que está no campo da hermenêutica. Para proceder a este tipo de análise, utilizamos das referências teóricas acima apresentadas vindas da Psicologia, da Filosofia, da Psicanálise e da Sociologia.

Para provocar a conversação, utilizamos do protocolo do orçamento-tempo⁸ para investigar sobre o uso e a divisão do tempo no dia de semana e no fim dela. No grupo de mulheres, cada uma recebeu um protocolo a ser preenchido, respeitando-se a legenda de cores e atividades, tal como ele foi adaptado. Elas usariam as cores para discriminar as atividades laborativas e de lazer feitas durante o dia anterior ao do nosso encontro. Nesta pesquisa, também investigamos os equipamentos existentes no território e qual o acesso que tinham a eles, mas esta análise está em outro livro.⁹

⁸ O “orçamento-tempo” é um instrumento adaptado por Vania Noronha e Leila Mirthes S. M. Pinto de SZALAI, Alexander. The use of time. Haia: Mouton, 1972. O instrumento é usado como estratégia metodológica nos cursos de especialização em lazer oferecidas pela EEFUFMG e está em um texto escrito para fins didáticos por Vania Noronha de 2001.

Para dar chances de todas as crianças e adolescentes do grupo¹⁰ se expressarem, nós o convidamos a tomar a palavra para nos dizer sobre como tinha sido seu dia de véspera ao nosso encontro. Então, começamos assim: você levantou, escovou os dentes e... Apresentamos aqui um recorte da pesquisa através de 3 casos (o de uma menina, um menino e de uma mulher) que nos pareceram paradigmáticos da subjetividade na Vila da Paz.

A menina falante

Esta menina tomou este nome porque foi assim que ela se apresentou ao tomar a palavra para nos dizer do seu cotidiano. Mesmo que suas vivências não difiram muito da dos demais, ela responde tão prontamente ao nosso convite para contar a história de seu dia, que deixa transparecer sua satisfação. Não é difícil se encantar por ela. Nós fizemos circular a palavra para dar chances de outras pessoas falarem, o que, com certeza, a contrariou.

A “menina falante” tem 8 anos e diz, quase que de um só fôlego que, se não está na escola, está brincando de comidinha “com as coisas que a mãe não usa” (sic). Brinca de cavalinho quando a “gente sobe em cima de alguém e vai andando” (sic). Pelo que conta esta “menina-falante”, tem família composta de padrasto, mãe e irmãos, o que faz dela uma criança que se localiza em um lugar de sujeito. Ela diz que: “brinco muito de boneca, rouba-bandeira” e “também de polícia e ladrão”, “papagaio” (sic). Outras brincadeiras clássicas são lembradas como pega-pega, esconde-esconde, bola, queimada. Ela nos dá a entender que mora em uma casa precária, pois o quintal onde brinca “é a rua mesmo” (sic). Ela deixa em sua fala a presença da mãe e a identificação com seu gênero e, no dia anterior, tinha acompanhado a mãe e a avó à igreja. A menina falante está com uma roupa limpa e chinelinho, tem os cabelos presos em duas “maria-chiquinhas”, dando-nos a ver e a ouvir que tem uma família que lhe dá referências afetivas de cuidado e segurança.

⁹ Consultar a pesquisa completa no livro “Lazer em Vilas do programa Judicial para remoção e reassentamento humanizado de famílias do anel Rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte/Minas Gerais”, organizado por ZINGONI, Patrícia. Belo Horizonte: São Jerônimo, 2018.

¹⁰ Composto de 7 crianças e 5 adolescentes, sendo criança até 12 anos e adolescente a partir desta idade. A média de idade entre as crianças foi de 8, 14 e dos adolescentes de 12,4.

O menino “facinho”

Este menino tem 8 anos e se apresenta como se não tivesse ninguém por ele. Está muito sujo, sem camisa, descalço e os dentes da frente cariados. Nós já o tínhamos visto um dia, brincado em cima de um colchão na rua com sua irmã menor, longe da companhia de qualquer adulto. Antes de começarmos a conversação, ele nos demandou muita atenção mas, durante o trabalho, ficou junto com os adolescentes, que também não se expressaram. Quando foram perguntados sobre o que tinham feito no dia anterior, disseram não se lembrar.¹¹ Este menino nos disse que, ao invés de ir à aula, foi pedir esmola com os amigos no sinal. Sua liberdade para estar nas ruas, seu descompromisso com a escola e sua falta de cuidado pessoal, revelam um total abandono dos pais. O “menino facinho” tomou este nome porque, ao ser perguntado se achava difícil fazer “o trabalho” de pedir esmola no sinal, retruca dizendo que não, “é facinho”. Mas, o que nos surpreendeu muito foi o fato deste menino não saber a data de seu aniversário, ficando na dependência de quem o conhecia dizer.

Este mesmo “menino facinho”, que prefere esmolar a ir à escola, nos revela sem o dizer, o quanto o trabalho intelectual, ou seja, o trabalho do pensamento, é difícil para ele. Podemos entender as dificuldades escolares que ele encontra se tomarmos a contribuição de Piaget sobre o desenvolvimento da inteligência. A inteligência se engendra desde as experiências sensório-motoras na mais tenra idade até a instauração do pensamento formal, ou seja, pensamento sob hipóteses. A estruturação espaço-temporal é um conceito fundamental do desenvolvimento psicomotor para a aquisição do esquema corporal e da lateralidade. Na falta dessa estruturação, alguns distúrbios psiquiátricos e dificuldades podem aparecer na aprendizagem da leitura, na escrita e na aquisição do raciocínio matemático. Na leitura a criança irá confundir letras que diferem quanto à orientação espacial (b/d, q/p); terá dificuldade em respeitar a ordem das letras na palavra e das palavras na frase (brasa/barsa) e não respeita a direção horizontal do traçado. Na escrita, não respeitará os limites da folha e, na matemática, não entende o valor zero quando ocupa lugar à esquerda e à direita do número (COSTE, 1997, p.52-62).

¹¹ Quando o sujeito se demite da fala e se recusa a pensar, temos uma expressão da pulsão de morte, que ao exigir satisfação se opõe à lógica do desejo inconsciente. Lacan afirma que o último termo de toda pulsão é a morte. "A pulsão de morte é a pulsão, pura e simples" (LACAN, 1964/1988, p. 174) da qual a pulsão de vida seria um desvio.

Podemos inferir que, o menino “facinho” ainda não apreendeu o tempo da própria vida. Para tal, seria necessário introduzir variações de qualidades em sua vida já que vive em um tempo amorfo de pura constância, deixando-o imerso na indiferenciação de si. De acordo com Coste (1997, p.53) o tempo subjetivo está marcado pela maneira como cada um aprende simultaneamente a duração, a ordem e a sucessão.¹² Para a criança, mais que para o adulto, é impossível abstrair a duração de seu conteúdo, ou seja, o tempo é o “tempo passado em” e não uma duração abstrata. Assim, 15 minutos passados com algo que dê prazer passam rápido e, com algo penoso, parecem longos. Quando a compreensão da ordem é muito difícil para a criança, pois supõe a comparação de duas durações que tenham naturezas diferentes, ou seja, é preciso variação. Para incorporar a sucessão do tempo, a aquisição da linguagem é fundamental. Só ela dá ao sujeito a possibilidade de reconhecer um dia da semana, se é manhã tarde ou noite, indicar o dia do seu nascimento, mês do ano, dias e até a hora.

Sabemos que a escola realiza uma operação simbólica que decide quem conseguirá reproduzir o sistema capitalista e quem o emperrará. Nós sabemos que a vida deste menino na escola deve ser muito difícil. Ele precisaria de uma atenção maior para não ser capturado pela vida “fácil” do tráfico ou do crime. Seria necessário que alguém pudesse escutá-lo, pois quando as coisas não podem ser significadas para chegar à palavra, ou pelo menos a um grito de dor, só resta ao sujeito desinvestir do desejo e da esperança. Lacan (1998b, p.376) diz: “acaso não sabemos que nos confins onde a fala se demite, começa o âmbito da violência, e que ela já reina ali, mesmo sem que a provoquemos?”.

A mulher realidade

Esta era a mulher mais nova do grupo, 34 anos, casada com um homem de 63. Ela se mostrou muito resistente em dizer de coisas que ela gostaria que tivessem no território onde fossem morar. Insistia em dizer que se deveria concentrar naquilo que fosse essencial à sobrevivência, dizendo que era luxo querer coisas como uma piscina, academia e um cinema, por exemplo. Quando ponderamos sobre o direito de todo cidadão usufruir desses

¹² De acordo com o Dicionário Aurélio (1986, p.1624), por sucessão entende que é uma “série de fenômenos ou fatos que se sucedem e são normalmente ligados por uma relação causal; seqüência de pessoas ou de coisas que se sucedem e/ou se substituem ininterruptamente ou com pequenos intervalos”.

equipamentos, ela não deixou de nos chamar à realidade condição financeira das pessoas de classe “mais baixa”. Foi porque nos disse, de forma literal, que deveriam viver na realidade e não na fantasia que lhe demos esse nome.

Nos chamou atenção o fato desta “mulher-realidade” estar completamente identificada a um real ligado à sua classe social. Esta identificação acontecia na Idade Média, por exemplo, quando não era dada às pessoas que nasciam na condição de servos ascenderem socialmente. Como o tempo dominante era o da religião, o destino de cada um era dado desde sempre por Deus e, por isto, não era sensato desejar nada que não lhe tivesse sido destinado. A psicanálise nos ensina que o desejo é efeito da relação do sujeito com o Outro (social), e este Outro está ligado às experiências materiais da vida. Assim, ao escutarmos esta “mulher-realidade” do alto de seu juízo nos dizer tudo isto, nós nos perguntamos se o incentivo ao desejo, tal como o fizemos, não é inócuo, estéril e até irresponsável de nossa parte.

O sujeito de nossa contemporaneidade tem encontrado na cultura do consumo condições para se recusar a pensar em como encontrar soluções para seu desamparo existencial. No caso da classe média, esta recusa é compensada com o consumo frenético de objetos e, no caso dessas mulheres da Vila da Paz, é o anestesiamento do desejo ou a sua total paralização.

Pequena conclusão

Norbert Elias (1997) nos ensina que, a estrutura da personalidade dos homens vai se desenvolvendo socialmente alienada das coordenadas simbólicas de uma determinada época que, como tal, é uma parte integrante de todos os sujeitos. Na Vila da Paz, podemos afirmar que a vida social das crianças, adolescentes e mulheres é regulada pelo tempo da escola, para os primeiros, e o da igreja, para as segundas. Nos fins de semana ou quando a escola não funciona, crianças e adolescentes estão brincando na rua, desprotegidos da convivência com um adulto que se responsabilize por ele, vendendo coisas no trânsito e se expondo a todo tipo de perigos.

Podemos dizer, alinhado ao pensamento de Sue (1995), que a Vila convive simultaneamente com o tempo de trabalho das sociedades capitalistas (pois todos os serviços públicos estão sob esse domínio), mas também com um tempo religioso que, através de suas evangelizações, ocupam a vida das mulheres e das famílias. Como as mulheres não estão envolvidas com nenhum tipo de atividade laborativa que garanta sua sobrevivência material, elas orbitam as atividades promovidas pelas igrejas existentes no território.

Ser capaz de desejar e ser capaz de fazer o desejo acontecer não é para qualquer um. A capacidade de fazer um sonho acontecer depende das condições estruturais de cada sujeito. Nós nos perguntamos, depois do encontro com essas pessoas, se elas têm encontrado, ao longo de sua existência, condições para mudar da posição de vítimas para a posição de sujeitos desejantes. A paralisia do desejo acontece por vários motivos, e cada um de nós inventa um jeito para lidar com seu destino de acordo com os recursos simbólicos que tem. Os jovens costumam lutar contra as condições que lhes impede de consumir das maneiras mais violentas. Eles irão buscar possuir as coisas na condição de sujeitos que trabalham no tráfico ou vendem produtos no trânsito ou na condição de objeto, esperando, sempre infantilmente, que o Outro proverá, seja ele Deus, seja o Estado.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. de O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v.7, n.2, p.479-500, set. 2007.
- ARAÚJO, J. F. **O que é cronobiologia**. [S.l.]: [s.n.], 2007. Disponível em: < <http://www.cb.ufrn.br/~araujo/textos/texto1.doc> >. Acesso em: 11 jan. 2007.
- FERREIRA, A. B. de H. Sucessão. In: FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- COSTE, J. **A psicomotricidade**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (7ª Vara). Processo n. 57367-09.2013.4.01.3800. **Plano de Trabalho de execução do Programa de Conciliação no âmbito da Justiça Federal**. Belo Horizonte, 17 de dez. de 2013.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FREUD, S. **A interpretação dos sonhos (1900)**. Rio de Janeiro: Imago, 1982, v.4-5. (ESB).
- FREUD, S. **Projeto para uma Psicologia Científica (1895)**. Rio de Janeiro: Imago, 1982, v.1. (ESB).
- KANT, E. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).
- LACAN, J. A direção da cura e os princípios de seu poder (1958). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a, p.591-651.
- LACAN, J. Ciência e verdade. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b, p.869-892.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c, p.238-324.
- LACAN, J. O seminário. In.: LACAN, J. **Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. Trabalho original publicado em 1964.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.
- MARTINS, A. F.; ZANETIC, J. Tempo: esse velho estranho conhecido. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.54, n.2, p.41-44, out./dez. 2002. Disponível em < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000200029&script=sci_arttext >. Acesso em: maio 2017.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- NORONHA, V. **Lazer: conteúdos culturais, tempo e atitude lúdica**. [S.l.]: [s.n.], 2001. Texto de circulação interna escrito para fins didáticos.
- NORONHA, V. (Org.). **Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir da pesquisa em Ribeirão das Neves-Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s.n.], 2009. 176p.
- SUE, R. **Temps et ordre social**. Paris: PUF, 1995.
- ZINGONI, P. (Org.). **Lazer em Vilas do programa Judicial para remoção e reassentamento humanizado de famílias do anel Rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte/Minas Gerais**. Belo Horizonte: São Jerônimo, 2018.

MINI CURRÍCULO DO AUTOR:

Paula de Paula – Professora de educação física pela EEFUFMG. Psicóloga pela PUCMG. Mestre em treinamento esportivo pela EEFUFMG e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. É psicanalista praticante e docente da Faculdade de Psicologia e do Curso de Educação Física da PUC-Minas.
E-mail: pauladepaula@uol.com.br

3.

A DANÇA NOS PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE: TRAJETÓRIA DE PESQUISA

**Elisângela Chaves
Natália de Oliveira Silva**

Dentre as possibilidades de investigação das apropriações da dança no mundo contemporâneo, sua presença como atividade e/ou conteúdo nos projetos sociais no Brasil apresenta uma interessante potencialidade para pesquisas em suas mais diversas formas de existência, sistematização, intenções e propostas. Os projetos sociais são um rico espaço para reflexão, experimentação e desenvolvimento de práticas corporais idealizadas como alternativas de promoção de inclusão social e alternativas educacionais em combate ao quadro de desigualdades em nosso País.

Em atenção a estas demandas, o Grupo de Pesquisa EDUDANÇA, vinculado a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG, busca fomentar um espaço acadêmico de debate, estudo e produção de conhecimento sobre a dança e suas relações com a Educação Física, a Cultura, a Educação e o Lazer. Interessa-nos o desenvolvimento de pesquisas que investiguem as apropriações da dança para além de sua concretização artística, que explorem também suas dimensões socioculturais enquanto fenômeno lúdico, político e identitário. Segundo Maria do Carmo Saraiva (2012),

A questão da sensibilidade humana, frequentemente colocada nos limiares do processo histórico-cultural pela produção do conhecimento, é de suma importância para entendermos possibilidades de interação entre as vivências da dança e as efetivas experiências estético-expressivas para todas as pessoas, sem distinção de gênero, etnia, religiões, deficiências, entre a dança e as possibilidades de todos os corpos”. (SARAIVA, 2012, p.15).

Aos projetos sociais, de forma genérica, vincula-se a ideia de construção da cidadania, geralmente com iniciativas organizadas para fruição do tempo livre dos frequentadores, muitas vezes em parceria com as escolas e contam, em grande parte, com a participação de organizações não-governamentais (ONGs), a partir de financiamento de origens privadas diversas (oriundas de fundações internacionais ou nacionais) ou de recursos públicos. Alguns destes projetos objetivam a educação para o tempo livre, o que, segundo Melo (2008, p.14), busca apresentar alternativas ao que é massificado pelos meios de comunicação, constituindo-se, fundamentalmente, como um processo de educação das sensibilidades. Nos últimos 14 anos, no âmbito das políticas públicas, o governo federal brasileiro, através de diferentes ministérios como da Educação, do Esporte e da Cultura, ou mesmo por outros poderes públicos vinculados às esferas estaduais e municipais, destinaram recursos através da abertura de editais para o desenvolvimento de ações de intervenção social. Ação política constante nos governos Lula e Dilma.

Através da Chamada Pública 1-2015, do Ministério do Esporte do Brasil, com a abertura do edital de financiamento para pesquisas pela Rede CEDES¹ que criou 27 Centros de Desenvolvimento de Pesquisas sobre Esporte e Lazer, o Edudança juntou-se à proposta de criação do Centro Mineiro da Rede CEDES e, dessa forma, elaboramos um projeto de investigação com objetivo de realizar um mapeamento da Dança enquanto prática desenvolvida no PELC de 2010 a 2016. Nosso intuito era o de buscar identificação e caracterização de como a dança estava sendo apropriada neste programa de esporte e lazer, levando em consideração o desenvolvimento de atividades sistemáticas (trabalhos contínuos e periódicos) e assistemáticas (tais como

¹ A Rede CEDES também é um programa do Ministério do Esporte executado pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) do Ministério do Esporte, por meio do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais (DEDAP) e a Coordenação Geral de Lazer e inclusão Social (CGLIS), com o apoio da Coordenação Geral de Acompanhamento da Execução (CGAE) do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (DGEP). Criada em 2003, a Rede CEDES cumpre um papel importante no atendimento aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Esporte (2005). Tem como referência o art. 217 da Constituição Federal 1988, que trata do dever do Estado de fomentar práticas desportivas formais e não formais e de lazer como direito de todos os cidadãos e o art. 218, segundo o qual o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, visando participar da educação da população e orientação de gestores e agentes nas suas tomadas de decisões sobre as políticas públicas do País.

eventos, festivais culturais, festivais de dança, dentre outros). Mediante a aprovação deste projeto, passamos a compor esta importante Rede que agrega Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas sem fins lucrativos, tendo por objetivo geral fomentar e socializar informações e conhecimentos fundamentados nas Humanidades, visando ampliar a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer no País, com um centro em cada Estado da federação.

Da proposta à realização da pesquisa

No intuito de desvelar de que maneira a dança vem sendo apropriada nas vivências comunitárias subsidiadas por políticas públicas e gestão participativa do lazer financiadas pelo poder público, elaboramos uma proposta de investigação sobre as manifestações de dança em um programa social do Governo Federal, criado em 2003, o Programa Esporte Lazer da Cidade – PELC, criado no Ministério do Esporte através da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNEELIS. Esta secretaria desenvolve programas no âmbito do lazer que possuem abrangência nacional, visando fomentar políticas públicas e sociais que atendam à demanda da população, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social.

A partir de 2010, uma parceria estabelecida entre a EEFETO, da UFMG, e a SNEELIS, ME, possibilitou o acesso recorrente ao relato do grande número de atividades de dança propostas e desenvolvidos nos convênios do Programa Esporte Lazer da Cidade – PELC nas mais diferentes localidades do país. Esta informação demarcou uma ampliação do olhar sobre a dimensão de possibilidades do ensino da dança neste programa em relação à expansão da territorialidade e os sentidos e significados da apropriação dança como forma de lazer educativo. Esta perspectiva nos mobilizou a propor um mapeamento e caracterização das atividades de dança que acontecem no PELC de 2010 a 2016, buscando reflexões acerca das apropriações da dança como prática de lazer desenvolvida no âmbito destes programas. Almejávamos, também, a construção de um banco de dados para análises. Questionávamos como a dança se manifestava neste programa e quais os impactos eram gerados por esta prática no campo do lazer viabilizada por uma política pública com financiamento no esporte e lazer.

Compreender as apropriações da dança nestes espaços, necessitava, ao nosso ver, de informações sobre a dimensão do ensino de danças nestes programas para sustentação de debates sobre as demandas e necessidades do

setor. A elaboração de um mapeamento foi o caminho metodológico inicial idealizado para buscarmos condições de uma compreensão sobre a dança neste contexto. Os dados para realização do mapeamento foram coletados junto aos relatórios dos programas acessíveis no banco de dados dos programas no Ministério do Esporte, no período anterior a implementação do Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PELC – MIMBOÉ e no próprio MIMBOÉ, após sua implantação. O MIMBOÉ é um sistema que nos possibilita calcular indicadores que relacionem o desenvolvimento pedagógico das atividades e outros registros de execução de ações. Segundo Soares e Khalifa (2015, p.4), a criação desse sistema teve como objetivo

[...] viabilizar o funcionamento de um Sistema de Monitoramento e Avaliação (SM&A) que possibilitasse o monitoramento e a avaliação de processos e resultados dos programas, periodicamente, através de coleta, alimentação, armazenamento e processamento de informações em um sistema on-line”. (SOARES; KHALIFA, 2015, p.04).

Tal proposta de monitoramento foi aprovada em 2013 e foi iniciada, de fato, em outubro de 2014. Ainda, segundo as autoras, foram realizadas oficinas de trabalho que contavam com a presença de gestores do ME (Ministério do Esporte), coordenadores dos programas na UFMG, dos articuladores e também com alguns formadores dos programas, no intuito de revisar a Plataforma e de construir de indicadores que possibilitassem verificar o alcance dos objetivos estabelecidos.

A coleta de dados, realizada através da plataforma MIMBOÉ, que está situada no portal PST Brasil, nos permitiu acesso aos registros de monitoramento das atividades do PELC. Este acesso é restrito a equipe de acompanhamento do projeto e pessoas autorizadas. Neste sentido, fizemos uma solicitação e fomos autorizadas pelo Ministério do Esporte a ter um cadastro como pesquisadoras para ter acesso às informações. Inicialmente, localizamos os convênios cadastrados por ano e, em seguida, verificamos e transcrevemos os arquivos encontrados. Na plataforma há uma aba de Documentos que contém o Planejamento Pedagógico aprovado e, por vezes, as grades horárias dos agentes sociais e das práticas realizadas. Também fizeram parte da amostra outros arquivos identificados na aba de acompanhamento da plataforma. São eles: Planejamento Pedagógico (PP), Programação Módulo Introdutório I, Programação Módulo Introdutório II, Programação Módulo Avaliação I, Programação Módulo Avaliação II e Grade Horária².

A partir das informações coletadas e transcritas, elaboramos uma tabulação para a melhor identificação do volume de práticas de Dança por todo país através do programa do PELC e o período dos convênios inscritos no programa entre os anos de 2010 a 2014. Realizamos, também, um levantamento do número total de convênios, bem como uma tabela com a incidência anual das práticas de Dança, além do registro das localidades regionais destas ocorrências e, posteriormente, um quadro expositivo dos estilos de dança encontrados em cada convênio.

É importante ressaltar que os dados contidos na plataforma MIMBOÉ são lançados pelos agentes sociais, que são protagonistas do processo e “[...] podem ser considerados agentes: gestores, professores de Educação Física, educadores populares e comunitários, demais profissionais de áreas afins ao lazer e envolvidos diretamente na execução do Programa [...]” (BONALUME, 2010, p.8). O PELC tem como uma de suas ideias-base a construção de uma política pública de lazer por meio da gestão participativa dos cidadãos das comunidades locais, o que incide num constante processo formativo para estas comunidades.

Segundo Silva e Gomes,

[...] orientar entidades convenientes para estruturar e conduzir políticas públicas de lazer e esporte recreativo; por meio dessa organização participativa, o programa almeja que cada cidade formule e desenvolva sua própria política pública de esporte e lazer considerando as especificidades da realidade local”. (2016, p.16).

Em contato com este instrumento de registro, constatamos que não há regularidade na forma de preenchimento dos relatórios sobre as atividades dos programas do PELC. Apesar de toda orientação e informação das equipes de acompanhamento dos programas, os agentes sociais, com distintas formações e experiências, fazem os registros de informações sobre a realização das atividades dos programas de várias formas no lançamento *online* requerido na Plataforma MIMBOÉ. Esta irregularidade não foi um fator impeditivo para a pesquisa mas, ainda assim, limitou o processo de obtenção e organização dos dados. Por vezes, algumas informações que constavam em um determinado convênio não haviam sido lançadas em outros como, por exemplo, o registro

² O PELC possui uma estrutura organizacional em módulos de formação, planejamento e execução das atividades. Cada módulo prevê um grupo de desafios de estudo, planejamento e atividades a serem realizadas pelos agentes sociais em seus locais de atuação sob o acompanhamento de um formador da equipe da UFMG.

do número total de participantes das práticas de dança em cada convênio, o lançamento dos eventos previstos, bem como o das atividades assistemáticas previstas, a população local, o público-alvo ao qual as atividades são destinadas (crianças/adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência...), de quantos núcleos o convênio dispõe, dentre outras informações. Apesar de o MIMBOÉ ter um padrão de informações a serem preenchidas, tais preenchimentos definitivamente não são feitos em sua totalidade. O mapeamento, como programado previamente, não foi possível em sua plenitude. A execução desta pesquisa passou por pequenas dificuldades, não somente na identificação da limitação de dados, mas também em alguns atrasos de repasse e compras de equipamentos que alteraram seu cronograma de realização. Mas, este “atraso” nos beneficiou com uma prorrogação de cronograma por mais 8 meses em que optamos por redimensionar a abordagem metodológica da pesquisa e buscar mais dados em outras fontes. Reelaboramos a metodologia para uma coleta de dados advindos das pessoas responsáveis pela realização dos programas. Esta mudança na metodologia e no cronograma necessitou de reescrita da proposta e encaminhamento para aprovação do Comitê de ética (COEP) da UFMG, já que implicava no uso de informações oriundas de documentos e advindas dos coordenadores pedagógicos e professores dos programas. Foi elaborado e enviado *online*, via *e-mail* com link direto para um programa de *software* de pesquisa chamado *Survio*. Os *e-mails* foram enviados aos coordenadores e professores identificados através de tabelas de contatos do Ministério dos Esportes. Junto ao questionário, foi enviada uma carta de apresentação, informando o anonimato do interrogado, os objetivos da pesquisa e o termo de livre esclarecimento e a autorização para uso dos dados. O questionário foi composto por questões abertas e fechadas com mais opções de respostas e simplicidade de redação para uma boa compreensão dos respondentes.

Após os devidos ajustes, o estudo apresentado foi desenvolvido a partir de (1) pesquisa bibliográfica sobre a dança como prática de lazer, as relações estabelecidas entre os programas e as políticas públicas e o lazer; (2) pesquisa documental, baseada nos relatórios dos convênios finalizados e entregues ao Ministério do Esporte e a UFMG, a partir de 2010. Um levantamento composto por 2 etapas: um primeiro contato com os relatórios para identificação da forma, conteúdo e tipo de informações que compõem estes documentos para realização de fichas de caracterização e roteiros de busca. Ao fim desta etapa, elaboraremos os instrumentos de registro dos dados coletados para constituição do banco de dados. No segundo contato documental, entramos na fase de identificação e coleta de dados propriamente dita. Rastreamos

minuciosamente os relatórios físicos (2010-2013) e os lançados *online* no Sistema Mimboé (2014 a 2016), etapa de caráter exploratório; **(3)** A aplicação de questionários destinados às pessoas que trabalham ou trabalharam nestes convênios, selecionados na pesquisa documental; **(4)** Sistematização dos dados para análises. Etapa de caracterização dos dados. Fase de análise qualitativa de dados que nos permitiram acompanhar o desenvolvimento das atividades sistemáticas e assistemáticas de dança no PELC e **(5)** Mapeamento das atividades realizadas no território nacional através da implementação execução do PELC.

Da Dança no PELC

(...) a dança: uma produção social efêmera, um patrimônio cultural imaterial. Está presente nas mais variadas sociedades, em diferentes formas e expressões. A dança é uma manifestação artística, criação de indivíduos, representação de um povo. Dança é arte e, como toda forma de arte, parte da expressão individual e gera a memória coletiva de um povo. (STRAZZACAPPA, 2007, p.16)

As intervenções de dança dentro de um Programa que envolve todas as faixas etárias, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais, que estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, requer o reconhecimento da abrangência e da potência social, política e econômica da área. Ficamos perante uma aproximação da realidade de como, onde e o que estas ações têm abordado, contribuindo para que e o lazer seja tratado como política pública e direito de todos e, neste contexto, a dança como parte deste conjunto de ações.

Durante a etapa de coleta de dados da pesquisa no MIMBOÉ, dispúnhamos de registros de convênios cadastrados entre os anos de 2010 a 2014, já que os de 2015 e 2016, em sua maioria ainda em andamento, não tinham informações lançadas no sistema. Identificamos um total de 160 convênios neste período. Desta amostra, 142 convênios (aproximadamente 88,7%) apresentavam registros sobre a realização de práticas de dança de forma assistemática e/ou sistemática, o que nos confirmou a grande ocorrência de práticas de dança nos PELCs.

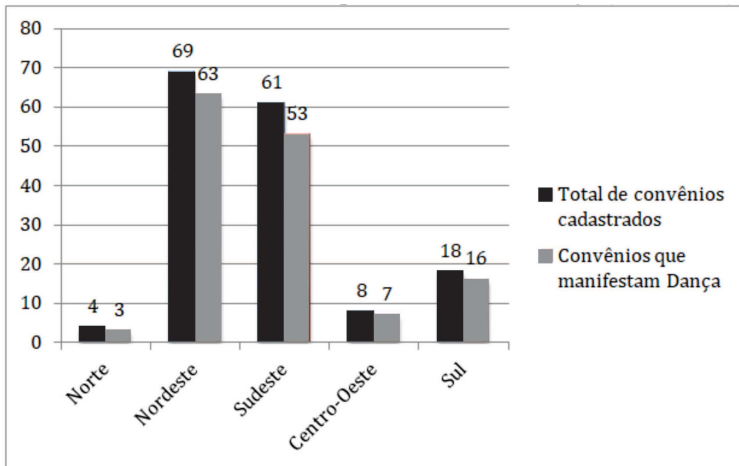
TABELA 1 – Total de convênios cadastrados no PELC entre 2010 a 2014 e as manifestações de dança

	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Total de convênios cadastrados	3	6	58	37	56	160
Convênios que registram a dança	0	0	51	36	51	138

Fonte: Plataforma MIMBOÉ/ME (2010-2014).

Dada a abrangência dos programas no território nacional, elencamos abaixo o quantitativo de propostas que registram a dança em suas atividades, mas por região do país. Realizar o mapeamento destas abordagens por região nos apresenta indícios para reflexão sobre a próxima etapa da caracterização das manifestações de dança nos programas, que é a identificação dos estilos de dança trabalhados.

Gráfico 1 - Total de convênios que manifestam a Dança (2010-2014)



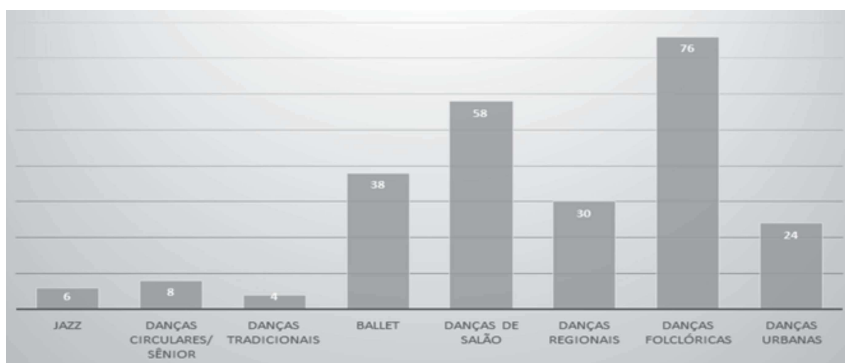
Fonte: Plataforma MIMBOÉ/ME (2010-2014).

Dos 142 convênios, 80 (aproximadamente 56,33%) apresentam registros sobre os estilos de dança trabalhados nos Programas. Tal informação nos indica que 43,66% (62 convênios) carecem de outra forma de acesso para coleta de dados para realização de um mapeamento dessas práticas de forma mais abrangente, motivo pelo qual, no questionário destinado aos coordenadores dos PELCs, incluímos a solicitação de informações sobre quais são os estilos

de dança trabalhados, assim como quais deles são mais requisitados nos diversos convênios, quais os índices de procura por práticas de dança nesses locais, qual o público que pratica dança, dentre outros dados solicitados para que pudéssemos compreender melhor as apropriações da dança nestes espaços em que a dança se faz presente como alternativa de lazer educacional.

Identificamos diferentes estilos de dança trabalhados nos 80 convênios que apresentaram registros referentes às práticas realizadas. Destes, identificamos os 8 principais tipos de dança trabalhados, nos quais 76 destes convênios trabalham ou trabalharam com as Danças Folclóricas entre os períodos de 2010 a 2014.

Gráfico 2 – Estilos de danças trabalhados nos convênios (2010-2014)



Fonte: Plataforma MIMBOÉ/ME (2010-2014).

É importante ressaltar como é tênue a distinção ou a separação entre os conceitos de danças tradicionais, danças folclóricas e danças regionais já que, por vezes, uma determinada dança pode ser encaixada em ambas as categorias citadas. Neste sentido, tais categorizações foram feitas a partir da forma como os agentes relatavam no MIMBOÉ os estilos de dança trabalhados por eles. Dentre os objetivos propostos para as ações dos programas PELC está: “Valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo”. Uma das questões que nos fez refletir sobre a possibilidade da influência deste objetivo geral na seleção de práticas de dança folclóricas como parte dos planejamentos dos PELCs. No Brasil, historicamente a dança vem se firmando como parte identitária das diferentes regiões e etnias que compõe nossa cultura, uma das vivências de grande potencialidade para valorização e fortalecimento da cultura local e forma lúdica de socialização e aprendizagem.

As danças folclóricas fazem parte das expressões populares são identitárias da diversidade cultural capazes de promover a valorização das diferenças étnicas, de gênero, raça, classe social e econômica já que, enquanto expressão corporal, se fundamentam em tradições, ludicidades e representações que, através da arte, da educação e do lazer, envolvem os diversos grupos que coabitam o território brasileiro. O reconhecimento da identidade cultural, também para dança, é um tema relevante para as propostas políticas e educacionais que combatam as discriminações, exclusões, num processo de aceitação e tolerância das diferenças para fortalecer e perpetuar os direitos sociais, as políticas públicas e as liberdades de expressão. Compreendemos a identidade em nossos debates a partir de sistemas culturais, ou seja, como culturalmente formada. “As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história” (HALL, 1996, p.70).

De acordo com Silva e Gomes,

Reconhecer as qualidades da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo, pois cada município, cada contexto e cada comunidade têm costumes e tradições próprias que se manifestam, por exemplo, nas danças, nos jogos e nas brincadeiras próprias de determinado local. (2016, p.16).

Em relação ao tipo de atividade no qual as danças aparecem nos programas, se sistemáticas (trabalhos contínuos e periódicos) ou se assistemáticas (tais como eventos, festivais culturais, festivais de dança, dentre outros), constatamos que há uma tendência maior à realização de práticas de dança de forma assistemática, em detrimento da dança como prática sistematizada. Apesar de termos identificado igualdade entre as atividades sistemáticas e assistemáticas, nos poucos questionários que recebemos como retorno, cerca de 20% da amostra, é fato que as manifestações da dança estão muito relacionadas aos eventos e festividades em nossa cultura. Não compreendemos esta questão como algo negativo e sim característico a outra potencialidade educacional, pois consideramos que a aprendizagem no âmbito do lazer se consolida também em outras dinâmicas. A experiência lúdica com a dança, capaz de significá-la como lazer pode se materializar na contemplação, vivência, criação. Portanto, “não há necessariamente uma oposição antitética entre diversão, contemplação estética ou aprendizado de conteúdos formais. Tudo isso pode perfeitamente conviver entre si em um mesmo espaço-tempo”. (ALVES JUNIOR; DIAS, 2013, p.77).

Partimos da compreensão de que o lazer é educativo e formativo e de que sua vivência oportuniza as relações sociais, as interpretações e

re-significações do mundo. Marcellino (1987) ressalta que o lazer atitude é a relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente a satisfação provocada pela atividade. Assim, várias situações poderão se tornar oportunidade para a prática do lazer, até mesmo o trabalho. O tempo e o espaço de lazer são também tempo e espaço de aprendizado e produção de cultura e de demarcação de identidades culturais.

A dança e o lazer educacional

As dificuldades com a obtenção de mais informações sobre como a dança vem sendo apropriada nos PELCs não nos possibilitou um amplo mapeamento. Dentre os limites desta investigação, cabe registrar que não atingimos todos nossos objetivos, o que nos instigou nesta trajetória a ampliar nosso olhar sobre os dados e as problemáticas que identificamos ao longo da pesquisa e que nos possibilitaram outras reflexões.

A dança é uma das possibilidades de fruição do lazer.

(...) o lazer representa a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas sociais constituídas culturalmente. Essa necessidade concretiza-se na ludicidade e pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural. (GOMES, 2014, p.12).

A dança, dentre as diversas linguagens artísticas apropriadas como atividades educacionais, está intensamente presente em projetos sociais, com diferentes abordagens e é desenvolvida nos espaços escolares e comunitários em parcerias várias com governos, ONGs, entidades filantrópicas e de iniciativa privada através de editais e recursos públicos. Tal fato redimensiona as análises sobre o ensino da dança no Brasil e nos provoca a estarmos atentos à necessidade de reflexões teóricas e práticas sobre as intervenções e abordagens metodológicas construídas nestes contextos que recebem outros sentidos quando abordadas em projetos sociais que promovem práticas educativas através da arte, do esporte, da cultura, da educação e do lazer.

Segundo Siqueira:

A dança constitui um objeto de análise privilegiado da contemporaneidade – inserida em um contexto cultural ou em um meio sujeito a práticas socioculturais específicas, como qualquer objeto de cultura, é marcada por sua época, plena de características de seu tempo. É próprio da dança representar o mundo tanto em sua totalidade quanto em sua diversidade. (2006, p.209).

Dentre às concepções sobre o lazer adotamos, enquanto embasamento teórico, a definição de Gomes (2004, p.125) que aponta o lazer como um fenômeno que não é isolado do contexto social ao qual se insere. A identidade cultural é vista como uma forma de identidade coletiva característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes, busca suas semelhanças e valores no fortalecimento de seus direitos. Perante a vasta diversidade de estilos de dança, pensamos que a escolha por desenvolver práticas de danças vinculadas às matrizes do folclore, da cultura popular caracteriza a centralidade destas manifestações na construção de propostas comunitárias nos programas do PELC que, por sua vez, se vincula à concepção de lazer abordada nos estudos de Gomes (2004), que compreende o Lazer como um fenômeno social que não é isolado do contexto social ao qual se insere:

(...) uma dimensão da cultura constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/ espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações – especialmente com o trabalho produtivo. (GOMES, 2004, p.125).

De acordo com Alves (2013, p.1), no Brasil as danças folclóricas, além do recorrente caráter religioso, expressam também em seus movimentos, elementos simbólicos das memórias étnicas e culturais de suas raízes históricas, que se transformaram, adequando-se ao momento vivido no tempo e no espaço. Nesta perspectiva, compreendemos que as diferentes atividades trabalhadas nos PELCs estão vinculadas às diferentes culturas dos sujeitos participantes dos programas e, portanto, seus costumes, valores, concepções, formas de ver e viver o mundo estarão interligadas às práticas de lazer trabalhadas nestes locais. Portanto, o PELC, ao apresentar como um de seus objetivos específicos “orientar entidades convenientes para estruturar e conduzir políticas públicas de lazer e esporte recreativo” (SILVA; GOMES, 2016, p.16), permite que cada comunidade desenvolva a sua implementação de política pública de acordo com especificidades e necessidades de cada local. É por meio de tais objetivos que se faz possível que atividades folclóricas – no caso, as danças folclóricas – sejam vivenciadas e re-apropriadas pelos participantes do Programa de como forma de resistência e de valorização das manifestações culturais brasileiras.

Mas, não somente as manifestações folclóricas de matrizes populares estão nestes programas. Além de outros estilos, cabe destaque a quantidade de relatos sobre as danças de rua, ou urbanas. Há uma crescente adesão dos jovens a esta forma de expressão contemporânea em dança no Brasil. Uma representação que se distancia tradicionalmente dos códigos de identidade do

regionalismo, da história brasileira, já que traz consigo o hibridismo de culturas internacionais na música, nos movimentos e ressignifica estas influências ao produzir suas expressões próprias. O fato é que não são os tipos ou estilos de dança que definem a importância desta prática nos programas sociais e sim a presença da dança como prática artística e educacional que, através do corpo, materializa identidades, direitos, sonhos e produz cultura.

Em nossas considerações finais, ressaltamos que estas reflexões corroboram para além do registro destas ações, para compreensão das políticas públicas engajadas à diversidade, ao envolvimento e a capacidade de adesão e mobilização que a dança pode promover como prática de lazer. É imprescindível que, no reconhecimento da abrangência e da potência social, política e econômica da dança, sejam realizadas mais pesquisas para aproximação da realidade de como, onde e o que estas ações têm abordado, contribuindo para que sua apropriação como lazer seja tratada também como política pública e direito de todos.

REFERÊNCIAS

- ALVES JUNIOR, E. D.; DIAS, C. Lazer: um direito de todos. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.8, n.23, p.1-160, set-dez 2013.
- BONALUME, C. R. **Formação no Programa Esporte e Lazer da Cidade: política intersetorial – PELC e Pronasci**. Vol.2. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.
- GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.3-20, 2014.
- GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- HALL, S. Identidade cultural e diáspora. **IPHAN: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, p.68-75, 1996.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. 10ed. Campinas: Papyrus, 1987.
- MELO, V. A. “Projetos Sociais” de Esporte e Lazer: reflexões, inquietações, sugestões. **Revista Quaderns d’Animació i ed ació social**. Valencia-ES, n.7, Enero de 2008. Edita: Mario Viché. Disponível em <<http://quadernsanimacio.net>> , Acesso em: 03, maio. 2018.
- SARAIVA, M. C.; KLEINUBING, N. D. **Dança: diversidade, caminhos e encontros**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- SILVA, J. L. F.; GOMES, C. L. **Princípios teórico-metodológicos do PELC**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.
- SIQUEIRA, D. C. O. **Corpo, comunicação e cultura: a dança contemporânea em cena**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- SOARES, M. M.; KHALIFA, M. P. **Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Programas PELC E Vida Saudável – MIMBOÉ: Relatório de atividades 2014**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- STRAZZACAPPA, M. Compartilhando um outro olhar sobre o ensino de dança. In: FALCÃO, J. L. C.; SARAIVA, M. do C. (Orgs.). **Esporte e lazer na cidade: a prática teorizada e a teoria praticada**. Florianópolis: Lagoa, 2007.

MINI CURRÍCULO DOS AUTORES:

Elisângela Chaves

Graduada em Educação Física UFV (1995), mestre em Educação pela FaE/UFMG (2002) e doutorado em Educação pela FaE/UFMG (2013). Professora da área de Dança no Curso de Educação Física da UFMG. Coordenadora geral e acadêmica da EAD do Programa PELC e vida Saudável do Ministério do Esporte/UFMG. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer. Líder do Grupo de Pesquisas EduDança.

Natália de Oliveira Silva

Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de Iniciação Científica da Rede CEDES 2016-2018. Bolsista do PIBID/Residência – UFMG. Membro do Grupo de Pesquisa Edudança.

4.

FINANCIAMENTO DE PESQUISAS SOBRE ESPORTE E LAZER NO BRASIL E EM MINAS GERAIS: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES

Giselle Helena Tavares
Maria Clara Elias Polo
Letícia Ramos Rodrigues

Introdução

A era do conhecimento apresenta uma nova ordem mundial na qual o desenvolvimento socioeconômico é impulsionado pelo investimento no capital intelectual, ocasionando mudanças significativas no contexto das relações entre as nações, especialmente relativas à competição macroeconômica. Chaimovich e Melcop (2007) apresentam dados sobre o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento no Mundo e destacam a pouca relevância dos investimentos feitos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na América Latina. Para exemplificar a discrepância de financiamento, enquanto a América do Norte investe 285.295 bilhões de dólares por ano, a América Latina investe 17.951 bilhões.

No Brasil, dentre os principais órgãos públicos que financiam pesquisas em diferentes áreas de conhecimento, encontra-se o Ministério da Educação (ME) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Estes órgãos são organizados a fim de apoiar estrategicamente o desenvolvimento da ciência e inovação do país.

No âmbito do ME, cabe à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apoiar a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil por meio do pagamento de bolsas aos estudantes nas modalidades de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Já o MCTI conta com unidades de pesquisa, entidades vinculadas e organizações sociais, tendo o objetivo de promover o desenvolvimento da Ciência Tecnologia e Inovação (CT&I) e comunicações, visando o avanço técnico científico e a melhoria da

qualidade de vida da sociedade brasileira. Vinculados ao MCTI encontra-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (BRASIL, 2019).

A Finep é uma empresa financiadora de pesquisa e tem como prioridade apoiar os setores econômicos e áreas do conhecimento constantes das políticas de Estado e iniciativas governamentais. Uma de suas ações é a operacionalização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a partir de 1999 foram criados os Fundos Setoriais (FS) com o intuito de promover maior sinergia entre universidade, centros de pesquisa e o setor produtivo (BRASIL, 2019).

Já o CNPq é um órgão de fomento à pesquisa responsável pela formulação e condução das políticas de CT&I do País. As linhas de apoio do CNPq são disponibilizadas por meio de bolsas, auxílios regulares e programas temáticos. Entre as chamadas regulares para financiamento de pesquisas, a Chamada Universal do CNPq é uma das mais abrangentes e tem como objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir para o desenvolvimento científico do País em qualquer área do conhecimento. Os projetos temáticos não contam com um calendário regular e são elaborados a partir de demandas específicas de ciência e inovação no país. Em âmbito estadual, se fazem presentes as FAPs (Fundações de Amparo à Pesquisa), que são agências de indução e fomento à pesquisa e inovação científica e tecnológica.

Bufrem, Silveira e Freitas (2018) destacam a importância de uma agenda de desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito das políticas públicas, buscando impactos diretamente relacionados à ciência, sendo estes sociais e econômicos. Entretanto, estes autores observam que, no Brasil, há uma supervalorização dos resultados quantitativos de pesquisa, sem analisar as finalidades e dimensões envolvidas no desenvolvimento da CT&I no País. Este aspecto torna-se relevante na análise de financiamento de pesquisas, já que o impacto social é bastante complexo de ser avaliado, mas deveria ser extremamente utilizado para a elaboração de novas políticas e também para a definição das áreas de investimento.

A matriz de financiamento de pesquisa no Brasil carece de investigações científicas e, por isto, para compreender toda a complexidade desta organização, torna-se necessário realizar ações de avaliação e acompanhamento para subsidiar a elaboração das políticas públicas de financiamento. Especificamente sobre o campo do esporte e lazer, esta complexidade ainda é maior, quando analisada a construção epistemológica deste campo e as demandas para a consolidação no âmbito acadêmico e científico.

Considerando o intuito de analisar o espaço do esporte e lazer no âmbito das políticas públicas de financiamento de pesquisas no estado de Minas Gerais e no Brasil, bem como a inserção desta temática na área de conhecimento da Educação Física, para este estudo, optou-se por utilizar como objeto de estudo as chamadas Universais do CNPq e da FAPEMIG por caracterizarem os editais mais amplos em termos de áreas de conhecimento, sem restrição temática e com abrangência nacional.

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi analisar os projetos relacionados ao campo do esporte e lazer aprovados na Chamada Universal do CNPq, quanto às áreas de conhecimento, às linhas temáticas, regiões do país, perfil dos pesquisadores e recursos financeiros dos projetos aprovados no período de 2011 a 2016.

Metodologia

O estudo, de natureza qualitativa, foi desenvolvido por meio de pesquisa documental, no período de 2012 a 2016, correspondendo ao último quadriênio avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram analisados os projetos totais e específicos da área de conhecimento Educação Física aprovados na Chamada Universal (MCTI/CNPq) nas categorias Projeto Individual de Pesquisa (APQ); Iniciação Científica (IC) e Inovação Tecnológica (IT). Os projetos desta chamada podem ser solicitados em três faixas de financiamento, sendo elas: Faixa A –até R\$ 30.000,00, Faixa B –até R\$ 60.000,00 e Faixa C –até R\$ 120.000,00. Além dos projetos da Chamada Universal do (MCTI/CNPq), também foram analisados os editais aprovados na Chamada Universal da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) na categoria disponibilizada (APQ).

Para coleta de dados, foram solicitados os dados dos projetos aprovados pela Chamada Universal do CNPq no período de 2012 a 2016 na plataforma eletrônica do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Os termos utilizados para a pesquisa nos projetos aprovados foram: lazer, exercício físico, atividade física e esporte. Os projetos foram selecionados por meio da leitura dos títulos.

Os estudos foram analisados de forma aprofundada para que não sejam contabilizados duplamente, caso os títulos se encaixassem em dois ou mais termos de busca. A análise dos dados foi realizada por meio da Técnica Análise de Conteúdo Temático, proposta por Bardin (2011). Os dados foram categorizados *a posteriori*, a partir da leitura dos títulos dos projetos.

Resultados

Os dados encontrados são referentes às chamadas públicas dos anos 2012, 2013, 2014 e 2016. A *e-SIC* não disponibilizou os resultados da Chamada Pública MCTI/CNPq – Universal do ano de 2015. Os projetos são distribuídos nas grandes áreas: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes, Tecnologias e Outras. Em um primeiro momento, foram analisados os projetos das Ciências da Saúde, da área de conhecimento Educação Física.

Em dados gerais, no ano de 2012 a Chamada Universal abrangeu 24.113 projetos como total da demanda. A maioria está na modalidade APQ, com 19.191 projetos de pesquisa. A maior parte dos projetos foi requerida na região sudeste: São Paulo (4.716 projetos) e Minas Gerais (3.094), seguido pela região Sul com Rio Grande do Sul (3.095). Ao aprofundar na caracterização, o número de projetos solicitados pelo público masculino totalizam 12.839 e de solicitados pelo sexo feminino totalizam 11.274.

A área de conhecimento Educação Física corresponde a 1% do total de projetos aprovados nas chamadas e a apenas 5% dos projetos da Grande Área Ciências da Saúde, com um total de 149 projetos. De acordo com os dados coletados, foi possível identificar que, dos 149 projetos, 5 estão relacionados com “Esporte”, 1 com “Lazer”, 26 com “Atividade Física”, e 22 com “Exercício Físico”.

Os cinco projetos aprovados na área do Esporte podem ser encaixados em 3 eixos: Esporte e deficiência (2 projetos); Alto rendimento (1 projeto); políticas públicas de esporte (1 projeto) e estudo de gênero relacionado ao esporte (1 estudo). No que diz respeito ao termo Lazer, apenas um projeto foi encontrado na área da Educação Física, referente às pessoas com deficiência e lazer.

Os projetos aprovados que possuem o termo “Atividade Física” (AF) podem ser divididos em eixos principais: Fisiologia e AF (10); Grupos Especiais e AF (8); Barreiras para a prática (2); Educação e Atividade Física (1) e Instrumentos de Avaliação para AF (1). Com o termo “Exercício Físico” os projetos estão relacionados com Alto Rendimento, Fisiologia do Exercício, Bioquímica do Exercício e Treinamento.

No ano de 2013, a Chamada Universal aprovou 21.610 projetos. Neste ano, a área de conhecimento Educação Física correspondeu a 1,2% do total de projetos aprovados nas chamadas e a 4,3% dos projetos da Grande Área Ciências da Saúde, com um total de 131 projetos. Foram analisados os projetos

pelos termos de busca, os quais foram divididos em Esporte (7 projetos); Lazer (4 projeto); Atividade Física (25 projetos); Exercício Físico (22 projetos).

Dos sete projetos aprovados na área do Esporte encaixados nos eixos Alto rendimento (2); Políticas públicas e gestão (3); Mídia e esporte (1); Esporte e deficiência (1). Na área do Lazer, os projetos aprovados são , referentes à Esporte, Lazer e Deficiência, Atividade Física e Lazer, e Políticas Públicas de Esporte e Lazer

Na área da Atividade Física, foram aprovados 25 projetos. Dentro desta área, os projetos podem ser encaixados nos eixos AF na Infância e Adolescência (6 projetos); Alto Rendimento (3 projetos); AF e Deficiência (1 projeto); AF e Fisiologia (2 projetos); Instrumentos e avaliação (1 projeto); Prática Regular de AF (1 projeto); AF e Grupos especiais (6 projetos); AF e Nutrição (1 projeto). Dos 22 projetos aprovados com o termo “exercício físico”, pode-se distribuí-los nos eixos Grupos Especiais e EF (8 projetos); Fisiologia e EF (4 projetos); Nutrição e EF (2 projetos); EF e Infância (2 projetos); Alto rendimento (1 projeto).

No que tange os dados coletados no ano de 2014, na Chamada Universal, 20.802 projetos foram aprovados. O número de projetos solicitados pelo público masculino (11.225) totalizam mais de 1600 mil projetos a mais se comparados com os solicitados pelo público feminino (9.577). A área de conhecimento Educação Física não consegue ultrapassar a marca de 4,7% dos projetos da Grande Área Ciências da Saúde, com um total de 143 projetos. Conforme os dados encontrados, dos 143 projetos, sete estão relacionados com “Esporte”, três com “Lazer”, 14 com “Atividade Física” e 20 com “Exercício Físico”.

Na área do Esporte, sete projetos foram encontrados, distribuídos em 3 eixos: Esporte e deficiência (2 projetos); Alto rendimento (1 projeto); Políticas públicas de esporte (1 projeto) e estudo de gênero relacionado ao esporte (1 estudo). No que diz respeito ao termo Lazer, os três projetos aprovados são referentes à prática de Lazer por mulheres lazer e AF pela terceira idade e políticas públicas e esporte e lazer.

Os 14 projetos aprovados que possuem o termo “Atividade Física”, podem ser divididos em eixos principais: AF e Fisiologia (1); AF e Grupos Especiais (3); AF e deficiência (2); AF e nutrição (1) Prática Regular de AF (1) e AF da Infância e Adolescência (5). Com o termo “Exercício Físico”, os 20 projetos estão nos eixos Alto Rendimento, Fisiologia do Exercício, Bioquímica do Exercício e Treinamento.

A Chamada Universal no ano de 2016 aprovou uma quantidade inferior de projetos. Apenas 68 projetos foram aprovados na área Educação

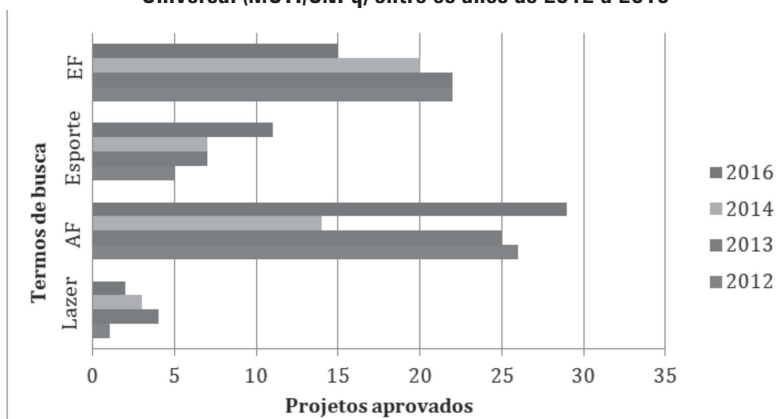
Física. Os termos de busca foram divididos em Esporte (11 projetos); Lazer (2 projetos); Atividade Física (29 projetos); Exercício Físico (15 projetos).

Dos 11 projetos aprovados na área do Esporte, foram encaixados nos eixos Política Pública e Gestão (4 projetos); Instrumentos e Avaliação (1 projeto); Atividade Física, esporte e infância (2 projetos); Alto rendimento (2 projetos); Fisiologia, AF e Esporte(2 projetos). Com o termo de busca Lazer, os projetos aprovados pertencem ao eixo Saúde, Lazer e AF e Políticas Públicas de Esporte e Lazer

Com o termo Atividade Física, foram aprovados 29 projetos referentes aos eixos Grupos especiais (10 projetos); Instrumentos e Avaliação (2 projetos); Esporte e Deficiência (3 projetos); Saúde e Atividade Física (3 projetos); Atividade Física e infância e adolescência (5 projetos); Política Pública e Gestão (3 projetos); Fisiologia e Atividade Física (1 projeto); Educação e Atividade Física (1 projeto); Alto Rendimento (1 projeto). Já com o termo Exercício Físico, foram aprovados 15 projetos, divididos nos eixos Grupos Especiais (7 projetos); Saúde e Exercício (3 projetos); Saúde e Atividades Aquáticas (2 projetos); Fisiologia e Exercício (3 projetos).

No geral, os dados dos projetos aprovados com os termos de busca selecionados, estão apresentados nos Gráficos 1 e 2, divididos em ano de aprovação e região, respectivamente.

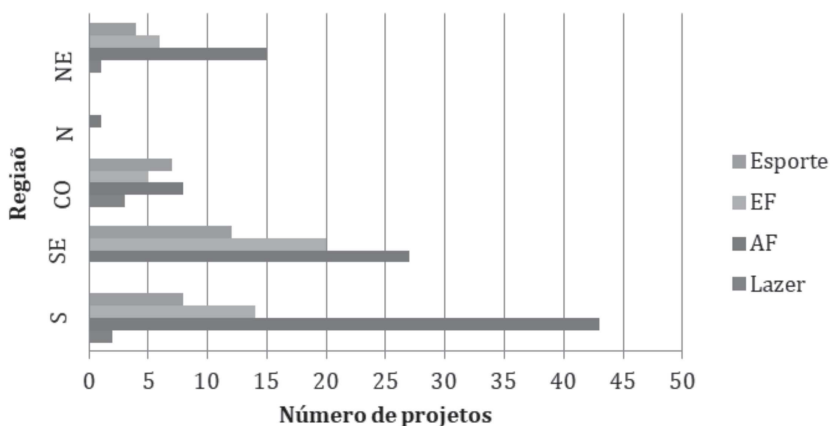
Gráfico 1 –Projetos aprovados conforme os termos de busca na chamada Universal (MCTI/CNPq) entre os anos de 2012 a 2016



Legenda: AF: Atividade Física; EF: Exercício Físico.

Fonte: Elaborado pelos autores.

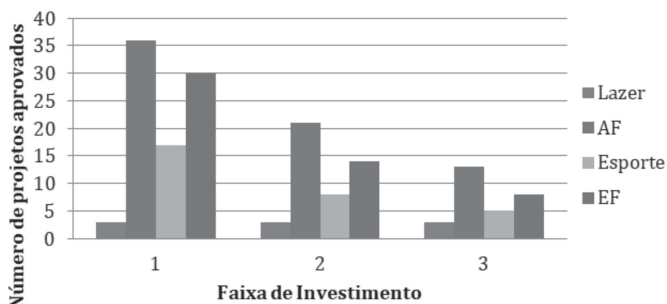
Gráfico 2 – Projetos aprovados conforme os termos de busca na chamada Universal (MCTI/CNPq) divididos entre as regiões do Brasil



Legenda: AF: Atividade Física; EF: Exercício Físico;
S: Sul; SE: Sudeste; CO: Centro-Oeste; N: Norte; NE: Nordeste.
Fonte: Elaborado pelos autores.

No que diz respeito às faixas de investimento dos projetos da Chamada Universal, optou-se por analisar o somatório dos projetos aprovados divididos nos termos de busca. Sendo assim, o Gráfico 3 apresenta o total de projetos aprovados divididos entre as Faixas A (até R\$ 30.000,00), Faixa B (até R\$ 60.000,00) e Faixa C (até R\$ 120.000,00), entre os anos de 2012 a 2016.

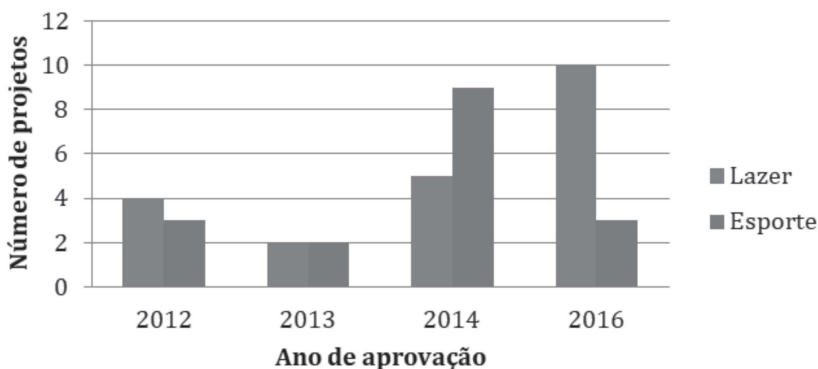
Gráfico 3 – Projetos aprovados conforme os termos de busca na chamada Universal (MCTI/CNPq) divididos entre as faixas de investimento



Legenda:
Faixa A (até R\$ 30.000,00); Faixa B (até R\$ 60.000,00); Faixa C (até R\$ 120.000,00)
Fonte: Elaborado pelos autores.

Em um segundo momento, fez-se interessante analisar os projetos aprovados com os termos de busca “Lazer” e “Esporte” em outras grandes áreas, para além da área de conhecimento Educação Física. O gráfico 4 representa a quantidade de projetos aprovados por ano, com os termos específicos.

Gráfico 4 – Projetos aprovados na chamada Universal (MCTI/CNPq) divididos entre outras áreas do conhecimento, entre os anos 2012 e 2016



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os projetos aprovados e que se referem ao Lazer podem ser distribuídos nas áreas do conhecimento Antropologia, Turismo e Educação, bem como, nas áreas de Enfermagem, Administração, Geografia, Nutrição e Ciência da computação. No ano de 2016, por exemplo, 10 projetos foram aprovados com o termo “Lazer”, 4 destes estão relacionando Lazer e Atividade Física, porém, em outra área do conhecimento que não a Educação Física.

Já nos projetos referentes ao termo “Esporte”, as áreas do conhecimento mais presentes são Administração, Sociologia e Educação. Porém, projetos aprovados foram encontrados nas áreas da Medicina, Comunicação, História, Biotecnologia e Química. Os projetos da área da administração estão relacionados com gestão do esporte – financiamento de clubes, políticas públicas, *stakeholders*, entre outros. Os projetos relacionados ao esporte de alto rendimento são abordados na área da Medicina, Biotecnologia e Química.

Quando se tratam das chamadas universais da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), os dados se apresentam evidentemente em menor escala, com um número exponencialmente menor de projetos aprovados e com menos informações disponibilizadas. Neste edital, as faixas de investimento não são divididas entre A, B e C.

Em dados gerais, no ano de 2012 a Chamada Universal FAPEMIG abrangeu 826 projetos na área de Conhecimento Educação Física, sendo que não foram encontrados estudos referentes aos termos “lazer”, “esporte”, “atividade física” e “exercício físico”.

No ano de 2013, a Chamada Universal FAPEMIG obteve 847 projetos, sendo que dentre os termos utilizados na busca, foram encontrados dois projetos na área do Lazer, pertencendo ao eixo de Políticas Públicas (1 projeto) e Memórias/História (1 projeto), realizados na Universidade Federal de Minas Gerais. Os valores aprovados para a execução dos estudos foram de 11.760 reais e 25.601,81 reais, respectivamente.

Já na área do Esporte foram encontrados dois projetos pertencendo ao eixo Memórias/História (2 projetos) e realizados na Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de São João Del-Rei. Os valores aprovados para a execução dos estudos foram de 16.088,10 reais e 16.141,65 reais.

No ano de 2014, 808 projetos foram aprovados e foi encontrado somente um projeto com o termo Esporte, pertencendo ao eixo Alto rendimento (1 projeto), realizado na Universidade Federal de Lavras, com verba aprovada de 34.580,07 reais.

No ano de 2015, um total de 635 projetos foram aprovados sendo que, dentro dos termos utilizados na busca, foi encontrado somente um projeto com o termo Esporte, pertencendo ao eixo Alto rendimento (1 projeto), realizado na Universidade Federal do Triângulo Mineiro com verba aprovada de 38.955 reais.

No ano de 2016, a Chamada Universal FAPEMIG obteve 636 projetos sendo que, dentro dos termos utilizados na busca, foi encontrado somente um projeto com o termo Lazer e pertencendo ao eixo Lazer e Deficiência (1 projeto), realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, com verba aprovada de 16.044,84 reais.

Discussão

Ao considerar os dados coletados nota-se que, até o ano de 2016, o número total de projetos aprovados pelo CNPq/MCTI não sofreu grandes câmbios em termos de quantidade. Quando se volta o olhar para os projetos da FAPEMIG, é possível perceber uma queda de 836 (em 2012) para 636 (em 2016). Evidenciou-se que as pesquisas relacionadas à área da Educação Física têm pouco expressividade quando comparadas ao total de projetos e também no que tange à Grande Área da Saúde.

Conforme análise de Manoel e Carvalho (2011), as áreas de concentração da Educação Física podem ser divididas em três subáreas, sendo uma orientada pelas ciências naturais (biodinâmica), e as outras duas estritamente relacionadas com ciências humanas e sociais. Entendendo a área da Educação Física como interdisciplinar, o Lazer é representado nas ciências humanas e sociais. A partir do total de projetos aprovados, observam-se métricas diferenciadas de avaliação para aprovação de projetos com a temática Lazer, seja na faixa de investimento A, B ou C.

Dentre o total de projetos aprovados com o termo de busca “Lazer”, utilizado para relacionar projetos que tenham este enfoque, foram encontrados apenas cinco projetos aprovados na área do conhecimento Educação Física entre os anos 2012 e 2016. No tangente aos projetos aprovados pela FAPEMIG, apenas três projetos relacionados ao Lazer foram aprovados na mesma faixa de tempo, cenário este, que se distancia da realidade dos projetos aprovados com os termos “Atividade Física” e “Exercício Físico”, independentemente das regiões do país.

Estes dados vão de encontro com os dados apresentados pela Plataforma de Grupos de Pesquisa do CNPq, que apresentam que existem cerca de 230 grupos de pesquisa no Brasil que versam sobre os Estudos do Lazer, evidenciando, assim, uma dinâmica de crescimento e expansão deste campo já indicados por Isayama (2006) e por Schwartz (2009) nestes períodos. Além disto, atualmente existe a Associação Brasileira de Estudos do Lazer (ANPEL), o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar de Lazer (UFMG), eventos como o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) e o Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL) e as revistas LICERE e Revista Brasileira de Estudos do Lazer que versam especificamente sobre esta temática. Estes dados reforçam o crescente interesse de pesquisadores brasileiros em se debruçarem sobre o contexto do Lazer, dialogando com diferentes áreas, como a da sociologia, a da antropologia, a da psicologia, a da administração, entre outras.

Ainda que fosse explicitado o crescente interesse de pesquisadores em pesquisas sobre o contexto do Lazer na área de conhecimento Educação Física, interessantemente, 15 projetos foram encontrados relacionados à área sociocultural relacionada ao Lazer em outras áreas de conhecimento. Como mencionado por Lazzarotti Filho *et al*, (2018), as métricas avaliativas dependentes no fator de impacto (FI) da Área 21 podem ser inadequadas para o subcampo sociocultural e a pedagógico, mesmo porque os pesquisadores vinculados aos programas da área de avaliação da Educação Física precisam seguir as recomendações da Grande Área da Saúde, o que, evidentemente, é um problema.

Este problema está em concordância com o discutido no Fórum dos Pesquisadores das Subáreas Sociocultural e Pedagógica (2015). Os indicadores de avaliação adotados, justamente por serem aplicados de forma linear para todas as áreas da Grande Área da Saúde, invariavelmente prejudicam as subáreas sociocultural e pedagógica por se orientarem pelas ciências humanas e sociais. Isto é, não se pode negar o uso sem critério de FI, desconsiderando as diferenças entre ciências naturais, sociais e humanas e atribuindo um valor de qualificação e comparação com a biodinâmica cuja subárea dialoga de forma predominante com as ciências naturais.

Isto pode explicar os descredenciamentos dentro dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Educação Física. No período de 2007 a 2009, 31 pesquisadores vinculados às subáreas sociocultural e pedagógica pediram o descredenciamento e migraram para outros PPGs (RIGO *et al*, 2011), bem como existe uma dificuldade de credenciamento de recém-doutores em áreas de pesquisa que se relacionam com essas subáreas. Estes fatos corroboram com observado nos projetos aprovados com o tema Lazer nas Chamadas Universal. Professores inicialmente da área de conhecimento Educação Física, elaborando e requerendo projetos na área da Educação, da Antropologia, da História, do Turismo e, até mesmo, da Geografia.

Ao visualizar o quadro geral, o número de programas de pós-graduação de Educação Física cresceu perto de 33% no período 2006 a 2012. Contudo, as subáreas sociocultural e pedagógica – cujas áreas em que o Lazer tende a se encaixar –, diminuíram 8% e 4% respectivamente no mesmo período (FÓRUM DOS PESQUISADORES DAS SUBÁREAS SOCIOCULTURAL E PEDAGÓGICA, 2015). Nota-se, portanto, a partir dos dados coletados nas chamadas do CNPq e FAPEMIG, que é inequívoco o prejuízo no que concerne à avaliação e à aprovação de projetos com orientações para ciências sociais e humanas.

No que diz respeito ao tema “Esporte” e aos projetos relacionados, são cabíveis da mesma discussão supracitada. Do total de 30 projetos aprovados na Chamada Universal com a temática entre os anos de 2012 a 2016, apenas quatro estão relacionados com a área sociocultural e pedagógica do Esporte. Vale ressaltar que, ainda que existam iniciativas de políticas públicas e privadas de investimento ao Esporte, ou mesmo metas estabelecidas pela Conferência Nacional do Esporte em que visam à ampliação do apoio e fomento às pesquisas para a qualificação de políticas públicas de esporte e lazer, as pesquisas com a temática “Esporte” somadas não representam nem 2%, do total de projetos aprovados na área do conhecimento Educação Física.

Faz-se interessante ressaltar que, mesmo no período em que os cortes de financiamento em pesquisa científica no Brasil ainda não eram extenuantes – em 2013 a verba destinada era de 9,4 bilhões – estas temáticas não chegam a representar 3,1% (Esporte) e 0,6% (Lazer) dos projetos aprovados para desenvolvimento, tanto nas Chamadas MCTI/CNPq, quando FAPEMIG. Esta conjuntura e as dificuldades encontradas causadas pela hegemonia da orientação biológica e biomédica da Área 21 se avolumam devido aos meandros tortuosos em que o Brasil se encontra: atualmente, no ano de 2017, em função da Lei do Teto dos Gastos, o Brasil cortou 44% do orçamento previsto para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (MCTIC), sendo que, dos R\$ 5,8 bilhões previstos para o setor, apenas R\$ 3,27 bilhões foram liberados.

Na perspectiva da atração de investimentos privados para o desenvolvimento de CT&I, os fundos setoriais propõem um novo modelo de gestão de recursos, visando a participação de vários segmentos sociais e constituindo um importante instrumento da política de integração nacional. Hoje, no Brasil, existem 16 Fundos Setoriais (FS), sendo 14 relativos a setores específicos e dois transversais. E não existem FS específicos para o esporte e lazer, distanciando este campo do setor privado.

Silva, Terra e Votre (2006) demonstram que não foram encontradas empresas cadastradas no Portal da Inovação na área da Educação Física, salientando que, mesmo o Brasil tendo grande número de empresas envolvidas no incentivo às atividades físicas, esporte e lazer, como academias de ginásticas, clubes, escolas de esporte, há uma carência no investimento em pesquisa por parte das empresas neste setor. Torna-se necessário divulgar a contribuição que as pesquisas em Educação Física podem trazer para o desenvolvimento local e regional.

Incentivar a utilização de FS é uma das possibilidades para o fomento e incentivo à inovação científica e esta questão deve ser articulada com as ações do Estado e não uma forma de desresponsabilização deste setor quanto ao apoio em CT&I no país. Leydesdorff e Etzkowitz (1996) destacam que, ainda que a inovação possa acontecer sem a presença do Estado, sua efetiva participação na elaboração de políticas, leis de incentivo, fomento à pesquisa e da formação de recursos humanos pode impulsionar resultados significativos e ações de maior impacto econômico e social. Estes autores propõem como modelo de desenvolvimento de ciência e tecnologia, a Tríplice Hélice, que estabelece uma dinâmica interligada que envolve as universidades, as empresas privadas e o governo.

Para além dos investimentos públicos em pesquisa e fundos setoriais, um mercado que vem ganhando espaço é o das instituições privadas sem fins

lucrativos. Um exemplo é o Serrapilheira, oficialmente lançado em 2017, que é o primeiro instituto privado de apoio à pesquisa no Brasil, o qual tem como objetivo financiar pesquisas de excelência com foco em produção de conhecimento e iniciativas de divulgação científica. Os recursos da instituição, oriundos de um fundo patrimonial de 350 milhões, são utilizados para apoiar projetos de pesquisa por meio de chamadas públicas (editais lançados no *site* do instituto) e outros apoios desvinculados das Chamadas Públicas com projetos de pesquisa e de divulgação científica que consideram relevantes e que representem os valores do Serrapilheira.

No ano de 2018, R\$ 6.3 milhões foram os recursos investidos em pesquisa. No entanto, instituições privadas, como o Serrapilheira, ainda não conseguem abarcar todas as grandes áreas e investir igualmente em todas as áreas do conhecimento. Em específico, o Serrapilheira, por meio de dotação de recursos apoiam projetos apenas das Ciências Naturais (Ciências da Vida, Geociências, Física e Química), Ciência da Computação e Matemática (SERRPILHEIRA, 2019).

Sendo constatado o pequeno espaço do esporte e lazer nas políticas de financiamento de pesquisa, tanto no âmbito público quanto no privado, acredita-se que a Rede CEDES, ação programática criada pelo Ministério do Esporte em 2003, teve importante impacto no desenvolvimento científico do esporte e lazer. Entre os anos de 2003 e 2010, foram realizados 129 convênios com Universidades em todo o país, desenvolvendo um total de 208 pesquisas. Apesar de todos os entraves políticos sobre a manutenção das ações da Rede CEDES, esta ação deu condições financeiras à pesquisadores para desenvolverem pesquisas sobre esporte e lazer e, conseqüentemente, possibilitou o aumento do número de grupos de pesquisas vinculados ao Diretório de Grupos do CNPq, publicações de artigos e livros e a realizações de eventos (TAVARES, SCHWARTZ, 2013).

Mesmo com o cancelamento de chamadas públicas nos anos de 2011 e 2012 e mudanças estruturais no ME, a Rede CEDES teve suas ações mantidas no período subsequente. No ano de 2013, integrou a divulgação do único Edital CNPq específico para o esporte e lazer e, em 2015, lançou a Chamada para Seleção para apoio à estruturação e funcionamento dos Centros de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES nos 26 estados e Distrito Federal.

Apesar de todas as evidências sobre a importância da Rede CEDES para o desenvolvimento do campo científico do esporte e lazer (SCHWARTZ *et al*, 2010; STAREPRAVO, 2011; TAVARES, *et al*, 2012; TAVARES, 2013; SCHWARTZ, TAVARES, 2013; STAREPRAVO *et al*, 2014; TAVARES,

SCHWARTZ, 2014; STAREPRAVO, MARCHI JR, 2015; SCHWARTZ *et al*, 2015; TAVARES, SCHWARTZ, 2016), esta ação programática depende do “interesse” e da “vontade de cada governo”, não se podendo afirmar sobre a continuidade de suas ações para os próximos anos, ocasionando incertezas e instabilidade para aqueles grupos de pesquisa que contavam com este apoio para desenvolverem suas pesquisas nos últimos anos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Considerações finais

Ainda que indiscutível a importância do apoio a CT&I e sua relação com o desenvolvimento econômico e social do país, no ano de 2018 foram aprovadas diversas medidas estaduais e federais para cortes de gastos com pesquisas e formação de recursos humanos na pós-graduação. Em comunicado anunciado pelo CNPq, foi permitido o corte de verbas de todas as bolsas de pós-graduação a partir do segundo semestre de 2019 e, em âmbito estadual, a FAPEMIG suspendeu o pagamento de pesquisas e bolsas e anunciou a não publicação de editais até que a situação financeira seja resolvida (BRASIL, 2018; FAPEMIG, 2019).

É importante considerar neste contexto que, no ano de 2018, o governo vigente decretou a regulamentação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, considerando a relevância deste setor para o desenvolvimento do País. Entretanto, as ações e cortes orçamentários transitam no sentido contrário deste marco legal.

Na pesquisa realizada, ficou evidente o irrisório apoio financeiro para o desenvolvimento de CT&I no campo do esporte e lazer, tanto em âmbito nacional quanto estadual, analisando-se a realidade de Minas Gerais. O campo científico do esporte e lazer está em fase de consolidação e, para que seja impulsionado, torna-se necessário maior apoio, tanto público quanto privado, para o desenvolvimento de pesquisas e formação de recursos humanos qualificados.

Como prognósticos para o desenvolvimento deste campo científico, sugere-se o estreitamento das relações entre Universidade, Governo e empresas, a potencialização das Redes de Pesquisa, como a Rede CEDES, que foi efetiva para o desenvolvimento científico do esporte e lazer nos últimos anos, a criação do Fundo Setorial do Esporte como fonte complementar de recursos para financiar o desenvolvimento da CT&I em esporte e lazer e a implantação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, criando um bancos de dados contínuo

que permita extrair censos, mapeamentos, indicadores, produções científicas e relatórios, entre outros, expondo o grau de desenvolvimento do esporte e lazer do país. Além disto, torna-se premente o fortalecimento da Educação Física como área científica com a articulação entre as diferentes subáreas de conhecimento envolvidas promovendo a solidificação “interna”, contando especialmente com os movimentos realizados, por exemplo, pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e ANPEL.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C.; ISAYAMA, H, F. Considerações sobre o lazer na idade adulta. In: MARCELLINO, N, C. **Repertório de atividades por fases da vida**. Campinas: Papirus, 2006.
- BARDIN L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições; 2011.
- BUFREM, L.; SILVEIRA, M.; FREITAS, J. L. Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil: panorama histórico e contemporâneo. **P2P & inovação**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.6-25 fev. 2018.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. < <http://www.cnpq.br/> >. Acesso em: 22 fev. de 2019.
- BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. < <http://www.capes.gov.br/> >. Acesso em: 22 fev. 2019.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Disponível em < <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fontes-de-recurso/fndct-fundo-nacional-de-desenvolvimento-cientifico-e-tecnologico> >. Acesso em: 22 fev. 2019.
- BRASIL. **Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTI)**. Disponível em < <http://www.mcti.gov.br/> >. Acesso em: 22 fev. 2019.
- BRASIL. **Ministério da Educação (ME)**. Disponível em: < <https://www.mec.gov.br/> >. Acesso em: 22 fev. 2019.
- Cenários de um descompasso da pós-graduação em Educação Física e demandas encaminhadas à CAPES. In: **FÓRUM DOS PESQUISADORES DAS SUBÁREAS SOCIOCULTURAL E PEDAGÓGICA**, 2015. Disponível em: < <https://feff.ufg.br/n/80858-forum-de-pesquisadores-das-subareas-sociocultural-e-pedagogica> >. Acesso em: 26 fev. 2019
- CORRÊA, M. R. C. *et al.* A produção do conhecimento em Educação Física e suas subáreas: um panorama a partir de periódicos nacionais da área. **Rev. Bras. Ativ. Fis. Saúde**, p.261-269, 2017.
- DANDA, G. N.; QUEIROZ, L. F. N.; HOFFMANN, V. E. A hélice do poder público: padrões de distribuição de recursos federais para as Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.50, n.5, p.843-865, 2016.
- GUEDES, M; AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPQ. **Cadernos Pagu**, Rio de Janeiro, p.367-399, jul./dez. 2015.
- INSTITUTO SERRAPILHEIRA**. Apoio à pesquisa e divulgação científica no Brasil (2019). Disponível em: < <https://serrapilheira.org/> > Acesso em 26 fev. de 2019.
- LAZZAROTTI FILHO, A. *et al.* Trends in the field of physical education: Capes' area 21 produced documents analysis. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.40, n.3, p.233–241, 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.02.005> >. Acesso em: 24 fev. 2019.
- LEYDESDORFF, L.; ETZKOWITZ, H., Emergence of a Triple Helix of university–industry–government relations. **Science and Public Policy**, n.23, p.279-286, 1996.
- MANOEL, E. J.; CARVALHO, Y. M. Pós-Graduação na Educação Física Brasileira: A atração (fatal) para a biodinâmica. **Educação e Pesquisa**, v.37, n.2, São Paulo, maio/jul., 2011.
- MENEZES, E. T.; SANTOS, T. Verbete FAPs (Fundações de Amparo à Pesquisa). **Dicionário interativo da Educação Brasileira** - Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: < <http://www.educabrasil.com.br/faps-fundacoes-de-amparo-a-pesquisa/> > Acesso em: 22 de fev.2019.
- RIGO, L, C.; RIBEIRO, G. M.; HALLAL, P. C. Unidade na diversidade: desafios para a Educação Física no século XXI. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v.16, n.4, p.339-345, 2011. Disponível em: < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/view/631/661> >. Acesso em: 25 fev. 2019.
- SCHWARTZ, G. *et al.* Políticas públicas de esporte e lazer e gestão da informação: incidência da Rede CEDES como foco em pesquisas acadêmicas. **Motrivivência**, v.26, p.86-97, 2014.

- SCHWARTZ, G. M. O Lazer como campo de pesquisa. In: **Seminário o Lazer em Debate**, 1., 2009, Belo Horizonte. Palestra.
- SILVA, E. M.; GARCIA, J. C. R. Política de Informação Científica e Tecnológica no Brasil. **DataGrama-Zero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, ago. 2014.
- SILVA, F. M. A informação científica e tecnológica brasileira no âmbito da sociedade da informação: uma análise das iniciativas governamentais. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.2, n.2, p.18-30, jan./jun. 2005.
- SILVA, C.A.F.; TERRA, B.; VOTRE, S.J. O modelo da hélice tríplice e o papel da educação física, do esporte e do lazer no desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.28, n.1, 2006.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n.16, p.20-45, jul./dez. 2006.
- STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. 2011. 442 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JR, W. (Re) pensando as políticas públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, p.42-49, 2015.
- STAREPRAVO, F. A.; REIS, L., J. A.; CAVICHIOILLI, Fernando Renato.; MARCHI JR, Wanderley. E assim criou-se a Rede: aspectos técnicos, políticos e epistemológicos envolvidos na criação e desenvolvimento da Rede CEDES. **Movimento**, v.20, p.33-58, 2014.
- TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: MCT, 2000.
- TAVARES, G.; SCHWARTZ, G. M. Gestão da informação e do conhecimento em políticas públicas: ações realizadas pela Rede CEDES/ME. **Movimento**, v.19, p.207-226, 2013.
- TAVARES, G. H.; SCHWARTZ, G. M. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e em Portugal: a gestão do conhecimento em foco. **Revista da Educação Física** (UEM. Impresso), v.25, p.22-35, 2014.
- TAVARES, G. H.; SCHWARTZ, G.M. Gestão e políticas públicas: impactos e repercussões da criação da Rede CEDES/ME. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte** (RGNE), v.1, p.161-177, 2016.
- TAVARES, G. H.; SCHWARTZ, G.M.; FIGUEIREDO, J.P.; PALHARES, M. F. S. Vantagens Organizacionais da Gestão da Informação e do Conhecimento em um Sistema Público: O Caso Rede CEDES/ME. **Podium: Sport, Leisure and Tourism Review**, v.1, p.61-77, 2012.

MINI CURRÍCULO DOS AUTORES:

Giselle Helena Tavares – Professora da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia, da Universidade Federal de Uberlândia (FAEFI-UFU). Graduação em Educação Física (FAEFI-UFU) (2008) e Doutorado em Ciências da Motricidade na Universidade Estadual Paulista Campus Rio Claro (UNESP-RC) (2013). Pós-Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias (UNESP-RC) Claro (2015). Líder do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer.

E-mail: ghtavares@ufu.br

Endereço para correspondência:

Faculdade de Educação Física – Campus Educação Física

Rua Benjamim Constant, 1286

Uberlândia/MG – CEP 38400-678

Maria Clara Elias Polo – Graduação em Educação Física Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal de Uberlândia (FAEFI/UFU) (2016). Mestre em Educação Física pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGEF/UFTM) (2018).

E-mail: mcepolo@gmail.com

Endereço para correspondência:

Faculdade de Educação Física – Campus Educação Física

Rua Benjamim Constant, 1286

Uberlândia/MG – CEP 38400-678

Letícia Ramos Rodrigues – Graduanda do curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista do Centro da Rede CEDES de Minas Gerais; Bolsista de Iniciação Científica (CNPq) na Faculdade de Educação Física – FAEFI (UFU).

E-mail: lticia.ramos@hotmail.com

Endereço para correspondência:

Faculdade de Educação Física – Campus Educação Física

Rua Benjamim Constant, 1286

Uberlândia/MG – CEP 38400-678

5. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO E DO ESTUDO SOBRE O FUTEBOL 1980-2016¹

Adriano Lopes de Souza
Alexandre Francisco Alves
Felipe Vinícius de Paula Abrantes
Indiamara Bárbara da Silva
Luiz Gustavo Nicácio
Marina de Mattos Dantas
Priscila Augusta Ferreira Campos
Thiago José Silva Santana
Silvio Ricardo da Silva

Introdução

Embora latentes na sociedade brasileira e reconhecidos como fenômeno social, os estudos acadêmicos acerca do futebol na perspectiva das ciências humanas e sociais só se iniciaram nos finais da década de 1970.²

O esporte, incluindo o futebol, até então, era visto de uma maneira funcionalista, pautado no discurso médico e militar, visando o aprimoramento da raça e do corpo. Neste entendimento, não havia uma preocupação sobre a discussão política, social e histórica sobre o esporte, mas sim sobre a melhor técnica corporal para a execução correta dos movimentos. Visava-se, assim, um saber fazer corporal. Nesta perspectiva, a área da Educação Física, era a responsável pela produção deste conhecimento (SOARES *et al*, 1992).

¹ Projeto de pesquisa contemplado pelo Edital 001/2015, da Rede CEDES.

² Vale ressaltar que já havia no Brasil publicações nacionais sobre o futebol pautadas na produção jornalística e não acadêmica e com ênfase na literatura ficcional, na prosa e na poesia. Autores como Nelson Rodrigues, Gilberto Freyre, Mário Filho, Coelho Netto se destacam nesse período.

Tal concepção foi hegemônica até o final da década de 1980, quando outros referenciais começaram a entrar em cena, em outras áreas do conhecimento. De acordo com Toledo (2001), nos meados da década de 1970 e início da década de 1980, houve um grande interesse, no âmbito das ciências humanas e sociais, para se estudar o fenômeno urbano e suas manifestações sociais. Assim, surgiu o interesse pela compreensão do esporte, especificamente o futebol, no caso do Brasil, vinculando-o às formas de representações coletivas nas quais a sociedade brasileira se mostra e se deixa expressar.

Em 2008, o Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT/UFMG), durante seus estudos e pesquisas, verificou que a produção acadêmica sobre o futebol se encontrava pulverizada, dificultando as buscas e as consultas. Ao mesmo tempo, verificou-se uma baixa indexação de periódicos brasileiros na biblioteca virtual SciELO³, o que contribuía para a dificuldade de agrupar os estudos sobre futebol. Desta forma, tendo por finalidade agrupar a produção sobre o futebol em um banco de dados, surgiu a ideia da realização de um trabalho de levantamento da produção brasileira sobre este esporte no âmbito das ciências humanas e sociais, de modo que pesquisadores, estudantes, gestores públicos e demais interessados na temática pudessem localizar grande parte do material produzido em forma de teses e dissertações defendidas no período de 1980 a 2007, artigos publicados em periódicos e anais de congressos científicos até 2007 e livros disponíveis em bibliotecas de cinco universidades brasileiras (SILVA *et al*, 2009).

Os produtos deste trabalho – um livro e um CD ROM – serviram como incentivo para outros levantamentos, cada qual aprimorando o seu critério de inserção do material disponível (GIGLIO, SPAGGIARI, 2010; GASBAR, BARBOSA, 2014).

Neste sentido, após sete anos da realização do primeiro trabalho de levantamento (SILVA *et al*, 2009) e, concomitante à comemoração dos 10 anos de fundação do GEFuT, surgiu a necessidade no grupo de analisar novamente a produção brasileira sobre o futebol. A demanda se deu pela percepção deste grupo sobre o aumento do interesse acadêmico-científico relacionado à temática do futebol, concretizada em eventos científicos, publicações de artigos e trabalhos defendidos em programas de pós-graduação, acreditando que grande

³ Scientific Electronic Library Online. Disponível em: < <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22-12-2018.

parte desse movimento também foi provocada pela realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014.

Este artigo tem como objetivo apresentar uma síntese dos resultados da pesquisa intitulada “Levantamento e análise do desenvolvimento da produção e do estudo sobre o futebol 1980-2016”.

Nessa perspectiva, foram formadas quatro eixos de investigação: **(1) Eixo 1** – artigos publicados em revistas com avaliação Qualis CAPES de B2 a A1⁴ entre os anos de 1980 e 2016; **(2) Eixo 2** – teses e dissertações sobre futebol defendidas em programas de pós-graduação no Brasil entre os anos de 1980 e 2016 e disponibilizadas na plataforma sucupira da CAPES; **(3) Eixo 3** – grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq que trabalham a temática do futebol, fundados entre os anos de 1980 e 2016 e, **(4) Eixo 4** – livros dos acervos das bibliotecas das seguintes universidades: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre 1980 e 2016. Além disto, este eixo se encarregou, também, de levantar a produção sobre futebol em livros publicados com o auxílio da Rede CEDES.

Metodologia

A pesquisa caracterizou-se como um estudo bibliométrico. Esta forma de investigação se apresenta como uma importante ferramenta de análise da produção intelectual sobre um determinado assunto, apresentando indicadores que podem retratar o comportamento e o desenvolvimento de uma área do conhecimento (ARAÚJO, ALVARENGA, 2011).

Para tanto, utilizamos o mesmo procedimento metodológico para as quatro linhas de pesquisa, a saber:

Definição dos Termos para as Buscas

Primeiramente, foi definido como termo-base de busca a palavra *futebol*, se presente no título, no resumo ou nas palavras-chave.

⁴ A pesquisa tomou como base o quadriênio 2013 a 2016.

Consulta nas Bases de Dados Científicas

Para o Eixo 1, foram selecionados no sítio virtual da CAPES, na sessão WebQualis, os periódicos científicos que atendessem os seguintes critérios: **(a)** estarem classificados nos extratos A1, A2, B1 ou B2 em pelo menos duas áreas pertencentes às ciências humanas e sociais⁵, **(b)** serem de edição brasileira e **(c)** serem publicados em língua português-brasileiro. Além destes, foram incluídos os periódicos consultados no levantamento de Silva *et al* (2009).

Para o Eixo 2, foram realizadas buscas no Banco de Teses disponível no sítio virtual da CAPES. Entretanto, como esse se encontrava desatualizado, foi feito um contato direto com a instituição por meio de correio eletrônico com o objetivo de disponibilizarem a base de dados. Os arquivos referentes às teses e dissertações defendidas entre os anos 1980 a 2015 foram enviados por correio eletrônico em formato *Access* e os estudos do ano de 2016 foram coletados no portal do Banco de Teses e Dissertação da Capes através da Plataforma Sucupira.⁶

Para o Eixo 3, a busca foi feita no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq pela palavra-chave *esporte*. Desconfiando da atualização das informações prestadas pelos grupos no Diretório e buscando ampliar as mesmas, foi enviado um questionário digital, via *Google Forms*, para cada grupo contemplado pela pesquisa.

Por fim, no Eixo 4 foi realizada a busca no site das bibliotecas das seis universidades brasileiras melhor posicionadas no *ranking* desenvolvido pela Universidade de *Jiao Tong*, Xangai (China), em 2007⁷. Com relação à

⁵Foram consideradas como ciências humanas e sociais as seguintes áreas do conhecimento: Antropologia, Ciências Sociais, Ciências Socioambientais, Filosofia, História, Pedagogia, Psicologia, Administração, Arquitetura, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, Controladoria e Finanças, Design, Direito, Filosofia, Geografia, Gestão Pública, Letras, Museologia, Pedagogia, Psicopedagogia, Relações Internacionais, Teologia, Turismo, Urbanismo. As áreas do conhecimento Psicologia e Educação Física, em sua interseção com as ciências humanas e sociais, também foram inseridas nesse levantamento.

⁶Para mais informações, acessar o portal Capes. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/36-noticias/6810-capes-lanca-plataforma-sucupira-para-gestao-da-pos-graduacao>. Acesso em: 05 nov. 2018.

⁷Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

pesquisa na Rede CEDES⁸, à busca foi realizado no Repositório Institucional Vitor Marinho⁹, que reúne todas as suas publicações, acessando “comunidade 03-Publicações | Livros”. Nessa parte do *site* estão reunidos todos os livros da Rede que somam, ao todo, 147 obras. Deste total, foi realizada uma seleção dos livros cuja ocorrência do futebol na obra tivesse relevância para a análise.

Exportação dos Registros

Após a consulta nas bases de dados citadas anteriormente, foi feita a exportação dos registros. Dos artigos, teses, dissertações grupos de pesquisa e livros selecionados, foram gerados arquivos em formato *Excel/SPSS* com as informações bibliométricas dos trabalhos, tais como título, nome do grupo, autores/líderes, ano, local de publicação, periódico, entre outras.

Aplicação de Critérios para Seleção dos Trabalhos

Nesta etapa, foram aplicados os critérios para exclusão dos trabalhos. Foram excluídos os duplicados ou aqueles cujo conteúdo não contemplassem o futebol enquanto objeto de estudo.

Categorização

Foram realizadas reuniões periódicas com a equipe de trabalho nas quais se fazia a leitura do título do trabalho e do resumo a fim de identificar as principais temáticas abordadas pelos autores, apontando para o enfoque de pesquisa. Da identificação da temática, foram criadas categorias¹⁰ e subcategorias¹¹. Vale ressaltar que cada trabalho poderia ser classificado em até duas categorias e duas subcategorias.

⁸ Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer). Para maiores informações consultar SOUZA et al (2018).

⁹ Disponível em: <http://vitormarinho.ufsc.br/>. Acesso em: 11 jun. de 2018.

¹⁰ Para maior fluência na leitura, serão definidas apenas as categorias que foram destaques entre a produção. 1. Agremiações - estudos que contemplam a formação, sociabilidade, constituição de agremiações ligadas ao futebol; 2. Atletas de Futebol; 3. Biografia; 4. Entrevista; 5. Espetáculo Esportivo - trabalhos que se debruçaram sobre temas referentes à análise do futebol no âmbito do negócio, das relações com o consumo e sua organização; 6. Estádio; 7. Estudo Histórico - trabalhos que se dedicaram a registrar, analisar cronologicamente, apreciar e explicar fatos relacionados ao futebol ao longo dos tempos, seguindo os rigores inerentes aos processos científicos formais; 8. Estudo Literário; 9. Futebol de Várzea; 10. Gênero - estudos que abordassem a categoria de análise utilizada para explicar a construção da imagem e a persistência das desigualdades entre homens e mulheres; 11. Iconografia; 12. Identidade - trabalhos que abordassem a construção do nacionalismo e de estereótipos culturais

Análise dos Dados

Com a padronização dos dados, foram gerados gráficos e tabelas. A partir disto, foi feita uma análise descritiva dos mesmos.

Resultados e discussões

Eixo 1 – Artigos

Acerca dos artigos levantados, encontramos 86 revistas científicas que publicaram 371 artigos que discorreram sobre o futebol e suas temáticas correlatas. Observamos que a produção acadêmica sobre esse esporte continua em evidência, sobretudo quando comparamos os resultados encontrados com os achados do primeiro levantamento realizado por Silva *et al* (2009). Neste, os autores encontraram 133 trabalhos distribuídos em 26 periódicos entre os anos de 1980 e 2007.

Nesta direção, diante da proeminência da temática no campo acadêmico, desde a década de 1980 a rotina de publicações se manteve regular, havendo picos de produção, sendo o primeiro deles em 1994, destacando a publicação de nove artigos no “Dossiê Futebol”, na Revista USP. Após este período, as publicações sobre o futebol voltaram a crescer fortemente na segunda metade do decênio de 2000, mais especificamente em 2007, quando visualizamos a publicação de 13 artigos e, o seu ápice, em 2014, com a divulgação de 62 trabalhos.

Entre os 371 artigos levantados, 27 (7,27% do total) foram escritos por primeiro autor pertencente a Instituição de Ensino Superior (IES) estrangeira. Observamos que os primeiros trabalhos foram enviados para as revistas brasileiras no decênio de 2000. Neste período foram publicados quatro artigos, dos quais três vieram da Argentina e um de Portugal. A partir de 2010,

(cont.)

culturais sobre um grupo; 13. Jogos Virtuais; 14. Lazer; 15. Legislação; 16. Linguística; 17. Literatura - trabalhos que enfocassem a arte da utilização estética da linguagem escrita em verso ou prosa; 18. Mídia - estudos que tinham como centralidade os meios de comunicação em massa, tanto na esfera do seu produtor quanto na sua difusão; 19. Outros Temas - trabalhos que não se adéquam às temáticas existentes, fosse por inviabilidade do acesso ao conteúdo de seu resumo ou trabalho completo, fosse por falta de consenso entre os avaliadores na determinação de dada categoria; 20. Pedagogia do Futebol; 21. Política; 22. Psicologia do Esporte; 23. Regras; 24. Resenha; 25. Violência.

¹¹ As subcategorias foram criadas para conferir uma maior especificidade ao trabalho analisado.

visualizamos um crescimento importante destas publicações e o continente europeu assumindo o protagonismo. Esta entrada da produção estrangeira em periódicos nacionais pode ter se dado nesse período pelo surgimento do programa SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), em 1998. Este programa teve como objetivo desenvolver competência e infraestrutura para indexar e publicar na *internet* um conjunto selecionado de periódicos brasileiros, de diferentes disciplinas, que adotassem a avaliação pelos pares e lidar com textos em diversos idiomas aumentar a visibilidade, uso e impacto dos periódicos indexados e das pesquisas que publicam (PACKER, MENEGHINI, 2014, p.17).

Neste sentido, as revistas brasileiras passaram a ter visibilidade internacional e o seu conteúdo tornou-se de acesso aberto. Ademais, durante a década de 2000, as universidades federais foram incentivadas a ampliar o processo de cooperação internacional através da mobilidade de discentes e docentes, como também na produção colaborativa em pesquisa.

Em relação aos 322 artigos produzidos no Brasil, a região Sudeste se destacou com 181 artigos publicados (56,21% do total). Houve destaque para o Estado de São Paulo, que contribuiu com 90 produções (27,95%). O Rio de Janeiro publicou 53 artigos (16,45%), enquanto Minas Gerais e o Espírito Santo produziram, respectivamente, 34 (10,55%) e 4 trabalhos (1,24%).

A região Sul produziu 97 artigos (30,12% do total), sendo o Rio Grande do Sul responsável por 52 trabalhos (16,14%), o Paraná por 27 publicações (8,38%) e Santa Catarina por 18 trabalhos (5,59%).

A região Nordeste contribuiu com a publicação de 33 artigos (10,24% do total levantado no Brasil). A Bahia e Pernambuco foram os Estados que mais se destacaram nessa seara dentro da região, sendo responsáveis pelo envio de 11 artigos cada um (3,41%). Em seguida, Ceará com 4 (1,24%), Rio Grande do Norte com 3 (0,93%), Paraíba com 2 (0,62%), Alagoas e Sergipe com 1 publicação cada (0,31%).

Na região Centro-Oeste, tivemos a produção de 10 artigos (3,10% do total) que discorreram sobre o futebol e suas respectivas temáticas. O Distrito Federal se destacou de forma mais proeminente, com a produção de 6 trabalhos (1,86%), enquanto seus vizinhos Goiás e Mato Grosso contribuíram com a publicação de 2 artigos (0,62%) cada um.

Por fim, a Região Norte foi quem menos contribuiu com o envio de artigos para publicação. Dentro do nosso levantamento, a região enviou apenas 1 trabalho (0,31%) por meio do Estado do Pará.

Diante desta distribuição por região, apresentamos duas ponderações. Inicialmente, destacamos que as regiões Sudeste e Sul do Brasil se apresentam

como principais lideranças na produção sobre o futebol no campo das Ciências Humanas e Sociais. Sob esse aspecto, inferimos que este cenário se justifica pela presença das principais universidades brasileiras, conforme classificação divulgada pelo Ministério da Educação (MEC), levando em consideração o Índice Geral de Cursos (IGC)¹². Estes resultados¹³ colocam estas regiões como as principais referências na produção de conhecimento no país.

O segundo ponto, que tem relação direta com o primeiro, é que grande parte destas universidades estão localizadas nas capitais dos estados. Sendo assim, há uma concentração da produção do conhecimento sobre o futebol nas capitais. Este fato se relaciona com a não consolidação da política de descentralização das universidades, que será discutido no Eixo 3.

Não podemos desprezar também o fato de que muitos destes estados e cidades que têm significativa produção têm, também, clubes protagonistas no futebol brasileiro.

Em relação à distribuição dos artigos em função do gênero dos autores, observamos uma preponderância masculina na autoria das publicações. Ao todo, 236 trabalhos levantados (63,61% do total) foram escritos por homens. As mulheres foram responsáveis pela escrita de 53 artigos (14,28%). As 82 produções restantes (22,10%) foram escritas de forma conjunta por ambos os gêneros. Quando comparamos este resultado aos dados encontrados por Silva *et al* (2009), observamos que não houve alterações no quadro de autoria dos trabalhos em relação ao gênero dos autores.

Quando discorremos sobre a distribuição destes artigos em função das categorias, observamos que cinco delas se destacaram de forma mais acentuada. A primeira, pela heterogeneidade e complexidade da produção foi “Outros Temas”, com 82 artigos (22,10% do total), seguida por “Estudo Histórico”, com 61 artigos (16,44%). Na sequência, “Espetáculo Esportivo” totalizou 44

¹² O MEC realiza esse ranking por meio do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), que se configura como um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior. A nota do IGC varia de 1 a 5 e as instituições com 4 e 5 são consideradas excelentes e notas abaixo de 3 são insatisfatórias. Instituições que ficam abaixo de 3 não podem se expandir, ou seja, não podem construir novos campi, nem abrir cursos ou aumentar o número de vagas. Cursos autorizados podem sofrer redução de vagas ou ter processos seletivos suspensos, após vistoria de especialistas. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc->>. Acesso em: 08 nov. 2018.

¹³ Das 98 universidades que apresentaram IGC 5 e 4 – notas de excelência –, 69 estão localizadas justamente no sudeste e sul do país.

artigos (11,85%). Nesta, observamos que as produções tiveram seu ápice de publicações em 2013. Este cenário coincide com o período de escolha e de realização da Copa do Mundo no Brasil no qual houve uma preocupação, sobretudo do campo acadêmico, não só com a realização da Copa do Mundo no Brasil, mas também com o legado ao final desse megaevento futebolístico.

A quarta categoria destacada é a “Mídia”, com 34 artigos (9,16% do total) e, por fim, a quinta categoria mais frequente se refere à “Identidade”, com 25 artigos (6,73%).

Em comparação ao primeiro levantamento realizado por Silva *et al* (2009), destacamos que, a partir dos dados apresentados, houve um aumento da produção de artigos que tiveram o futebol como tema central. No entanto, quando comparamos os resultados encontrados, observamos que o cenário permanece inalterado. As regiões sul e sudeste ainda exercem um importante protagonismo na produção destes trabalhos, enquanto a região norte tem produzido muito pouco sobre a temática. Analisando o cenário em relação ao gênero, observamos o mesmo quadro do trabalho publicado em 2009. Os homens ainda aparecem de forma mais acentuada como autores principais dos trabalhos em comparação às mulheres. Por fim, destacamos também a temática “Espetáculo Esportivo”, que ganhou notoriedade, fundamentalmente, em razão da realização da Copa do Mundo de Futebol Masculino, realizada no Brasil em 2014.

Eixo 2 – Teses e Dissertações

Nesta linha foram analisados 959 trabalhos de pós-graduação entre mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado. A categoria mestrado profissional (MP), incluída no estudo, é uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu* direcionada à capacitação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento com objetivo de atender às demandas do mercado de trabalho (BRASIL, 2017)¹⁴.

Para Cirani, Campanário e Silva (2015), os dados do número de matrículas no mestrado profissional revelam um movimento de crescimento acelerado desta modalidade, passando de 589 alunos, em 1999, para 12.195, em 2011. Conforme proposição dos autores citados, esses dados projetam

¹⁴ Mais informações sobre a regulamentação, bem como o reconhecimento dos cursos de Mestrado Profissional, podem ser encontradas na Resolução CNE/CES nº 1/2001, alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002.

uma dominância do cenário da pós-graduação brasileira no futuro, em razão da maior facilidade percebida pelas IES para a criação e aprovação dessa modalidade de ensino, somando-se a isso a percepção dos candidatos que entendem ser um curso mais apropriado às suas necessidades profissionais.

Neste período, também houve o crescimento em números absolutos na oferta de cursos de pós-graduação no Brasil de 1259, em 1998, para 4926, no ano de 2017, o que representa uma taxa de aumento de 241% em 20 anos. Outro dado importante extraído do Portal Geocapes (BRASIL, 2018a) refere-se ao percentual de cursos por *status* jurídico. Os números revelam que as instituições públicas são responsáveis por 81,5% dos cursos de pós-graduação, enquanto o setor privado responde por 18,4% dos programas de mestrado e doutorado no Brasil¹⁵.

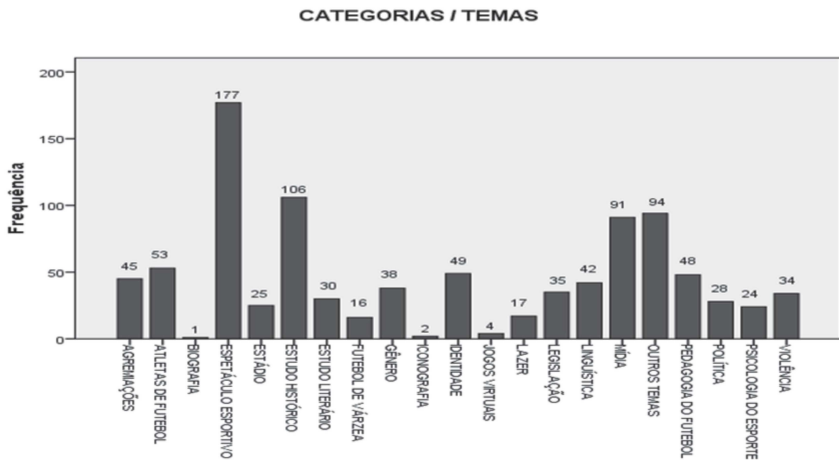
Esta ampliação na oferta da pós-graduação teve impacto na produção das teses e dissertações que tiveram o futebol como tema central. O número de teses defendidas foi de 186, o que representou 19,40% do total. As dissertações de mestrado somaram 737 estudos (76,9%), seguidas pelo mestrado profissional com 36 trabalhos (3,8%).

Em relação ao mestrado profissional, a produção sobre o futebol encontrava-se pulverizada ao longo do tempo. Inicia-se em 2004, com uma publicação por ano, oscilando entre um e cinco trabalhos anuais até 2014. Em 2015, houve um salto para 13 publicações e, curiosamente, em 2016 não houve publicações. Embora estes números ainda sejam discretos, chama a atenção a sua ampliação.

No que se refere à distribuição das teses e dissertações por categorias (Figura 1), a análise das temáticas desenvolvidas nas pesquisas de pós-graduação demonstrou uma concentração maior nos estudos relacionados ao futebol como “Espectáculo Esportivo”, totalizando 177 trabalhos (18,5%).

¹⁵ Os dados por *status* jurídico indicam que as Universidades Federais lideram a lista dos cursos de pós-graduação no Brasil com um total de 2479 cursos (57,7%), as Estaduais com 993 (23,1%), as Municipais com 32 (0,7%) e as Particulares com 792 (18,4%).

Gráfico 1 – Distribuição das teses e dissertações por categorias/temas



Fonte: Elaborada pelos autores com dados da CAPES.

Os dados demonstraram que, até o ano de 2006 (um período de 26 anos), 46 trabalhos sobre espetáculo esportivo foram publicados, uma média de 1,7 estudos realizados por ano. A partir de 2007, ano em que o Brasil foi anunciado como a sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, 134 trabalhos de pós-graduação foram defendidos com essa temática, ou seja, 13,4 por ano, representando um aumento de 67% em relação ao período anterior.

Analisando mais profundamente a categoria “Espectáculo Esportivo” e levando-se em consideração as suas subcategorias (administração, evento, legado, *marketing* e mercado), observamos que os trabalhos sobre administração e *marketing* tiveram a maior ocorrência (103 estudos), o que pode indicar a necessidade de compreensão do processo de gestão do futebol brasileiro e das transformações econômicas e administrativas sofridas por esse esporte ao longo do tempo.

Segundo Proni e Zaia (2007), o futebol profissional assume novas feições nos países desenvolvidos, alterando relações sociais, políticas e culturais em dois processos: a globalização e a liberação econômica da concorrência. Segundo os autores, os dois processos são indissociáveis e “refletir sobre tais tendências é fundamental para pensar os rumos do futebol brasileiro na globalização” (PRONI, ZAIA, 2007, p.20).

Por fim, ainda dentro da categoria “Espectáculo Esportivo”, os estudos que trataram sobre evento e legado compuseram a segunda maior amostra pesquisada (39 estudos).

Para Damo (2012), quando se trata de megaeventos, como a Copa do Mundo pensa-se mais na extensão do que na duração de modo que, tanto a escolha do país como sede quanto a grande mobilização nacional dos agentes e agências envolvidas são impactadas.

Desta forma, o aumento na produção científica sobre o tema sugere um grande interesse da academia na temática dos megaeventos esportivos, fortalecendo o debate, suscitando novas reflexões e estimulando o diálogo entre as diversas instituições. Cabe lembrar que a realização dos megaeventos esportivos no Brasil foi palco de discussões e polêmicas em vários âmbitos da sociedade, sobretudo o político e o acadêmico.

A segunda categoria mais estudada pelos pesquisadores foi o “Estudo Histórico”, com 106 trabalhos defendidos (11,1%).

Por fim, os estudos de mídia compreenderam 91 pesquisas (9,5%), sendo o terceiro tema mais pesquisado.

A grande variabilidade de temas estudados pode fornecer importantes dados sobre o interesse do futebol por diversas áreas do conhecimento e as possibilidades de estudo para melhor compreensão do fenômeno cultural e social que esse esporte representa.

No que se refere à frequência de publicações por ano, os dados apontaram que o estudo do futebol pela academia iniciou-se de maneira discreta, se consolidando ao longo das décadas. Na primeira década investigada, entre os anos de 1980 e 1990, foram publicados oito trabalhos pela pós-graduação. A partir de 1991, mesmo com um número reduzido de publicações, inicia-se um crescimento gradativo, mas ainda marcado por alguns picos. Este comportamento vai até o ano de 2000. Assim, entre 1991 e 2000, foram produzidos 92 estudos sobre futebol nas ciências humanas e sociais.

Na década seguinte (2001 a 2010) houve um aumento substancial de trabalhos, totalizando 337 teses e dissertações defendidas, o que representa um aumento de 266% em relação ao período anterior.

Entre os anos de 2011 e 2016, com um espaço de tempo menor, foram defendidos 522 trabalhos de teses ou dissertações, representando uma média de 87 estudos defendidos por ano. Os dados indicam que houve um salto na produção de estudos em anos de Copa do Mundo, o que pode ser explicado pelo interesse dos pesquisadores pela temática e grande relevância de estudos que esse megaevento proporcionou.

A título de exemplo, destaca-se o número, até então recorde, de estudos produzidos (107) no ano de 2014, quando da realização da Copa do Mundo no Brasil. Segundo Curi (2013), os megaeventos, como a Copa do Mundo, geram um pesado investimento em infraestrutura, que obedece a normas internacionais,

interferindo gravemente na vida dos cidadãos brasileiros. Deste modo, torna-se importante a discussão deste complexo tema, constituindo um desafiador objeto de análise para as ciências sociais.

Entretanto, também não podemos nos esquecer que, além do aumento do interesse pelos estudos sobre futebol, houve também o aumento de oferta de cursos de pós-graduação, como já foi discutido anteriormente. Estes dois aspectos relacionados possibilitam uma maior diversidade de ideias e de objetos de estudo que sistematizaram em um aumento na produção acerca do futebol no âmbito das ciências sociais e humanas.

Ao analisar a produção de teses e dissertações pelas regiões e estados brasileiros, percebemos que o estado no qual os pesquisadores mais produziram trabalhos de pós-graduação sobre futebol foi o de São Paulo, com um total de 314 teses e dissertações defendidas (32,7% do total). Em segundo lugar, aparece o Rio de Janeiro com 176 defesas (18,4% do total), seguido pelo Rio Grande do Sul com 106 trabalhos (11,1% do total) e Minas Gerais com 84 produções (8,8% do total). O estado do Paraná vem logo a seguir, com 53 defesas (5,5% do total), marcando a hegemonia das regiões sudeste e sul na produção de trabalhos de pós-graduação.

Assim, quando analisados por regiões, as desigualdades do país são acentuadas. Os resultados mostram que as regiões Sul e Sudeste concentram o maior número de trabalhos, produzindo 21,5% e 60,5%, respectivamente.

A grande discrepância pode ser observada nas regiões Nordeste, com 11,6%, Centro-Oeste e Norte, com 4,9% e 1,6%, respectivamente. Em números absolutos, até o ano 2000 foram publicados 4 trabalhos na região Centro-Oeste, 1 na região Norte e 2 na região Nordeste. A partir de 2001, houve um aumento da produção científica nestas regiões, com 15 estudos no Centro-Oeste, 36 no Nordeste e 4 no Norte. Verificamos que, em um período de 6 anos, compreendido entre 2011 e 2016, o aumento na produção foi ainda maior. O Centro-Oeste foi responsável por 26 estudos, o Nordeste por 74 trabalhos e a região Norte por 9.

De acordo com Cirani, Campanário e Silva (2015), as comparações regionais são fundamentais para analisar a realidade da produção científica no Brasil. Em um estudo que analisou a distribuição regional dos cursos de pós-graduação no país entre 1998 e 2011, os dados apontaram que em 2011, do total de 4650 cursos de pós-graduação, 51% localizavam-se na região Sudeste, 20% no Sul, 18% no Norte e apenas 7,2% no Nordeste e 4% no Norte.

Sendo assim, políticas de descentralização das IES e incentivo à pesquisa são importantes para a diminuição da desigualdade científica brasileira.

Sobre a produção científica em relação ao gênero dos autores, verificou-se que 706 estudos (74% do total) foram desenvolvidos por pessoas do sexo masculino, sendo 566 dissertações e 140 teses. As mulheres foram responsáveis por 253 estudos (26%), sendo 207 de mestrado e 46 de doutorado.

Se cruzarmos os dados sobre o gênero dos autores por região de produção, veremos que, em relação ao total de pesquisas desenvolvidas pelas mulheres, 56,9% foi produzida na região Sudeste, 21,3% no Sul, 15,8% no Nordeste, 4,3% no Centro-Oeste e 1,6% no Norte.

Apesar do pioneirismo de Simoni Guedes, em 1977¹⁶, as publicações por mulheres apresentaram uma interrupção de 15 anos e o próximo trabalho defendido por uma mulher seria somente em 1992¹⁷. Após esse interstício acadêmico, os dados apontaram um crescimento da participação da pesquisa por mulheres. Entre os anos de 1991 e 2000, foram publicados 22 trabalhos. Na década seguinte (2001 a 2010), houve um salto para 84 trabalhos e, finalmente, em período menor, de 2011 a 2016 o número de teses e dissertações produzidas pelas mulheres elevou-se para 147.

Em relação aos temas estudados pelas mulheres, vemos que há um alinhamento com a produção geral, isto é, o tema de maior interesse foi “Espectáculo Esportivo”, com 33 estudos, seguido pela categoria “Mídia” com 27 publicações. Exceção é a aparição do tema “Gênero” como o terceiro mais estudado, com 25 trabalhos publicados, demonstrando que a persistência das mulheres em elucidar e ocupar o espaço social também ocorre nos estudos sobre o futebol.

Apesar do número de publicações de mulheres ser inferior ao de homens, os dados da CAPES de 2016 sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação apontam que as mulheres são a maioria em número de matrícula nesta modalidade de educação nacional.

Conforme dados obtidos no Portal CAPES (BRASIL, 2018b), em 2016 havia 186.544 mulheres matriculadas e tituladas nos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional, enquanto os homens somam 160.569, uma diferença de aproximadamente 14%.

¹⁶ GUEDES, Simoni. O futebol brasileiro: instituição zero. 1977. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro.

¹⁷ ANTUNES, Fatima Martin Rodrigues Ferreira. Futebol de Fábrica em São Paulo. 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

Embora o crescimento da participação feminina no campo das pesquisas científicas seja uma realidade, os desafios para as mulheres na academia ainda são muitos. Um tema que é considerado “tradicionalmente” masculino como o futebol ainda encontra algumas barreiras, mas os dados contidos neste relatório indicam que elas vêm conquistando seu espaço ao longo do tempo.

Eixo 3 – Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq

Após o tratamento metodológico, apenas 74 grupos de pesquisa que estudam o futebol tornaram-se aptos a participar desta pesquisa.

No que se refere ao ano de formação dos grupos de pesquisa, os dados reafirmaram o levantamento anterior realizado por Silva *et al* (2009) que mostra que nos primeiros anos da década de 2000 houve um aumento das produções sobre futebol. Vemos que é neste mesmo período que há um maior número de grupos de pesquisa surgindo no país, isto é, de cinco grupos criados até 1999 para 69 do ano 2000 em diante.

Os dados também apontaram que o pico da quantidade de grupos se deu em 2010 (45 grupos criados), em um período que se aproximavam os megaeventos no Brasil, fato que pode explicar o crescimento do interesse no tema e a consequente criação de núcleos de estudos ou a incorporação dessa temática por grupos já existentes.

Ao analisar a distribuição dos grupos de pesquisa por unidade federativa, verificamos a concentração de grupos nas regiões sudeste e sul (66% do total), como demonstra a Figura 2. Esta realidade aponta, ainda, a necessidade de imprimirmos esforços para políticas públicas de incentivo a ciência no interior do país.

Gráfico 2 – Quantidade de grupos cadastrados no DGP/CNPq por estado



Fonte: os autores.

No que se refere à distribuição dos grupos de pesquisas nas cidades brasileiras, existe uma tendência destes se concentrarem nas capitais das unidades federativas. Assim, dos 74 grupos, 6 estão lotados em São Paulo, 6 no Rio de Janeiro, 4 em Porto Alegre, 3 em Florianópolis, Belo Horizonte, Recife e São Luís. Essas são as capitais com o maior número de grupos de pesquisa. Vale ressaltar que, uma série de cidades do interior dos estados brasileiros também possuem grupos em instituições nelas localizadas. Mas, esse número é restrito a apenas um grupo de pesquisa. As cidades do interior que possuem mais de um grupo são: Uberaba (2), Petrolina (2), Niterói (2), Londrina (2), Bauru (3) e Maringá (3).

Em relação às grandes áreas de conhecimentos dos grupos que estudam o futebol no Brasil, encontramos a mesma quantidade de grupos registrados nas Ciências Humanas e nas Ciências da Saúde (29 grupos em cada uma dessas áreas). Na sequência, 11 grupos estão inscritos na área das Ciências Sociais Aplicadas, 2 nas Ciências Biológicas, 1 na área da Linguística, Letras e Artes, 1 nas Ciências Exatas e da Terra e 1 na Engenharia.

Já no que se refere às subáreas de conhecimento na qual os grupos de pesquisa se encontram, onde havia a possibilidade de indicação de diversas subáreas, simultaneamente, por cada grupo, vemos a predominância da Educação Física, pois 29 grupos indicaram essa subárea. Esta concentração justifica a predominância de grupos registrados na área das Ciências da Saúde. Ao mesmo tempo, percebemos uma distribuição mais uniforme dos grupos entre as subáreas História, Comunicação, Educação, Antropologia, Sociologia e Psicologia, totalizando juntas 58 registros, demonstrando que nas Ciências Humanas há um equilíbrio nos estudos sobre o futebol.

Em se tratando da instituição a qual os grupos estão ligados, percebemos, novamente, a predominância de distribuição dos grupos em IES localizadas nas capitais, com 42 registros, em detrimento de 31 registros de grupos em IES nas cidades do interior. As IES com a maior quantidade de grupos que estudam futebol registrados foram a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cada uma com 4 grupos; seguidas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cada uma com 3 grupos. Também é possível constatar que a grande parte dos grupos de pesquisa se localiza nas universidades públicas (65 grupos), sendo 43 nas federais e 22 nas estaduais. Poucos grupos (8) são sediados em instituições particulares e, apenas 1, em Institutos Federais.

Estes dados corroboram o estudo de Souza *et al* (2018) que analisaram o fazer científico no Brasil e apontaram que são sobretudo as IES públicas que impulsionam o seguimento científico, tecnológico e de inovação no Brasil. Este dado aponta para a necessidade de ainda mais investimentos na área pelo Estado, uma vez que é neste espaço que a ciência no Brasil acontece e se desenvolve em larga escala. Deixar de investir no setor significa um congelamento do progresso científico do país.

Com relação aos membros que fazem parte dos grupos de pesquisa, podemos afirmar uma uniformidade na composição destes grupos. Além da presença dos líderes, há alunos de pós-graduação, sobremaneira de mestrado e doutorado, o que, de certa forma, corrobora os dados apresentados em relação ao fazer científico no País, mostrando a forte vinculação das atividades científicas com as universidades públicas e os grupos de estudos nela presentes, bem como o fomento de um processo de formação de um pesquisador.

Por último, em relação ao gênero dos líderes de grupos de pesquisa que estudam futebol, nota-se que dentre um total de 109 líderes, há apenas 20

líderes mulheres, divididas da seguinte maneira: 13 são primeira líder, cinco são vice-líderes e duas terceiras líderes¹⁸. Vale ressaltar que, mesmo em quantidade menor que a de homens entre os líderes, estes dados vão ao encontro do que afirmam Anjos e Dantas (2016), ou seja, que o número de mulheres vem crescendo em protagonismo nas pesquisas sobre futebol, ainda que haja uma hegemonia masculina na produção acadêmica relacionada ao futebol.

Eixo 4 – Livros

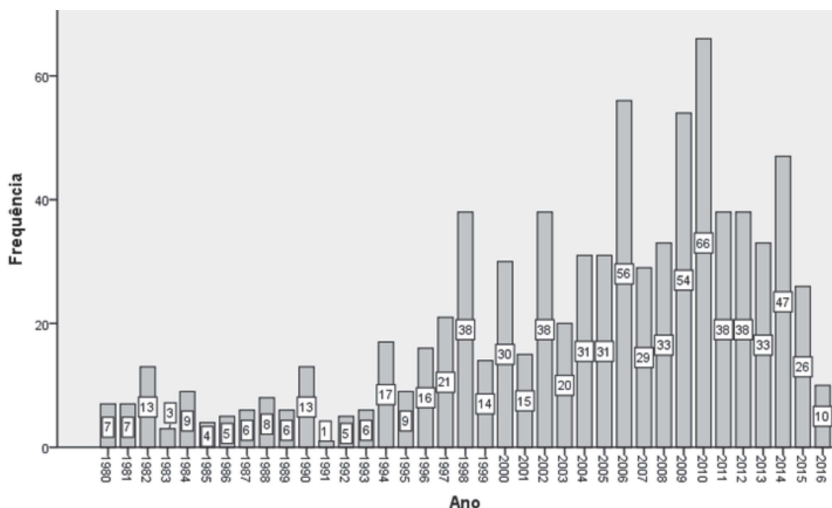
Neste eixo foram catalogados 831 livros das bibliotecas das seis universidades pesquisadas e do repositório Vitor Marinho que continha as produções da Rede CEDES¹⁹. Houve um aumento de mais de 350% do total de obras analisadas em relação ao levantamento feito por Silva *et al* (2009), quando 235 livros foram contabilizados.

Ao analisar o ano de publicação das obras verificamos que, nos anos em que ocorreram Copas do Mundo (1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014), houve um aumento no número de publicações em relação ao ano anterior e posterior, com exceção da Copa de 1986. Também ocorreu um aumento das publicações com o anúncio e realização dos megaeventos esportivos no Brasil (Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, 2007; Copa do Mundo, 2014 e Jogos Olímpicos, 2016), conforme Figura 3.

¹⁸ A saber: 55 grupos possuem apenas um líder; 15 grupos possuem 2 líderes; 2 grupos possuem 3 líderes; e apenas 2 grupos possuem 4 líderes.

¹⁹ Fizemos a opção em não separar as obras por bibliotecas, uma vez que os livros que se repetiram foram contabilizados apenas uma vez.

Gráfico 3 – Ano de publicação dos livros a partir de 1980²⁰



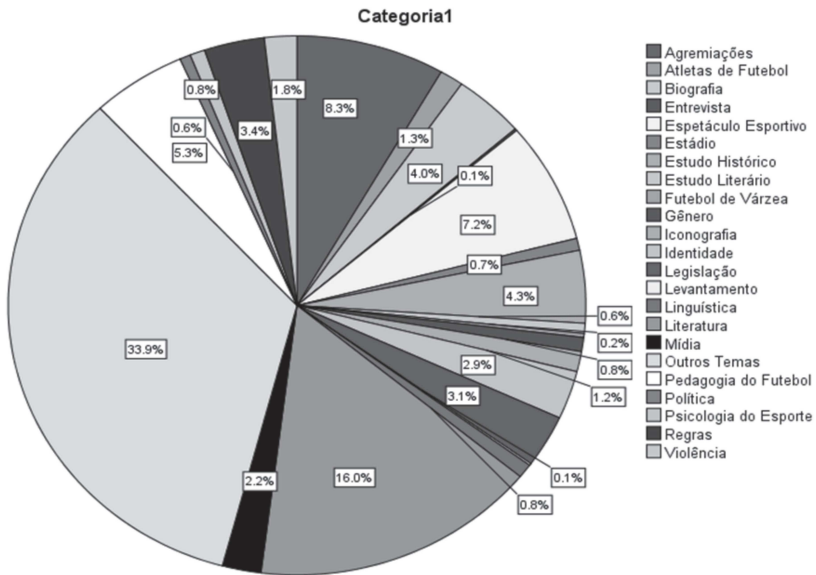
Fonte: os autores.

Em relação ao gênero de quem escreveu ou organizou a obra, observamos uma preponderância masculina na autoria das publicações. Do total das obras levantadas 682 (82,3% do total) foram escritas/organizadas por homens. As mulheres foram responsáveis pela escrita/organização de 56 obras (6,8%). Homens e mulheres escreveram/organizaram de forma conjunta 33 obras (4%); 53 obras (6,4%) foram organizadas por instituições (editoras, instituições do governo, organizações de uma maneira geral) e apenas cinco não possuíram informações sobre a forma de organização.

Em relação à classificação das obras por categorias, houve o predomínio de “Outros Temas” (33,9%), seguida das categorias “Literatura” (16%) e “Agremiações” (8,3%), conforme Figura 3. Tal dado sugere que, no âmbito dos livros, há um predomínio de uma produção não acadêmica no que tange o futebol, conforme Figura 4.

²⁰ Para a análise dos dados, foram contabilizados apenas os livros publicados a partir de 1980. Isso não significa que nas bibliotecas não existem catalogadas as produções sobre o futebol antes da década de 1980.

Gráfico 4 – Distribuição dos livros por categoria



Fonte: os autores.

No que se refere especificamente à Rede CEDES, embora tenha sido criada em 2003 com o objetivo de fomentar e socializar o conhecimento científico produzido fundamentado nas Humanidades, o futebol só entrou na agenda de sua produção em 2008. Ressalta-se, foram apenas seis os livros que trataram especificamente sobre esse esporte. Os outros 66 livros da Rede CEDES que trataram do futebol ao longo dos seus 15 anos de existência o fizeram sob a forma de capítulos ou fazendo apenas menção a esse esporte, relacionando-o a outros temas, como políticas públicas, lazer, espaço, educação, entre outros.

No que diz respeito aos livros produzidos por autores ou organizadores vinculados a grupos de pesquisa, tomando como referência o tipo de produção sobre futebol pelo estado de origem dos grupos nos quais o primeiro autor das obras publicadas pela Rede CEDES está vinculado, percebemos que, dos livros que tratam exclusivamente sobre o futebol, dois foram produzidos em MG e dois no RN. Em relação aos livros que possuem capítulos específicos sobre futebol, há uma distribuição entre MG, DF e SC. No que se refere aos livros nos quais o futebol não aparece como centralidade, há o predomínio de SP, MG, RS e DF.

Com isto, verificamos que, a centralidade produzida pela Rede CEDES no que se refere à política de produção e difusão do conhecimento científico se difere da centralidade produzida pelo circuito das publicações de artigos em periódicos acadêmicos e das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação. O trabalho de Campos (2017) apontou que, de 1980 a 2015, em ambos os casos, há o predomínio de publicação e defesas em IES da Região Sudeste, porém, a lista é encabeçada pelas instituições localizadas no estado de São Paulo. Já na produção da Rede CEDES sobre a temática futebol tanto em obras exclusivas quanto nas pulverizadas, o estado de São Paulo não é protagonista e novos núcleos emergem, como, por exemplo, o Rio Grande do Norte.

Neste sentido, atestamos o compromisso da Rede CEDES em diminuir algumas assimetrias em relação à produção do conhecimento, criando iniciativas capazes de fomentar e fortalecer grupos já consolidados e em consolidação.

Considerações Finais

Este artigo, síntese de um projeto de pesquisa, buscou mapear a produção do conhecimento sobre o futebol no âmbito das ciências humanas e sociais de modo a conhecer as temáticas mais pesquisadas, os períodos de maior publicação, a dispersão desse conhecimento pelo território nacional.

De posse destes dados, observamos uma estreita relação entre a cultura futebolística da cidade onde a Universidade está inserida a existência de um grupo de pesquisa vinculado a um programa de pós-graduação, a realização de pesquisas, a defesa desse material e sua publicação, em um ciclo que sustenta a produção do conhecimento científico.

Sendo assim, chama a atenção o predomínio das regiões sul e sudeste em todos os eixos analisados na pesquisa, uma vez que essas regiões concentram os grandes clubes do futebol brasileiro, as principais IES brasileiras e seus respectivos programas de pós-graduação como referências de articulação dessa produção.

Os dados também sugerem uma discreta interiorização da produção sobre futebol. Há indícios de que essas produções são fruto da contratação de recém-doutores, outrora ligados às Universidades protagonistas desta produção e seus respectivos grupos de pesquisas. Percebemos que, grande parte da produção é feita em IES federais, o que completa o ciclo. Sendo assim, investir em uma política esportiva e científica de descentralização implica na manutenção e ampliação desse ciclo de produção acadêmica sobre o futebol.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. F.; ALVARENGA, L. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v.16, n.31, p.51-70, 2011.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Mestrado Profissional: o que é?** Brasília: [s.n.] 2017. Disponível em: < <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e> > . Acesso em: 29 out. 2018.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **GEOCAPES: Sistema de Informações Georreferenciadas. Distribuição de Programas por Status Jurídico.** Brasília: [s.n.], 2018a. Disponível em < <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/> > Acesso em 13 nov. 2018.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Mulheres permanecem como maioria na pós-graduação brasileira.** Brasília: [s.n.], 2018b. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8787-mulheres-permanecem-como-maioria-na-pos-graduacao-brasileira> > Acesso em: 14 nov. 2018.
- CAMPOS, P. A. F. Pesquisas sobre futebol nas Ciências Humanas e Sociais: um mapa a ser analisado. In: SILVA, S. R.; CORNELSEN, E. L.; CAMPOS, P. A. F. (orgs). **Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e Lazer II: produção acadêmica sobre futebol análise e perspectivas.** Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2017.
- CIRANI, C. B. S.; CAMPANÁRIO, M. de A.; SILVA, H. H. M. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.20, n.1, p.163-187, mar. 2015.
- CURI, M. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.19, n.40, jul./dez. 2013.
- DAMO, A. S. O desejo, o direito e o dever: a trama que trouxe a Copa ao Brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v.18, n.2, p.41-81, abr./jun. de 2012.
- GASPAR, L.; BARBOSA, V. **O futebol brasileiro, 1894 a 2013: uma bibliografia.** [S.l.]: Fundação João Nabuco, Ministério da Educação, 2014. Disponível em: < http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2991%3Ao-futebol-brasileiro-1894-a-2013-uma-bibliografia&catid=61&Itemid=183 > . Acesso em 16 set. 2015.
- GIGLIO, S. S.; SPAGGIARI, E. A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009). **Revista de História**, São Paulo, n.163, p.293-350, jul./dez. 2010.
- GUEDES, S. L. **O futebol brasileiro: instituição zero.** 1977. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro.
- PARKER, A. L.; MENEGHINI, R. O SciELO aos 15 anos: *raison d'être*, avanços e desafios para o futuro. In: PACKER, A. L. (Org.). **SciELO - 15 Anos de Acesso Aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica.** Paris: UNESCO, 2014. Livro eletrônico.
- PRONI, M. W.; ZAIA, F. H. Gestão empresarial num mundo globalizado. In: RIBEIRO, Luiz (Org.) **Futebol e globalização.** Jundiaí: Fontoura, 2007.
- SILVA, S. R. *et al.* **Levantamento da produção sobre o futebol nas ciências humanas e sociais de 1980 a 2007.** Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG, 2009.
- SOARES, C. L. *et al.* **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.
- SOUZA, A. L. *et al.* Contribuições da Rede CEDES acerca da produção sobre o futebol. In: SILVA, S. R.; MAYOR, S. T. S.; SOUZA JUNIOR, G. J. (Orgs.). **Estudos do futebol em perspectiva: interdisciplinaridade e produção do conhecimento.** Belo Horizonte: São Jerônimo, 2018.
- TOLEDO, L. H. Futebol e teoria social: aspectos da produção acadêmica brasileira (1982-2002). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v.52, p.133-165, 2001.

MINI CURRÍCULO DOS AUTORES:

Adriano Lopes de Souza – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG, integrante do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas – GEFuT/UFMG.

Alexandre Francisco Alves – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG, integrante do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas – GEFuT/UFMG. Professor da Rede Municipal de Betim (MG).

Felipe Vinícius de Paula Abrantes – Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG, integrante do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas – GEFuT/UFMG. Bolsista CAPES.

Indiamara Bárbara da Silva – Discente do curso de licenciatura em Educação Física na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, integrante do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas – GEFuT/UFMG. Bolsista Rede CEDES.

Luiz Gustavo Nicácio – Mestre em Estudos do Lazer pela UFMG, integrante do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas – GEFuT/UFMG. Professor do Centro Pedagógico/UFMG.

Marina de Mattos Dantas – Pós-Doutoranda em Estudos do Lazer na UFMG; Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, integrante do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas – GEFuT/UFMG.

Priscila Augusta Ferreira Campos – Professora do Centro Desportivo da UFOP; doutora em Educação Física pela UNICAMP, integrante do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas – GEFuT/UFMG.

Thiago José Silva Santana – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG, integrante do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas – GEFuT/UFMG. Professor da Rede Municipal de Belo Horizonte/MG.

Silvio Ricardo da Silva – Professor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Coordenador do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas – GEFuT/UFMG.

6.

PESQUISANDO AS ACADEMIAS A CÉU ABERTO: UMA TEMÁTICA DE LAZER SAÚDE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS¹

Pedro Augusto Resende Amorim
Kátia Lúcia Moreira Lemos
Ana Cláudia Porfírio Couto

Entendendo os direitos humanos e a política pública das Academias a Céu Aberto

De acordo com documentos legais, o lazer, assim como a saúde, é um direito social previsto na Constituição Brasileira e em textos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948) e da Organização Mundial de Saúde (OMS). Na Lei n. 80801 (Brasil, 1990), título 1, art. 3, o lazer é citado como um dos componentes determinantes da saúde da população. Nesse sentido, torna-se importante aprofundar nesta temática, tendo em vista políticas públicas que garantem o direito ao lazer.

Antes de entender o lazer como política pública, é importante definir a concepção de política aqui norteadora. De acordo com Rua (2014), a política surge como o “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. Nesta perspectiva, a política está presente em nossas vidas cotidianamente e se relaciona com a necessidade de convivência de diversos interesses que tentam ser solucionados de forma pacífica.

¹ Pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos de Sociologia, Pedagogia do Esporte e Lazer (GESPEL), EEEFTO-UFMG.

Considerar o lazer como direito social não é apenas uma questão legislativa, uma vez que implica em demandas para o seu reconhecimento não somente para o Estado, mas também para os sujeitos. Com isso, compartilhamos com Sousa *et al* (2011, p.28), quando afirmam que, para considerar o lazer como direito social é necessário que os sujeitos compreendam o significado das políticas públicas que abrangem este meio, pois: “ Tornar-se um sujeito de direito é ter consciência da importância destes fenômenos na vida de cada um e também da coletividade, de modo a reivindicá-los como se faz em relação à educação, saúde, moradia, segurança, dentre outros”.

Pensar o lazer desta maneira é colocá-lo como questão primordial na constituição de uma política, não sendo somente vinculado a diversas demandas sociais garantidas por leis. Desta maneira, “é a partir de uma definição de lazer que podemos pensar no conteúdo de uma política de lazer, em seus princípios e diretrizes e nos modos de efetivá-lo como direito de todos (SANTOS; AMARAL, 2010, p.6)”.

Nesta perspectiva, a Prefeitura de Belo Horizonte, Minas Gerais, promove uma política pública que propõe equipar diferentes espaços da cidade com equipamentos voltados para o desenvolvimento do lazer e esporte, conforme o Plano Estratégico do Governo: Projeto sustentador Esporte e Lazer. Intitulado como Academia a Céu Aberto, este programa, que foi lançado em 2009 vinculado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, está inserido em praças e parques da capital, contando com 326 academias instaladas nas nove regionais da cidade até a presente data (BELO HORIZONTE, 2013).

Em Belo Horizonte, o discurso vinculado ao Programa Academia a Céu Aberto consiste em universalizar o acesso ao esporte e ao lazer através do desenvolvimento de políticas públicas inclusivas que garantam a participação de todos e promovam a qualidade de vida urbana, contribuindo para a consolidação de ambientes sociais saudáveis, educativos e seguros. Desta maneira, a partir deste panorama, a pergunta de partida deste estudo se organiza na intenção de saber em que medida a política pública das Academias a Céu Aberto contribuem para o lazer e saúde dos seus frequentadores.

Assim, o objetivo da pesquisa consiste em analisar a política pública das Academias a Céu Aberto, considerando o que pensam seus frequentadores sobre o seu papel no seu lazer e na sua saúde. Deste modo, os objetivos específicos do estudo são: Identificar e analisar: (1) o que pensam os frequentadores acerca de lazer e saúde diante do uso das academias; (2) qual a motivação dos frequentadores para utilização das academias.

Caracterização do estudo e pesquisa de campo

Esta pesquisa será de caráter qualitativo e, segundo Gomes e Amaral (2005, p.54), “a realidade não poderia estar separada da subjetividade, nem dos sujeitos pesquisados, nem do próprio pesquisador”. Desta maneira, esta abordagem permitirá obter um maior detalhe do objeto a ser pesquisado.

A amostra da pesquisa será definida por uma investigação aleatória que consistirá em selecionar uma maior diversidade de frequentadores nas Academias a Céu Aberto de toda a cidade de Belo Horizonte, buscando investigar todas as regionais, independente de faixa etária e de sexo. Contando com a inviabilidade de realizar um cálculo amostral significativo devido ao fato de que não há evidências do número de frequentadores das academias, foi feita uma padronização para coleta de dados com o intuito de dar um caráter confiável à pesquisa. A coleta de dados foi feita em 15% do número total de academias de cada regional da cidade de Belo Horizonte. As regionais foram visitadas em ordem alfabética e as academias de cada regional foram visitadas na ordem em que elas apareciam no documento oficial da Prefeitura que as lista. Este procedimento foi feito para que se evitasse disparidades de influência no resultado pelas regionais.

O instrumento utilizado foi um questionário semiestruturado proposto por Abade (2016) e foi aplicado pelos pesquisadores. No momento da aplicação, as respostas dos voluntários foram anotadas bem como as observações que eles mencionaram a respeito das perguntas do instrumento. Este instrumento implica em técnica de observação direta pelo fato de estabelecer contato efetivo com as pessoas implicadas no problema investigado (GOMES; AMARAL, 2005, p.79). Os sujeitos deveriam ser vistos pelos pesquisadores utilizando os equipamentos para serem considerados frequentadores. Após a abordagem pelo pesquisador, os voluntários eram informados sobre a pesquisa e convidados a participar. Mediante a aceitação, os voluntários tiveram que assinar um termo de consentimento. Os questionários foram aplicados por um período de 90 dias, no horário da manhã de 6h às 9h30, apenas em dias úteis, tomando-se o cuidado para não inquirir a mesma pessoa mais de uma vez. Desta forma, a amostra foi determinada pelo tempo de investigação, o número de academias visitadas e o número de questionários coletados.

Para a análise dos resultados, foi utilizado o *software Statistical Package for Social Science 19 for Windows (SPSS)* que consiste em uma análise estatística de dados nas ciências sociais. As informações coletadas foram categorizadas e definidas por esse modelo de análise a partir do estabelecimento da contagem de frequência, ordenação de dados e reorganização da informação.

Observando os resultados a partir da pesquisa de campo

Foram visitadas 48 Academias a Céu Aberto espalhadas pelas nove regionais da cidade de Belo Horizonte, totalizando 376 questionários aplicados em indivíduos de ambos os sexos, a partir de 18 anos, onde 1 pessoa não informou a faixa etária, 3 pessoas não informaram o sexo e 44.1% responderam ter acima de 60 anos, como pode ser visto na Figura 1.

Tabela 1 – Faixa Etária x Sexo

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	NÃO INFORMADO	TOTAL
Não informado	1	0	0	1
18-29	11	2	0	13
30-39	25	9	1	35
40-49	45	16	1	62
50-59	79	20	0	99
Acima de 60	105	60	1	166
TOTAL	266	107	3	376

Fonte: Elaboração Própria

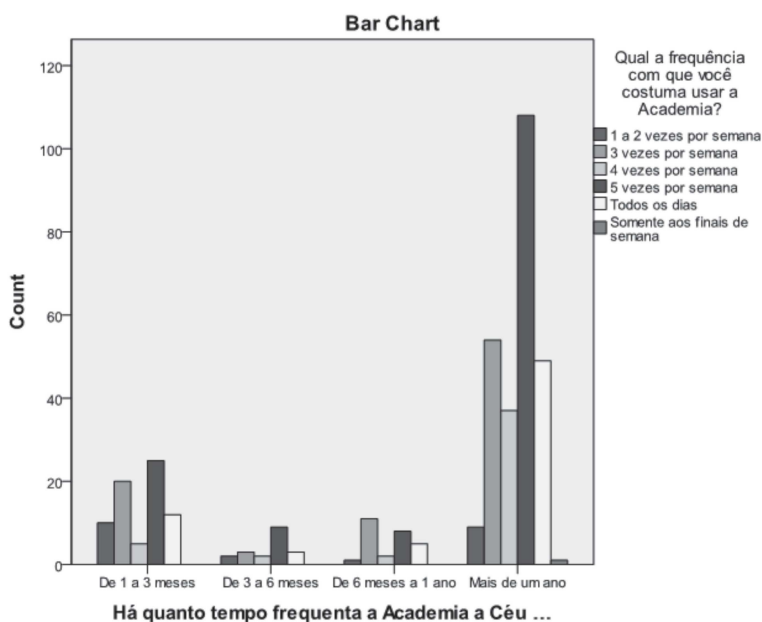
A partir do total de entrevistados, 68.6% relataram frequentar as Academias por mais de um ano e a maioria relatou utilizar os equipamentos por aproximadamente 30 minutos o que representou um total de 28.7%, superando as porcentagens de 25% dos que responderam aproximadamente 60 minutos e 19.1% que responderam aproximadamente 40 minutos (veja Figura 2). Em relação à frequência semanal, o maior número de respostas foi para 5 vezes na semana, representando 39.9% do total de respostas. Os resultados podem ser vistos no Gráfico 1.

Tabela 2 – Há quanto tempo frequenta x Média de permanência

HÁ QUANTO TEMPO FREQUENTA A ACADEMIA A CÉU ABERTO?	Quanto tempo, em média, você permanece na Academia?					TOTAL
	ATÉ 20 MINUTOS	30 MINUTOS	40 MINUTOS	60 MINUTOS	ACIMA DE 1 HORA	
DE 1 A 3 MESES	14	21	14	17	6	72
DE 3 A 6 MESES	4	7	4	4	0	19
DE 6 MESES A 1 ANO	3	10	5	8	1	27
MAIS DE UM ANO	44	70	49	65	30	258
TOTAL	65	108	72	94	37	376

Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 1 – Frequência semanal x Há quanto tempo utiliza



Fonte: Statistical Package for Social Science 19 for Windows (SPSS)

Em relação às perguntas que problematizam o objetivo desse estudo de forma direta, a Pergunta 9 – “Por que você frequenta a academia?”, recebeu 355 respostas citando a saúde como motivo e 77 citaram lazer especificamente. Das 55 respostas que marcaram “Outros” (Pergunta 9.4 – “Outros, Qual?”), a maioria citou ‘preferência por céu aberto’ como motivação. As figuras 3 e 4 mostram os resultados. Quando solicitados a explicar as respostas da pergunta anterior (Pergunta 9.5 – “Explique sua resposta”), 57% respondeu ser por interesse pessoal e 32,4% responderam ser por indicação médica, como é ser mostrado na Figura 5.

Tabela 3 – Pergunta 9: Porque você frequenta a academia?

	NÚMERO	PERCENTUAL
MELHORIA DA SAÚDE	355	72,90%
LAZER	77	15,80%
OUTRO	55	11,30%
TOTAL	487	100%

Tabela 4 – Pergunta 9.4: Outros, Qual?

	NÚMERO	PERCENTUAL
FINANCEIRO	8	11,30%
ATIVIDADE FÍSICA	10	14,10%
ESTÉTICA	6	8,50%
PRATICIDADE (TEMPO LIVRE, PROXIMIDADE DE CASA)	9	12,70%
PREFERIR CÉU ABERTO	14	19,70%
OUTROS	24	33,80%
TOTAL	71	100,00%

Tabela 5 – Pergunta 9.5: Explique sua resposta

	NÚMERO	PERCENTUAL
INDICAÇÃO MÉDICA	122	122
INTERESSE PESSOAL	216	216
OUTROS	38	38
TOTAL	376	100,00%

Fonte das tabelas 3, 4 e 5: Elaboração Própria.

Por fim, quando deparados com a Pergunta 10 –“Para você, qual a finalidade da academia?”, 58.6% das respostas indicaram que é voltada para a melhoria da saúde dos frequentadores, 22.5% para o lazer dos frequentadores e 18.9% para a sociabilidade dos frequentadores (veja Figura 6). É importante notar que, para as questões citadas acima, o sujeito poderia marcar mais de uma resposta.

Tabela 6 – Pergunta 10: Finalidade da Academia

	NÚMERO	PERCENTUAL
MELHORIA DA SAÚDE DOS FREQUENTADORES	325	58,6%
SOCIABILIDADE DOS FREQUENTADORES	105	18,9%
LAZER DOS FREQUENTADORES	125	22,5%
TOTAL	555	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

Problematização dos resultados em um contexto social

Na literatura, encontram-se vários estudos que apontam que as práticas de lazer, assim como as desportivas, são constitutivas de estilos de vida, determinados pelas condições de classe e perfis demográficos (MARIVOET, 1998, 2001, 2002, 2005, 2016; STIGGER, 2002). Nesta perspectiva, a Academia a Céu Aberto é uma política pública de lazer com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida a partir de práticas relacionadas à melhoria da saúde como, por exemplo, a atividade física. Fica claro, por meio dos resultados, que a maioria dos voluntários percebem e fazem uso deste equipamento público para melhoria da saúde. No entanto, também fica claro que os frequentadores entrevistados percebem e utilizam as academias também para práticas do lazer. Quando observamos na Figura 6 que 41.4% das respostas apontaram sociabilidade e lazer como finalidade das academias, é possível perceber que os próprios frequentadores entendem uma relação de estilo de vida com práticas do lazer e utilizam os equipamentos não somente para melhoria da saúde, como é o objetivo proposto pelos gestores públicos, mas também os transformam como constituinte do lazer.

Assim, percebemos o lazer sendo colocado como um meio de construção de uma política pública e não um objetivo. Munhoz (2008, p.62) mostra que as ações relacionadas ao lazer oferecidas pelo poder público podem ter duas origens: a primeira se refere a promoção de atividades de lazer à população e, a segunda, estabelece as ações realizadas que não possuem o objetivo prioritário de ofertar o lazer, mas que acabam criando condições para a sua vivência.

De acordo com Peres e Melo (2009), podemos identificar ao menos dois cenários que estruturam a elaboração das políticas de promoção da saúde relacionadas ao lazer. “No primeiro, as ações estão focadas em mudanças de hábitos, isto é, objetivam promover o que se convencionou a chamar de “estilos de vida saudáveis” (p.67). Estas práticas estão voltadas ao enfoque fisiológico e psicológico muitas vezes construído pela mídia atual no qual busca-se a forma do corpo perfeito, sendo estes corpos esbeltos e fortes. “No segundo cenário, o objeto é menos a dimensão “estilos de vida saudáveis” e mais o desenvolvimento de valores e de normas com caráter “disciplinador”, formador (PERES; MELO, 2009, p.67). Sendo assim, um meio para manter o *status* ou transformar a realidade social.

Neste enfoque é interessante observar que, muitas vezes, o pesquisador relatou no diário de campo da coleta de dados que o próprio voluntário, ao responder que sua motivação para utilizar a academia é a saúde, relatava que aproveitava a situação para práticas do lazer, como mostra esta fala de um voluntário registrada no diário de campo: “O principal é a saúde, mas a gente vem mesmo porque é bom para relaxar, espairar a cabeça, conhecer pessoas diferentes. Se não fosse bom assim, a gente não vinha.” As principais respostas que compuseram a opção “Outro” da Pergunta 9.4 (Por que você frequenta a academia: Outros, qual?) foram: “antiestresse”, “convivência com outras pessoas”, “socialização”, “liberdade de fazer do meu tempo livre o que eu quero”, “encontro”, “conversa”, “interação”, “estética”, “perder peso”, “manter a forma”, “tomar sol”, “bem-estar”. A partir destas respostas, é possível perceber, mais uma vez, que existe uma forte influência da necessidade da prática do lazer no que se diz respeito à motivação dos sujeitos do estudo a frequentarem as academias, representando uma prática de resistência. Isto também pode ser sustentado pelo fato de que, a maioria dos voluntários apontou fazer uso dos equipamentos por interesse pessoal, o que é uma das características da prática do lazer.

Mudando de perspectiva, observa-se através dos resultados que a amostra foi caracterizada por uma maioria de frequentadores acima de 60 anos, o que dialoga com um grande número de respostas da Pergunta 9.4 e 9.5 (“Por

que você frequenta a academia: Outros, qual?” e “Explique sua resposta” respectivamente) que citou o termo “Terceira Idade” como motivo de frequentar a academia. As respostas relacionavam a necessidade da terceira idade de fazer atividade física para melhoria da saúde e para continuar a poder fazer o que gosta. A seguinte resposta de um dos voluntários exemplifica a questão: “Sempre gostei de praticar esporte. Chega em uma idade que não consegue mais tal esporte, aí faço tudo por aqui.” Os resultados também mostram que, a maioria dos entrevistados são usuários assíduos, frequentando a academia em torno de cinco vezes na semana, por mais de um ano.

Estes resultados em conjunto configuram uma prática de resistência no processo de crescimento e envelhecimento pela parte dos frequentadores por meio das práticas do lazer. Entende-se que este fato representa um contexto cultural onde os frequentadores da Academia a Céu Aberto, que é uma política pública com finalidade de melhorar a qualidade de vida da população, fazem uso desse recurso para suprirem suas necessidades de prática do lazer, assim como buscam a melhoria da saúde e qualidade de vida.

Inferências para um contexto real da implementação e utilização das Academias a Céu Aberto

A partir dos resultados, pode-se concluir que os frequentadores entendem as academias não só como um fator contribuinte, mas também como um constituinte da saúde e do lazer não somente de si próprios, mas também da população e que apoia este tipo de incentivo público. Além disto, pode-se afirmar que os principais motivos para utilização das academias são a melhoria da saúde e a prática do lazer, seja como prática de resistência no processo de envelhecimento ou como prática genuína do lazer. Desta forma, percebe-se a aproximação entre lazer e saúde na constituição da melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, enfatizando a importância da gestão de políticas públicas vinculadas ao lazer e à saúde, garantindo-se, assim, os direitos do cidadão.

REFERÊNCIAS

- ABADE, N. **As Academias a Céu Aberto em Belo Horizonte: interfaces entre lazer e saúde**. 2016. 140p. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte.
- BELO HORIZONTE (MG). **Ecp – Comunidade**. Belo Horizonte: [s.n.], 2013. Disponível em: < <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=esportes> > . Acesso em: 27 maio 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 set. 1990.
- GOMES, C.; AMARAL, M. **Metodologia da pesquisa aplicada ao lazer**. Brasília: SESI/DN, 2005. p.79.
- MARIVOET, S. Tempos e espaços de realização humana no contexto das novas necessidades sociais. **Revista Horizonte**, Belo Horizonte, v.XTV, n.81, p.8-11, 1998.
- MARIVOET, S. Assimetrias na participação desportiva: os casos de Portugal e Espanha no contexto Europeu. **Movimento**, Porto Alegre, v.9, n.2, p.53-70, maio/ago. 2001.
- MARIVOET, S. **Aspectos Sociológicos do Desporto (2)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- MARIVOET, S. Práticas Desportivas nos estilos de vida dos Europeus: obstáculos e tendências; In: GOMES, R. (Org.) **Os Lugares do Lazer**. Lisboa: IDP, 2005. p.39-51.
- MARIVOET, S. Ética do Desporto-Princípios, Práticas e Conflitos: Análise sociológica do caso português durante o Estado Democrático do século XX. [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2016.
- MUNHOZ, V. O lazer como direito social na prefeitura de Belo Horizonte. In.: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. (Orgs.). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.62.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos Universais do Homem**. Genebra: ONU, 1948.
- PERES, F.; MELO, V. Encontros e Desencontros: lazer, promoção da saúde e espaços públicos. In: FRAGA, A *et al.* **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre: Gênese, 2009. p.67.
- RUA, M. G. **Políticas públicas**. 3ª edição. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES; UAB, 2014
- SANTOS, F.; AMARAL, S. Sobre Lazer e Políticas Sociais: Questões Teórico conceituais. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.13, n.3, p.6-113, set/dez 2010.
- SOUSA, E. *et al.* Sistema de Monitoramento & Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte. Belo Horizonte: **Gráfica e Editora Ideal**, 2011. p.28.
- STIGGER, M. **Esporte, lazer e estilos de vida um estudo etnográfico**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

MINI CURRÍCULOS DOS AUTORES:

Pedro Augusto Resende Amorim

Bacharel em Educação Física e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Esporte da UFMG. Preparador Físico e Técnico da equipe principal de Ginástica Aeróbica da UFMG. Preparador Físico de Ginástica Artística e de Trampolim do Minas Tênis Clube. Tem experiência na área de Treinamento Esportivo com ênfase em Preparação Física, Biomecânica e Monitoramento da Carga de treinamento. Diretor Artístico da escola de Furró Pé Descalço.

E-mail: pet.edfisufmg@gmail.com

Endereço: Av. Dr. João Augusto Fonseca e Silva, 336/502, Novo Eldorado, Contagem/MG – CEP 32341-100.

Ana Cláudia Porfírio Couto

Professora Associada III na Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Doutora em Ciência do Desporto – Universidade do Porto/Portugal; Pós-Doutorado em Sociologia do Esporte e Lazer na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia/Portugal. Professora credenciada no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em estudos do Lazer da EEEFTO – UFMG. Coordenadora do Grupo de Estudos em Sociologia Pedagogia do Esporte e Lazer – GESPEL.

E-mail: acpcouto@gmail.com

Kátia Lúcia Moreira Lemos

Professora Associada II da Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Doutora em Ciência do Desporto – Universidade do Porto/Portugal; Professora credenciada no Programa de Mestrado em Rede (PROEF) Profissional em Educação Física Escolar. Subcoordenadora do Grupo de Estudos em Sociologia Pedagogia do Esporte e Lazer – GESPEL (2008 a 2018).

E-mail: katialemos@hotmail.com

7. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: LIMITES E POSSIBILIDADES NOS PAÍSES DA COMUNIDADE ANDINA

Christianne Luce Gomes
Luciana Noya
Iuri Cordeiro

Na atualidade, as pesquisas sobre a temática das políticas públicas de lazer na América Latina são ainda incipientes.¹ O conhecimento gerado por essas investigações é fundamental para estreitar vínculos entre os diferentes países que compõem a região latino-americana, o que pode fornecer elementos importantes para qualificar as políticas públicas de lazer implementadas em nossos territórios, visando à concretização do direito ao lazer na vida cotidiana dos cidadãos (GOMES *et al*, 2012). Isto se torna particularmente relevante para o Brasil pois, devido a diversas razões, muitas vezes nosso país ficou isolado dos demais países latino-americanos deixando de aproveitar os benefícios que as parcerias bilaterais e os processos de integração regional podem gerar – inclusive, no campo das políticas públicas de recreação/ lazer.²

¹ O lazer é entendido, nesta pesquisa, como necessidade humana e dimensão da cultura por sua complexidade e alcance (GOMES, 2014), pelo qual a recreação é compreendida como uma possibilidade de satisfazer à necessidade humana de lazer, o que não acontece inversamente.

² Optou-se, na pesquisa, pela utilização da expressão “recreação/lazer” para abranger o campo temático escolhido. O termo ocio seria a tradução mais apropriada de lazer mas, nos países latino-americanos de língua espanhola, este possui um sentido negativo, associado à inatividade e à preguiça e, ainda, é pouco utilizado nos países que foram aqui contemplados. Por outro lado, o termo recreación predomina amplamente nas leis e planos estudados.

Em um estudo anterior, Ramos (2012) identificou as Constituições de países da América Latina que mencionavam a recreação ou termos afins e, posteriormente, analisou aquelas que entraram em vigor a partir de 1990, período no qual vários países da região restabeleceram suas democracias. A partir deste critério, foram investigados os significados atribuídos à recreação/lazer em sete constituições: Colômbia (1991), Paraguai (1992), Peru (1993), Venezuela (1999), Equador (2008), Bolívia (2009) e República Dominicana (2010).

Quatro destes países – Bolívia, Colômbia, Equador e Peru – estão, há alguns anos, imersos em um processo de integração regional. Em 2007, os seus respectivos Chefes de Estado expressaram a necessidade de aprofundar esse processo de integração com o objetivo de “alcançar a unidade na diversidade ao serviço do bom viver³ de nossos povos [...] [e] forjar uma integração mais equilibrada entre os aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais e comerciais” (COMUNIDAD ANDINA, 2015). Deste modo, a presente pesquisa propôs estudar de que forma o direito social à recreação/lazer é abordado nas políticas públicas das capitais dos países que integram a Comunidade Andina em relação aos respectivos contextos nacionais. Considera-se pertinente focalizar a análise nas capitais, já que é no município onde a vida do cidadão acontece, onde é concretizado o exercício do direito à recreação/lazer (MARCELLINO, 2007).

O objetivo central desta investigação foi, assim, compreender as possibilidades e as limitações para a concretização do direito à recreação/lazer nas políticas públicas desta área nas capitais dos países integrantes da Comunidade Andina: Bogotá, La Paz⁴, Lima e Quito, em relação a seus

³ O bom viver (ou “viver bem”) é uma forma de entender o bem-estar de maneira mais ampla que supõe, mas transcende, a satisfação de necessidades materiais. As constituições de Equador e Bolívia se assentam sobre a base deste referencial epistemológico. De acordo com Bello (2012), as transformações destas constituições passam pela incorporação de uma cidadania ambiental que tem como norte axiológico o conceito de “Pacha a Mama” (Mãe terra) e que “engloba direitos aos recursos naturais, direitos indígenas de autonomia, direitos de diversidade étnica e cultural, entre outros” (p.128).

⁴ A capital constitucional da Bolívia é a cidade de Sucre. Contudo, optou-se por realizar esta pesquisa na cidade de Nuestra Señora de La Paz, capital administrativa, sede do Poder Executivo e Legislativo do país, ao levar em consideração a relevância da cidade no cenário nacional e pelo fato das outras capitais estudadas possuírem ambos níveis de governo no mesmo território, incluindo o administrativo.

respectivos contextos nacionais. A pesquisa foi guiada pelas seguintes interrogações: Quais compreensões de recreação/lazer predominam nas políticas públicas de recreação/lazer concretizadas nas capitais dos países integrantes da Comunidade Andina em relação a seus respectivos contextos nacionais? Quais os objetivos destas políticas públicas? Elas priorizam a atenção de algum grupo da população e privilegiam conteúdos culturais⁵ específicos, conforme estabelece o texto constitucional de cada país pesquisado? De que maneira essas políticas são implementadas e promovem o acesso a ações, espaços e equipamentos de recreação/lazer?

Para responder a estas perguntas, foi feita uma análise documental de leis e planos que estabelecem as diretrizes para as políticas públicas de recreação/lazer implementadas nos contextos estudados e que estavam vigentes entre os anos 2015 e 2017. Além disto, foram realizadas entrevistas com 15 gestores responsáveis pela implementação destas políticas nos níveis nacional e municipal no segundo semestre de 2016, as quais permitiram conhecer e analisar as ações que são desenvolvidas, assim como as ideias desses profissionais em relação à recreação/lazer e aos objetivos das políticas públicas na área.

Implementação de políticas públicas: abordagens

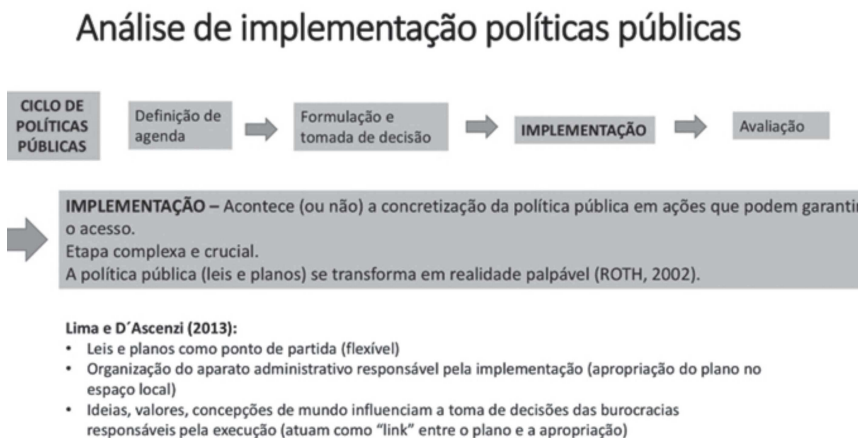
O reconhecimento do direito à recreação/lazer na Constituição de um país não implica necessariamente sua materialização em uma política pública. Para que um assunto seja priorizado e incluído na agenda de uma autoridade pública, é necessária a percepção do problema e sua construção como objeto de intervenção pública. A fase seguinte dedica-se à formulação da política e tomada de decisão na qual são procuradas as soluções possíveis, opta-se por uma alternativa e são definidos os marcos jurídico, administrativo e financeiro (SARAIVA, 2006).

⁵ A literatura considera que os conteúdos culturais referem-se aos interesses ou motivações buscadas pelo sujeito no lazer, que podem ser classificados para fins analíticos em interesses físico-esportivos, artísticos, manuais, sociais, intelectuais (classificação elaborada por Dumazedier em 1976), turísticos (incorporado pelo Camargo em 1980) (GOMES; PINTO, 2006) e virtuais (incorporados por Schwartz em 2003).

A implementação (ou não) de uma política diz respeito ao momento no qual a política pública é aplicada e administrada, executando o que foi definido na etapa anterior. Posteriormente, acontece a fase de avaliação da política e do respectivo ajuste da ação, quando necessário, que pode acabar com a mesma ou promover um novo início, incorporando os aprendizados. Estas etapas aqui apresentadas de forma simplificada podem ser visualizadas no Quadro 1 e analisadas levando-se em consideração as lutas de poder, as redes de atores que se configuram em torno de uma política, bem como as práticas políticas e administrativas que se erguem (FREY, 2000).

O modelo do ciclo de políticas públicas, ao definir uma série de fases, tem a vantagem de ser amplo e abrangente o suficiente para que possa ser aplicado a qualquer política pública, introduzindo certa ordem na complexidade do processo que caracteriza as mesmas, distinguindo cenários e atores (MURREL; SUREL, 2002; ROTH, 2002).

Quadro 1 – Ciclo de políticas públicas



Fonte: Elaboração própria.

No entanto, é importante considerar que subjaz a esta tipologia uma representação racional da política. Além disto, sua visão linear e idealizada ignora o caráter muitas vezes caótico da política (MULLER; SUREL, 2002). Sabemos que as etapas podem acontecer de forma imbricada, que uma sequência distinta pode ocorrer ou que alguma etapa pode não acontecer na prática.

Entretanto, este modelo pode contribuir com o entendimento do processo, assim como facilitar a sistematização e a comparação de debates que focalizam uma das etapas (JANN; WEGRICH, 2007).

Como argumenta Roth (2002), é na implementação que a política se transforma em discursos concretos e em realidades palpáveis, ou seja, é por meio da implementação que, de fato, uma política se concretiza, que consegue fazer o movimento para sair do papel no sentido de se tornar uma realidade: “sem implementação não haveria política pública”, afirmam Rua e Romanini (2013, p.91).

Na análise da implementação, uma abordagem *top-down*, ou de cima para baixo, considera as decisões tomadas na etapa prévia de formulação e examina até que ponto as normas que a estruturam foram implementadas (SILVA; MELO, 2000. p.8). Tal abordagem reforça a separação conceitual e temporal entre formulação e implementação, as quais são entendidas como pertencentes a esferas diferentes, distinguindo o âmbito político do administrativo (FARIA, 2012; ROTH, 2002). Por isto, é possível afirmar que o ciclo de políticas públicas traz implícito um enfoque *top-down*.

Tal enfoque desconsidera os impactos introduzidos pelos atores responsáveis pela implementação de uma política pública (PULZL; TREIB, 2007). Esta perspectiva assume que o que foi definido pelos tomadores de decisão escolhidos por meio do voto, deve ser implementado sem modificações por parte dos funcionários administrativos (MENY; THOENIG, 1992). Supõe-se assim que, se o plano ou o programa foi bem formulado, com objetivos claros sem ambiguidades, então os executores saberão o que fazer.

Alternativamente ao modelo *top down*, foi proposta uma abordagem analítica conhecida como *bottom-up*, ou de baixo para cima (JANN; WEGRICH, 2007). Este enfoque começa com a análise que identifica os atores da política no final do sistema administrativo e as estratégias utilizadas para a resolução de problemas neste nível, fazendo um movimento para cima (PULZL; TREIB, 2007).

De acordo com este modelo, a burocracia é uma variável fundamental que influencia a implementação e os resultados de uma política: ela “não é neutra, e a implementação envolve, para muitos de forma inevitável, escolhas e decisões tomadas por agentes não eleitos, quais sejam, as burocracias públicas.” (FARIA, 2012, p.9). Nesta perspectiva, a implementação das políticas é feita por pessoas que têm interesses por atores que participam de relações de poder e de processos de negociação nas redes que participam na política (RUA, ROMANNINI, 2013).

A perspectiva que reconhece que as decisões podem ser tomadas pelos executores da política durante a fase de implementação, questiona a compreensão

acrítica da abordagem do ciclo de políticas públicas que separa este processo em etapas sucessivas (JANN; WEGRICH, 2007). Em função disto, também se vê questionada a dicotomia entre política e administração, pois decisões são tomadas também pela administração, que não é apolítica, nem se encontra num meio alheio à política.

Foi a partir da crítica destes dois modelos que surge, após a década de 1980, uma terceira geração de estudos de implementação, conhecida como teorias híbridas, que contempla aspectos centrais das duas perspectivas. Estes novos modelos consideram as decisões que têm lugar tanto no nível central do governo, como na autonomia local (PULZL; TREIB, 2007). Estas teorias consideram que a implementação é “uma grande interrogação (resultados em aberto) e não admitem a concepção do ciclo de políticas públicas como uma sequência de fases estanques e bem delineadas” (RUA; ROMANINI, 2013, p.100).

Conforme foi indicado no Quadro 1, Lima e D’Ascenzi (2013) consideram as limitações materiais que cerceiam a ação dos implementadores. Os autores propõem uma abordagem analítica que incorpore elementos vinculados à dimensão cultural e cognitiva dos atores (ideias, valores e concepções de mundo). A implementação é vista, portanto, como “um processo de apropriação de uma ideia que, neste sentido, é consequência da interação entre a intenção (expressa no plano) e os elementos dos contextos locais de ação” (p.105). Por isto, destacam que a análise de implementação precisa considerar pelo menos três componentes: **(a)** as características do plano, **(b)** a organização do aparato administrativo responsável pela implementação, e **(c)** as ideias, valores e concepções de mundo dos indivíduos responsáveis por esse processo.

Estes fundamentos, entre outros, subsidiaram a busca de respostas para o problema investigado, guiando as discussões e análises empreendidas na pesquisa. Alguns dos resultados obtidos serão explicitados, de forma sintetizada, a seguir.⁶

⁶ Para mais aprofundamentos sobre a pesquisa, consultar a dissertação de mestrado de Noya (2017).

Resultados da pesquisa

Inicialmente, buscou-se compreender de que maneira a recreação/lazer é tratada nos documentos que orientam as políticas públicas de recreação/lazer nas capitais dos países andinos. A análise documental possibilitou novas formas de compreender o objeto estudado a fim de serem interpretados para sintetizar informações, determinar tendências e realizar inferências (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Neste processo investigativo, foram selecionados e analisados 52 documentos de nível nacional e municipal, entre leis, decretos, planos, constituições, resoluções, livros, regulamentos e sites institucionais que preveem o direito ao lazer/recreação naquelas capitais. “Os documentos considerados mais relevantes para a pesquisa, relativos a cada país andino, foram indicados no Quadro 2.”

Quadro 2 – Leis e Planos que orientam a implementação

LEIS SETORIAIS		PLANOS SETORIAIS	
Bolívia	Ley Nacional del Deporte (2016)	Peru	Plan Nacional del Deporte 2011-2030
Colômbia	Ley 181 (1995)	Colômbia	Plan Decenal del Deporte, la Recreación, la Educación Física y la Actividad Física para el Desarrollo Humano, la Convivencia y la Paz 2009-2019
Equador	Ley del Deporte, Educación Física y Recreación (2010)		Plan Nacional de Recreación 2009-2019
Peru	Ley del Desarrollo y Promoción del Deporte (2003)	Bogotá	Política pública de Deporte, Recreación y Actividad Física 2009-2019
			Plan Maestro de Equipamientos Deportivos y Recreativos Bogotá 2006-2019.

- Vínculo entre recreação e esporte em leis e planos, que coloca a recreação em um **lugar secundário** /em ocasiões **de subordinação**
- PNR: único documento que aborda a recreação sem vínculo o esporte (organização da sociedade civil)
- No nível municipal, somente Bogotá apresenta política setorial.

Fonte: Elaboração própria.

A análise documental evidenciou que todas as leis e planos abordam a recreação e o esporte conjuntamente, exceto o Plano Nacional de Recreação na Colômbia. A recreação é amplamente incentivada enquanto atividade físico-esportiva com infraestrutura esportiva (especialmente quadras), privilegiando apenas um conteúdo cultural do lazer (DUMAZEDIER, 1973). Porém, a Colômbia diferencia-se por evidenciar orientações que contemplam diversos conteúdos culturais, sociais, intelectuais, artísticos, manuais, a fim de promover a saúde e qualidade de vida. Em nível distrital, em Bogotá, existe uma linha de trabalho sobre parques que combina funções recreativas e esportivas, o que não foi constatado nos demais contextos onde as menções sobre a infraestrutura setorial se restringiram à infraestrutura esportiva.

No marco normativo dos diferentes contextos analisados, são poucas as menções a programas ou atividades específicas a serem desenvolvidas como política pública, o que nos permite inferir que há espaço para a tomada de decisões por parte dos gestores responsáveis pela implementação. Alguns aspectos relevantes da análise documental foram resumidos no Quadro 2.

O marco normativo estudado prevê que na Bolívia, no Equador e na Colômbia as ações sejam dirigidas principalmente a certos grupos de atenção prioritários, como o da primeira infância, o da infância e o da juventude, além de priorizar o das pessoas com deficiência. Esta perspectiva é menos consistente no contexto do Peru.

Na maioria dos documentos analisados, as políticas públicas de recreação/lazer têm objetivos que vão além da garantia deste direito, como o combate à criminalidade e ao uso de drogas, à promoção da saúde, a melhoria da qualidade de vida, etc.

Quadro 3 – Princípios e diretrizes identificados nos documentos

CONCEITO predominante nas leis e planos	
Bolívia	
Peru	Recreação entendida como nível/área do esporte
Equador	Recreação diferente do esporte - alinhada à cultura física
Colômbia	Recreação como processo de ação participativa e dinâmica (envolve prática de atividades físicas e intelectuais)

OBJETIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECREAÇÃO/LAZER

Promoção da saúde e qualidade de vida - privilegiado em todos os contextos.

ORIENTAÇÕES PARA AÇÕES	GRUPOS PRIORITÁRIOS
<ul style="list-style-type: none"> • Explicitam orientações para atividades físicas e esportivas e infraestrutura esportiva (Peru, Bolívia, Equador) • Colômbia: incorporam outros conteúdos 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações orientadas a diversos grupos de atenção prioritária: Bolívia, Equador, Colômbia (a partir da Constituição e em todo o marco normativo) • Perspectiva menos consistente no Peru
<p>Poucas orientações ou menções a ações específicas: <ESPAÇO PARA TOMADA DE DECISÕES></p>	

GESTÃO



- Órgãos responsáveis pela implementação, também são responsáveis pelo esporte
- Marco normativo atribui um papel relevante aos municípios

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às compreensões de recreação/lazer, foi constatado que a confusão conceitual vigente na América Latina (GOMES, ELIZALDE, 2012) encontra-se refletida tanto nas leis e planos como nos entendimentos de quase todos os gestores entrevistados. Os conceitos de recreação, lazer, tempo livre, *esparcimiento*⁷, esporte e atividade física são, muitas vezes, utilizados de forma indistinta, diluindo suas possíveis diferenças.

Quando a recreação é compreendida como um nível ou como um componente do esporte (como no caso da Bolívia e do Peru), ou em função da cultura física (como no Equador), restringe as possibilidades de que as políticas públicas de recreação/lazer implementadas favoreçam o acesso a vivências recreativas diversificadas e que não se limitem à atividade física e esportiva. Os gestores entrevistados nestes três países andinos – tanto no nível nacional, quanto municipal –, evidenciaram conceitos de recreação em sintonia com o marco normativo (Quadro 3). Embora um gestor de nível nacional entrevistado no Peru tenha salientado que existe uma indefinição do conceito institucional de recreação e outro gestor de Quito tenha apresentado uma visão mais ampla em termos de conteúdos culturais recreativos, ambos acabaram por reforçar a concepção de recreação que predomina no marco normativo, ou seja, subordinada às atividades físico-esportivas. Portanto, o conceito de recreação/lazer que predomina nas leis e planos exerce influência sobre a concepção assumida pelos gestores.

⁷O termo *esparcimiento* é utilizado por vários autores latino-americanos com sentido similar ao de *recreación* e *ocio* (SALAZAR-SALAS, 2007).

Quadro 4 – Discurso dos gestores sobre a recreação/lazer

COMPREENSÕES DE RECREAÇÃO

Uso do tempo livre em atividades (principalmente atividades físicas)

Colômbia e Bogotá - os três gestores públicos a entendem como como oportunidade para a plenitude, desenvolvimento integral, processo, filosofia, etc. (aspecto atitudinal, próximo de *ocio* – OSORIO, 2009)

- **RECREACIÓN, OCIO, ESPARCIMIENTO**
- Confusão conceitual vigente na América Latina (GOMES, ELIZALDE, 2012).
- Influência do “recreacionismo”: recreação como atividades que possibilitam o uso positivo e construtivo do tempo livre (WAICHMAN, 2009).

Compreensão da recreação em relação ao esporte / atividade física

BOLÍVIA
LA PAZ
PERÚ
ECUADOR

- **Recreação compreendida como esporte e atividade física** - reduzida a um conteúdo possível de suas atividades (MARCELLINO, 2006).

LIMA
QUITO

- Compreensão de recreação que **abrange outros conteúdos culturais**.
- **Tendência a privilegiar o conteúdo físico-esportivo** nas entrevistas de gestores de Lima e Quito.
- No caso de Bogotá, os gestores explicitam que promovem a recreação que privilegia atividade física.

BOGOTÁ

- Única entrevista na qual não é verificada essa relação (PNR).

COLOMBIA

- Vinculação histórica (recreacionismo)

- Educação Física e Esporte se relacionam com a recreação, em formação, atuação profissional, e nas políticas públicas latino-americanas (ELIZALDE, GOMES, 2010)

- Gestões públicas associam lazer ao esporte, e o esporte (muito anterior) parece marcá-lo com seus signos, valores e temporalidades (LINHALES et al, 2008).

Fonte: Elaboração própria.

As possibilidades de garantir o direito à recreação/lazer são ampliadas quando esta é entendida como um processo complexo, que contempla o esporte e a atividade física mas, não se restringe a esse tipo de conteúdo. Na Colômbia, os gestores de nível nacional e distrital evidenciaram um entendimento de recreação nessa perspectiva ampliada, o qual também é explicitado nas leis e planos que orientam as políticas públicas de recreação/lazer no contexto colombiano.

No âmbito das políticas públicas implementadas em Bogotá, os gestores destacaram que, apesar da recreação/lazer não ser reduzida ao esporte e à atividade física, este conteúdo é privilegiado. Os próprios entrevistados mencionaram que esta priorização está em consonância com os objetivos que orientam as políticas públicas de recreação/lazer na capital colombiana.

As políticas públicas de recreação possuem diversos objetivos que vão além da garantia de um direito pela sua própria importância, constituindo justificativas para a intervenção do Estado nessa área (Quadro 5). Assim, nas leis e planos de todos os contextos analisados, há objetivos vinculados à promoção da saúde e à melhoria da qualidade de vida. Embora estes objetivos possam estar relacionados a uma compreensão ampla da saúde e de qualidade de vida comprometida com o desenvolvimento humano, no discurso de vários gestores e em alguns planos analisados, há uma ênfase na possibilidade que a recreação/ lazer apresenta para a redução do sedentarismo.

Quadro 5 – O discurso dos gestores sobre os objetivos das políticas

<p>Tímida compreensão da recreação como direito (mencionada apenas por 4 gestores de ECUADOR - QUITO, COLOMBIA – BOGOTÁ)</p> <p>São repletas de outras intenções para além da garantia de direito (BEZERRA, 2007)</p>	REDUZIR SEDENTARISMO	<ul style="list-style-type: none"> • Justificativas baseadas em critério de utilidade (MARCELLINO, 2008)
	QUALIDADE DE VIDA	
	PREVENÇÃO DO CONSUMO DE DROGAS, CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> • Poder salvacionista (LINHALES et al, 2008) • Necessidade de associar o lazer a um conceito que o justifique, pela sua baixa ressonância social (MARCELLINO, 2008)
	PROMOÇÃO DA SAÚDE	
	BUSCA DE TALENTOS	
	INTEGRAÇÃO SOCIAL	
	EDUCAÇÃO	
PAZ		

Fonte: Elaboração própria.

Alinhada com o objetivo de reduzir o sedentarismo está a ênfase na massificação do esporte recreativo e da atividade física. Sendo a recreação entendida como um apêndice do esporte, a massificação esportiva é percebida como uma contribuição para a busca de talentos em diferentes modalidades. Mesmo que isto não seja explicitado nas leis e planos analisados, foi enunciado por alguns gestores.

Em uma perspectiva diferente, as políticas de recreação/lazer na Colômbia também são orientadas para problemáticas complexas que vão muito além do próprio direito à recreação/lazer, como o fortalecimento da convivência e do tecido social. Isto denota que as necessidades vinculadas às particularidades históricas e sociais do país influenciam os objetivos de suas políticas.

Deste modo, as políticas públicas de recreação/lazer são orientadas para objetivos que, por vezes, atribuem a este direito uma perspectiva utilitária

(MARCELLINO, 2008) e salvacionista (LINHALES *et al.*, 2008). Seguindo essa linha de interpretação, a recreação/lazer é considerada como uma panaceia para diversas problemáticas multidimensionais e complexas. Isto foi constatado especialmente em alguns objetivos presentes nas leis e planos do Peru, assim como na perspectiva defendida pelo gestor entrevistado no Equador, os quais atribuem às políticas públicas de recreação/lazer o potencial para contribuir com a prevenção do consumo de drogas e da delinquência. Estes objetivos podem estar relacionados com a compreensão da recreação/lazer como uso positivo e adequado do tempo livre (ideia presente nas leis e planos, assim como no entendimento de alguns gestores), a qual advém da influência do recreacionismo na América Latina (WAICHMAN, 2009).

Diversos fatores podem explicar a multiplicidade de objetivos das políticas públicas de recreação/lazer implementadas. Não obstante, é importante considerar que, apesar de a recreação/lazer ou o desfrute do tempo livre serem reconhecidos como um direito nas constituições dos quatro países estudados⁸, foi constatada (com exceção da Colômbia) uma tímida a sua compreensão destes termos como direitos sociais, que necessitam da ação do Estado para que possam ser garantidos. Além disto, de acordo com alguns gestores a recreação/lazer ainda é considerada uma necessidade secundária e supérflua quando comparada a outras necessidades. Consequentemente, as políticas públicas de recreação/lazer parecem carecer de justificativas com relação a sua “utilidade” (MARCELLINO, 2008).

A compreensão que predomina sobre a recreação/lazer, assim como os objetivos atribuídos às políticas públicas nesta área em cada contexto analisado, encontra-se estreitamente vinculada com os conteúdos culturais privilegiados pelas ações implementadas. Neste sentido, verifica-se que os programas, projetos e atividades implementados em Quito, Lima e La Paz, assim como em seus respectivos contextos nacionais, contemplam predominantemente o conteúdo cultural físico-esportivo da recreação/lazer, com algumas exceções que não reverterem a tendência de cada contexto analisado. Quando as políticas públicas de recreação/lazer desenvolvem ações nas quais há predominância de um único conteúdo cultural (neste caso, o físico-esportivo) em detrimento de outras possibilidades, limita-se o acesso à vivência lúdica de diversas manifestações socioculturais.

⁸ Cabe destacar que as Constituições da Bolívia, Equador e Colômbia reconhecem expressamente o direito à recreação, enquanto a Constituição Política do Peru de 1993 reconhece o direito “ao desfrute do tempo livre” (Art.2, num. 22). Observa-se, aqui, a utilização do conceito de tempo livre, o que é comum no contexto da América Latina, como sinônimo de lazer e de recreação (GOMES; ELIZALDE, 2012).

Em Bogotá, privilegia-se o conteúdo físico-esportivo, mas não é possível afirmar que as ações são reduzidas a ele, pois há uma quantidade considerável de ações que incorporam outros conteúdos culturais. No nível nacional, na Colômbia, também não há proeminência de somente um conteúdo cultural, pois as ações desenvolvidas abrangem diversos conteúdos.

Ao analisar como as políticas públicas de recreação/lazer transcendem o nível de atividades e promovem o acesso a espaços e equipamentos para a sua vivência, foi verificado que, em Quito, La Paz e Lima, os equipamentos contemplados pela política setorial limitam-se à infraestrutura esportiva, privilegiando o mesmo conteúdo cultural que os programas e atividades desenvolvidas. Embora todas as políticas municipais promovam a utilização do espaço público como cenário para as atividades de recreação/lazer desenvolvidas, a participação setorial destinada a planejar as dotações dos parques públicos a fim de contribuir com o acesso à recreação/lazer da população foi constatada somente em Bogotá.

Esta intervenção prevista em um plano específico setorial da capital colombiana (*Plan Maestro de Equipamientos Deportivos y Recreativos para Bogotá 2006-2019*) e que, de fato, é implementada, aumenta o potencial da política pública de recreação/lazer para contribuir com a garantia deste direito ao gerar condições objetivas para que a população utilize os parques para diversas vivências recreativas. Além disso, a política busca privilegiar a intervenção em regiões que possuem menos possibilidades de acesso a espaços de recreação/lazer, e desta forma orienta-se no sentido de reverter a distribuição desigual dos espaços e equipamentos nas cidades (BOGOTÁ, 2006).

A presente pesquisa também buscou identificar se alguns grupos da população são contemplados, de forma especial na implementação das políticas públicas de recreação/lazer. Neste sentido, as leis e planos da Bolívia, Equador e Colômbia, além de assegurar a universalidade do direito, estabelecem disposições para que as ações desenvolvidas priorizem certos grupos, o que está em consonância com a priorização que as políticas sociais no contexto latino-americano realizam a partir do reconhecimento de “brechas sociais no exercício de direitos entre distintos setores da população” (CECCHINI *et al*, 2015, p.34). Desta forma, o marco normativo analisado nestes contextos é permeado pelo enfoque diferencial, que reconhece direitos especiais a grupos da população em função da sua identidade, condição, ciclo de vida ou situação de vulnerabilidade social.

No caso do Peru, o marco normativo analisado não reconhece o direito à recreação/lazer de grupos prioritários, mas alguns grupos são mencionados mesmo que de forma menos consistente do que nos outros países, e em ocasiões vinculadas aos objetivos almejados pelas políticas públicas de recreação/lazer.

Ao analisar as ações implementadas, constata-se que as políticas públicas de recreação/lazer priorizam a atenção a certos grupos da população em função da vulnerabilidade a que estão expostos, em todos os contextos. Desta forma, elas podem contribuir com a redução da desigualdade no acesso aos direitos, assim como podem também considerar as necessidades especiais de certos grupos em função dos seus interesses. Contudo, outros aspectos precisam ser considerados para que as ações implementadas possam de fato contribuir para diminuir a desigualdade. Por exemplo, se uma ação é dirigida à população em situação de deficiência, mas, é de caráter eventual, privilegia apenas um conteúdo cultural ou não leva em consideração os interesses da população. Com isto, não é possível afirmar que tais ações ampliam as condições para o acesso ao direito à recreação/lazer, nem que diminuem as brechas existentes no seu pleno exercício.

Buscou-se identificar e analisar, também, alguns dos desafios que a gestão das políticas públicas de recreação/lazer apresenta, e que podem constituir limitações para a concretização deste direito. O fato de as políticas públicas de recreação/lazer estarem setorialmente junto às de esporte (e em determinadas ocasiões, são subordinadas às políticas de esporte) produz diversos desafios (LINHALES, *et al*, 2008). No caso de Peru, outros desafios decorrem do fato de as políticas públicas de recreação/lazer, assim como as políticas públicas de esporte, estarem (sub)setorialmente vinculadas às de educação, o que lhe retira autonomia e reforça hierarquias, no setor.

É importante destacar que todos os contextos analisados atribuem ao município um papel relevante na prestação de serviços de recreação/lazer. No entanto, os órgãos que regem a política pública setorial no nível nacional não realizam necessariamente um trabalho de caráter estratégico de consolidação do setor, já que ficou constatado que promovem ações que, muitas vezes, ficam restritas a atividades. No nível nacional, apenas na Colômbia verifica-se que a política pública setorial aborda – ou pelo menos o documento tem intenção de abordar – aspectos estratégicos vinculados à gestão, à formação e à pesquisa. Apesar dos objetivos vinculados a essas áreas terem como fim último a promoção do acesso da população a vivências de recreação/lazer, eles buscam gerar capacidades setoriais que contribuam com o fortalecimento do setor. Este aspecto não foi previsto nas leis e planos analisados nos demais países e pode configurar uma possibilidade de avançar na concretização do direito à recreação/ lazer nas políticas públicas da área.

Em relação à gestão, constatou-se que a articulação intersetorial das políticas públicas de recreação/lazer ainda é incipiente e foi verificada somente em alguns contextos. Contudo, as coordenações pontuais entre setores governamentais podem constituir um primeiro passo no sentido de alcançar

uma maior articulação intersetorial (CUNILL-GRAU; REPETTO; BRONZO, 2015) que garanta o acesso aos direitos – e não somente ao direito à recreação/lazer – contribuindo com o exercício da cidadania plena. Um dos obstáculos que dificultam alcançar uma maior articulação intersetorial é o fato da recreação/lazer ser considerada pelos demais setores como uma necessidade supérflua.

Quando comparada a outros direitos sociais, a pouca relevância dada à recreação/lazer dificulta que a população reivindique melhores políticas nessa área e demande espaços para a participação e controle das mesmas. Como ficou evidenciado na investigação, os mecanismos de participação previstos pelas políticas setoriais de recreação/lazer, quando existentes, restringem-se a consultas à população e não necessariamente encontram-se institucionalizados. Além disso, também não possibilitam a participação da população no processo de tomada de decisões – com exceção dos mecanismos previstos pelo Plano Maestro de Bogotá –, fundamental para a ampliação da democracia.

Considerações finais

A pesquisa realizada evidenciou a necessidade de que as políticas públicas de recreação/lazer implementadas em nosso contexto sejam fundamentadas no direito que as legitima e que essa perspectiva seja encarnada tanto nas ações desenvolvidas, como nos discursos dos gestores públicos que participam na política. Este aspecto é fundamental para que a população possa compreender que os serviços prestados respondem a um direito e não a um privilégio e que, gradativamente, comece a reivindicar políticas públicas consistentes, que garantam o acesso à recreação/lazer.

O principal objetivo desta investigação foi o de compreender as possibilidades e as limitações para a concretização do direito à recreação/lazer nas políticas públicas da área nas capitais dos países integrantes da Comunidade Andina: Bogotá, La Paz, Lima e Quito, em relação a seus respectivos contextos nacionais. Esses aspectos foram discutidos no texto e, em termos de gestão das políticas públicas nesse âmbito, podem ser resumidas conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Limites e possibilidades para o direito à recreação/lazer

GESTÃO	LIMITAÇÕES	POSSIBILIDADES
INSCRIÇÃO SETORIAL	Relação de subordinação ao esporte	Criação de ministérios (hierarquia e autonomia do setor)
ORÇAMENTO	Insuficiência de recursos e distribuição desigual	Oportunidade de articulação interinstitucional - intersetorial
INTERSETORIALIDADE	Olhar pejorativo de outros setores	Potencial para relacionar com áreas diversas (oportunidade para afirmação do campo)
PARTICIPAÇÃO	Hierarquia de necessidades (ausência de demandas / temor dos gestores)	Institucionalização de mecanismos de participação nas leis e planos setoriais
INTERVENÇÃO	Órgãos reitores realizam atividades	Desenvolver uma tarefa estratégica que fortaleça trabalho de municípios

Fonte: Elaboração própria.

Em suma, o trabalho realizado buscou identificar e analisar diversos aspectos da implementação de políticas públicas de recreação/lazer a fim de contribuir com este debate em um contexto em que os estudos são ainda incipientes. Assim, este estudo pretendeu contribuir com o conhecimento sobre as políticas públicas de recreação/lazer que estão sendo implementadas nas capitais dos países da Comunidade Andina em relação a seus respectivos contextos nacionais, a partir de uma perspectiva regional. Aprofundar os estudos sobre esta temática torna-se necessário a fim de produzir conhecimentos que possam contribuir com a implementação de políticas públicas de recreação/lazer que de fato concretizem o exercício deste direito.

Mesmo que a garantia dos direitos sociais apresente desafios que são ainda mais expressivos em um contexto como o latino-americano e, apesar do campo da recreação/lazer expressar outros desafios vinculados com a especificidade de seu objeto, é possível desenvolver políticas públicas que levem em consideração as particularidades de cada contexto. Seja no campo das ideias, seja no campo da intervenção concreta, a recreação/lazer é um direito e a intervenção pública nesse âmbito constitui uma ação que visa garanti-lo. Este é um passo imprescindível para avançar na construção de uma sociedade menos desigual que assegure condições objetivas para o exercício deste direito e que, conseqüentemente, contribua para o exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BELLO, E. **A cidadania no constitucionalismo latino-americano**. Caxias do Sul: Educs, 2012.
- BEZERRA, G. D. Lazer e políticas públicas: conceito, diálogo e um recorte da realidade. In: MAIA, L. F. dos S.; OLIVEIRA, M. V. de F.; LIMA, D. M. M. C. (Orgs.). **Políticas de lazer e suas múltiplas interfaces no cotidiano urbano**. Natal: Ed. CEFET, 2007.
- BOGOTÁ. Decreto 308 de 2006. **Plan Maestro de Equipamientos Deportivos y Recreativos para Bogotá 2006-2019**. Alcaldía Mayor de Bogotá. 2006. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.ccb.org.co/handle/11520/13746> >. Acesso em: 20 mar. 2019.
- CECCHINI, S. *et al.* (Eds.). Derechos y ciclo de vida: reordenando los instrumentos de protección social. In: _____. (Eds.). **Instrumentos de protección social: Caminos latinoamericanos hacia la universalización**. Santiago: CEPAL, 2015.
- COMUNIDAD ANDINA. **Somos Comunidad Andina**. Lima: [s.n.], [2015]. Disponível em: < <http://www.comunidadandina.org/Seccion.aspx?id=189&tipo=QU&title=somos-comunidad-andina> > Acesso em: 1 out. 2015.
- CUNILL-GRAU, N.; REPETTO, F.; BRONZO, C. Coordinación intersectorial pero integralidad de las instituciones de protección social. In: CECCHINI, S. *et al.* (Eds.). **Instrumentos de protección social: Caminos latinoamericanos hacia la universalización**. Santiago: CEPAL. 2015.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ELIZALDE, R.; GOMES, C. Ocio y recreación en América Latina: concepto, abordajes y posibilidades de resignificación. **Polis** [En línea], Santiago, n.26, 2010. Disponível em: < <http://polis.revues.org/> > Acesso em: 23 fev. 2017.
- FARIA, C. A. P. de. **Implementação de políticas públicas: Teoria e prática**. Belo Horizonte: Ed. PUC MINAS, 2012.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas públicas**, Brasília, n.21, p.211-259, 2000.
- GOMES, C. Necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014. Disponível em: < <https://seer.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/327> >. Acesso em: fev. 2016.
- GOMES, C.; ELIZALDE, R. **Horizontes latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- GOMES, C.; PINTO, G. O lazer na velhice: reflexão sobre a experiência de um grupo de idosos. **Revista Kairós**, São Paulo, v.9, p.113-133, 2006.
- GOMES, C. *et al.* Políticas públicas de lazer: pesquisando a temática no contexto de cinco mestrados latino-americanos. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.4, 2012. Disponível em: < <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/421/314> > Acesso em: 27 maio 2016.
- JANN, W.; WEGRICH, K. Theories of the policy cycle. In: FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, S. M. (Ed.). **Handbook of public policy analysis: theory, politics and methods**. London: CRC Press, 2007.
- LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v.21, n.48, p.101-110, dez. 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000400006> > Acesso em: 21 ago. 2016.
- LINHALES, M. A. *et al.* Esporte e lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas? In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Orgs.). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação: Questões para o esporte o lazer**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 4ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008.
- MARCELLINO, N. C. *et al.* **Espaços e equipamentos de lazer em Região Metropolitana: O caso da**

RMC (Região Metropolitana de Campinas). Curitiba: Opus Print, 2007.

MENY, I.; THOENIG, J. C. **Las políticas públicas**. Barcelona: Ariel S.A., 1992.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise de políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.

NOYA, L. **El derecho a la recreación/ocio en las políticas públicas de las capitales de los países andinos: posibilidades y limitaciones para su concreción**. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte.

OSORIO, E. La recreación en Colombia: Un campo en construcción. In: GOMES, C. (Orgs.). **Lazer na América Latina / Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

PERÚ. **Constitución Política del Perú**. 1993. República del Perú, 1993. Disponível em: < <http://www.pcm.gob.pe/wp-content/uploads/2013/09/Constitucion-Pol%C3%ADtica-del-Peru-1993.pdf> > . Acesso em: 20 mar. 2019.

PULZL, H.; TREIB, O. Implementing Public Policy. In: FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, S. M. (Ed.). **Handbook of public policy analysis: theory, politics and methods**. London: CRC Press, 2007.

RAMOS, A. **Os significados de ocio/recreación nas constituições de países latino-americanos de língua espanhola**. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte.

ROTH, A. N. **Políticas Públicas: Formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002.

RUA, M. das G.; ROMANINI, R. **Para Aprender Políticas Públicas: Volume I: conceitos e teorias**. Brasília: IGEPP, 2013. Disponível em: < http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf > . Acesso em: 2 jan. 2016.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Santa Vitória do Palmar, v.1, n.1, jul. 2009. Disponível em: < <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/download/6/pdf> > . Acesso em: 10 mar. 2019.

SALAZAR-SALAS, C. G. **Recreación**. San José: Editorial UCR, 2007.

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas: Coletânea**. v.1. Brasília: ENAP, 2006. p.21-42.

SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. **Licere**, Belo Horizonte, v.6, n.2, p.23-32, 2003.

SILVA, P.; MELO, M. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno de Pesquisa NEPP**, Campinas, v.48, p.1-16, 2000.

WAICHMAN, P. ¿Cuál recreación para América Latina? **Espacio abierto**, Venezuela, v.18, n.1, ene./mar. 2009. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12211304007> > . Acesso em: 11 mar. 2017.

MINI CURRÍCULO DOS AUTORES:

Christianne Luce Gomes

Professora Titular da UFMG e Pesquisadora do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa LUCE. Coordenadora da Rede CEDES do Ministério do Esporte, na Equipe Gestora/UFMG. Editora da Revista Brasileira de Estudos do Lazer (RBEL). Doutora em Educação, com Pós-doutorado em Ciências Políticas e Sociais. Realizou Estágio Sênior na Universidade de Barcelona com Bolsa CAPES (2017-2018, Processo nº 88881.118999/2016-01). Endereço: Av. Antônio Carlos 6627, Pampulha, BH, MG. UFMG/DEF/EEFFTO. E-mail: chris@ufmg.br

Luciana Noya

Mestre em Estudos do Lazer (2017) pela Universidade Federal de Minas Gerais, realizado com bolsa CAPES. Graduada em Serviço Social pela Universidad de la República, Uruguai (2011) (diploma revalidado pela UFJF em 2014). Graduada do curso Técnico en Educación para el Tiempo Libre y la Recreación da Universidad Católica del Uruguay (2006). Membro do grupo de pesquisa LUCE – Ludicidade, Cultura e Educação, EEFFTO/UFMG.

E-mail: luciananoyacasas@gmail.com

Iuri Cordeiro

Mestrando em Comunicação Social (2019) e Turismólogo (2018) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do grupo de pesquisa LUCE – Ludicidade, Cultura e Educação, pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG. Bolsista de Iniciação Científica (2017) pela UFMG/Ministério do Esporte – Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer) do Estado de Minas Gerais. Editor de layout da Revista Brasileira de Estudos do Lazer – RBEL.

E-mail: iurifmc@yahoo.com.br

8. A CONSTRUÇÃO DE SABER DOS GESTORES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE¹

Hélder Ferreira Isayama
Marcília de Sousa Silva
André Henrique Capi
Lucilene de Alencar das Dores
Rita Maria Peloso Grasso

Introdução

A construção de saber é uma temática presente nos estudos do campo da Educação desde a década de 1980, que é quando se inicia a discussão sobre os saberes docentes no cenário internacional. Naquele momento, ainda que as indagações transitassem nas especificidades da formação do professor, o reconhecimento da existência de saberes para além do universo científico tornou visível os processos de apropriação de conhecimentos provindos da prática profissional e da vida cotidiana. A partir deste reconhecimento, outros campos de investigação tomaram a construção do saber como objeto de estudo no desenvolvimento de suas pesquisas. No Brasil, esta temática intensifica-se na década de 1990 por meio das influências de estudos internacionais.

Tardif (2002), cuja produção impactou nos estudos brasileiros, afirma que os saberes são frutos de conhecimentos científicos presentes nos currículos de instituições de ensino e resultam, também, de conhecimentos técnicos e de saberes da ação, como aqueles adquiridos na experiência profissional.

¹ Pesquisa financiada pela Rede Cedes do Ministério da Cidadania, integrante do Núcleo de Minas Gerais da Rede. No período inicial da pesquisa, incluindo na coleta de dados contamos com a participação dos seguintes pesquisadores voluntários: Profa. Dra. Juliana Vianna, Prof. Fabiano Antônio Sena e os acadêmicos bolsistas Camila Cortes. Na transcrição das entrevistas, contamos com o apoio do acadêmico Nicolas Vinícius Sant'Ana.

Tardif e Raymond (2000) propõe uma tipologia para classificar os saberes dos professores² com o objetivo de impedir a compreensão dividida e compartimentada destes saberes, seja como categoria disciplinares ou cognitivas. Esta proposta procura contemplar o pluralismo do saber profissional e, para isto, relaciona o saber com diversas situações, classificadas como fontes sociais de aquisição (lugares de atuação dos professores, as organizações que os formam e/ou trabalham, os instrumentos de trabalho e a sua experiência no trabalho) e os seus modos de integração no trabalho docente ao longo da sua trajetória como profissionais.

Assim, o estudo de Tardif; Raymond (2000) classifica os saberes em cinco tipos: **(1)** pessoais dos professores, adquiridos na família, no ambiente de vida, pela educação no sentido lato e integrado no trabalho docente pela história de vida e pela socialização primária; **(2)** provenientes da formação escolar anterior, adquiridos na escola primária e secundária e nos estudos pós-secundários não especializados e integrados pela formação e pela socialização pré-profissional; **(3)** provenientes da formação profissional para o magistério, adquiridos nos estabelecimentos de formação de professores, nos estágios, nos cursos de reciclagem e integrados pela formação e pela socialização profissionais nas instituições de formação de professores; **(4)** provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho, adquiridos na utilização das ferramentas dos professores: programas, livros didáticos, cadernos de exercício, fichas, e integrados pela utilização de ferramentas de trabalho e sua adaptação às tarefas e **(5)** provenientes de sua própria experiência na profissão, adquiridos na prática do ofício na escola e na sala de aula e integrados pela prática do trabalho e pela socialização profissional.

Ancorados nesta perspectiva, problematizamos os saberes dos gestores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) entendendo que estes são constituídos na formação inicial dos sujeitos e, também, configurados na dimensão da realidade social e cultural. Neste sentido, concebemos o saber constituído na relação do sujeito com seus processos formativos iniciais, com a atuação profissional e seus contextos de vida. Corroboramos com Tardif (2002) que o saber está relacionado aos elementos constitutivos do trabalho, ou seja, às pessoas e suas identidades, sua experiência de vida e sua história profissional e às relações entre os outros sujeitos que compõem o contexto profissional.

² Os autores discutem, especificamente, a construção de saberes dos professores, mas o estudo pode contribuir para pensarmos os saberes de profissionais que atuam em diversos campos, incluindo os gestores que cuja intervenção se dá no âmbito dos projetos sociais de esporte e lazer.

Assim, buscamos compreender como os gestores constroem os saberes necessários à sua atuação no programa social, considerando seus processos formativos e os significados atribuídos a essas experiências. A partir dessas reflexões, temos o interesse em ampliar e fortalecer o debate sobre a atuação profissional no âmbito das políticas públicas e sobre os saberes necessários à gestão de programas de esporte e lazer. Embora alguns estudos abordem os saberes e a formação de professores e agentes sociais, existem lacunas no trato dessa temática relacionada aos gestores de programas sociais.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade e seus gestores

O Ministério do Esporte (ME), criado em 2003, tinha a missão de formular e implementar políticas públicas de esporte e lazer como direito de todo cidadão brasileiro. Ao longo de uma década³, o ME sofreu reformulações estruturais e as demandas de esporte e lazer foram agrupadas numa secretaria denominada Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS). Assim, por meio desta secretaria, a SNEELIS, foi criado o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), a princípio como projeto-piloto, isto em 2003 e, depois, como componente do Plano Plurianual 2004-2007. Em tempos atuais, com a extinção do Ministério do Esporte, a SNEELIS vincula-se ao Ministério da Cidadania por meio da Secretaria Especial do Esporte.

O PELC surgiu no cenário das políticas públicas com o propósito de suprir a carência de ações de esporte e lazer no atendimento das demandas crescentes da população brasileira. Desde sua criação, o foco do PELC são as populações em situação de vulnerabilidade social e econômica que reforça condições de injustiças e exclusões a que são submetidas (BRASIL, 2004).

Considerando o intuito de garantir o acesso da população brasileira às ações contínuas de esporte e lazer, o PELC visa abarcar uma diversidade de atividades e estimular suas práticas. As ações educativas desenvolvidas nos núcleos são constituídas de oficinas culturais esportivas, artísticas, brinquedotecas, salas de leituras, projeções e debates de filmes e eventos das mais diversas

³ Em 2011, o Ministério do Esporte passou por reformulação em seu organograma e constituiu-se pelas seguintes secretarias: Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor e Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Esta responsável pela implantação de diretrizes relativas dos programas esportivos educacionais, de lazer e de inclusão social.

naturezas, jogos populares e de salão, danças regionais, contemporâneas e clássicas, artes marciais, capoeira, ginásticas e esporte recreativo. Tais ações são norteadas em dois eixos para atingir o seu objetivo central e os específicos previstos no atual edital do programa:

(1) Implantação e Desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer nas diversas regiões do Brasil com o objetivo de garantir o direito ao acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte em sua dimensão recreativa para as diversas faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência.

(2) Formação Continuada – ação educativa continuada de gestores, agentes sociais, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e demais parceiros atuantes na esfera pública com vistas à formação e à implementação de políticas de lazer e de inclusão social e cultural.

As diretrizes norteadoras do PELC abarcam o fomento ao estudo e à sistematização de conhecimentos teórico-práticos; a documentação, informação e difusão de conhecimentos científicos; a formulação, desenvolvimento e avaliação de ações educativas e a consolidação de redes nacionais de atendimento.

A partir de seus pilares estruturantes, os agentes sociais têm o desafio de promover articulação coletiva para aproximar os anseios da comunidade e a cultura local. Vieira *et al* (2011) afirmam que o PELC propõe a construção de uma política de Estado que considere o lazer e o esporte de participação como direitos sociais, tratando-os como possuidores de conteúdos próprios e amplos e como elementos de cidadania. No entanto, os autores ponderam que não há prioridades governamentais para tornar o esporte e o lazer como objetos de política de Estado. Para tal, os autores revelam a necessidade de:

Desenvolvimento de uma governabilidade que permita maior visibilidade e introdução das temáticas lazer e esporte de participação na agenda política brasileira. É fundamental, ainda, que se busque maior amplitude do programa, o que pode ser facilitado pelo aprimoramento da governança local por meio de suas propostas de formação continuada (VIEIRA *et al*, 2011, p.68).

Por meio do estudo desenvolvido por Vieira *et al* (2011) podemos identificar que, ainda que a formação norteie o desenvolvimento do programa social, poucos estudos se debruçam sobre os saberes dos sujeitos que assumem relevante função na gestão local. Estes sujeitos atuam na gestão do PELC assumindo funções de coordenadores (geral, pedagógicos, setoriais e de núcleos) que estão descritas nas diretrizes do PELC, além dos perfis profissionais necessários para a contratação dos gestores. Neste contexto, destacamos

a relevância de compreender os saberes que são mobilizados para a atuação no PELC.

Metodologia

A investigação qualitativa constituiu-se da combinação de pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica constituiu todas as etapas deste estudo e foi norteada pelos termos saberes, gestão, políticas de esporte e lazer. O levantamento bibliográfico foi realizado no acervo bibliográfico do grupo de pesquisa Oricolé (Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer), nos sistemas de biblioteca digital e no Sistema de bibliotecas da UFMG, nos sites de busca acadêmica e no Portal de periódicos CAPES, isto com o objetivo de traçar a moldura na qual o objeto se situa e o marco teórico sustentador das ideias e pressupostos. A apropriação dos referenciais teóricos possibilitou estabelecer categorias analíticas para o conhecimento do objeto estudado.

A pesquisa de campo foi realizada por meio do emprego da técnica da entrevista semiestruturada realizadas *online*. As entrevistas ocorreram, via vídeo chamada de *WhatsApp*, de maneira síncrona – quando a pesquisa ocorre em tempo real na *internet* em salas de bate-papo ou utilizando ferramentas de comunicação instantânea. A conversa foi registrada por meio de gravações do áudio. As entrevistas foram transcritas, num primeiro momento, conforme as falas no esforço de passar a linguagem oral para a escrita, depois foram feitas as correções ortográficas e de sintaxe, sem substituição termos usados.

Para selecionar os sujeitos participantes da pesquisa, inicialmente, entramos em contato com o Ministério do Esporte e solicitamos a lista de convênios vigentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade. A escolha foi por focalizar os convênios firmados na região sudeste brasileira, tendo em vista que a definição inicial era realizar entrevistas presenciais. No momento da coleta de dados, foram identificados 31 municípios da região escolhida que realizavam convênios com o Ministério do Esporte para desenvolver o PELC. Enviamos um convite aos convênios identificados e obtivemos o retorno para a realização das entrevistas de 9 municípios. Para organizar a realização das entrevistas, entramos em contato com todos os gestores indicados enviando uma mensagem individual por *e-mail*.

Cada município indicou o profissional vinculado ao projeto que nos concedeu a entrevista e, desta forma, foram entrevistados 3 coordenadores pedagógicos, 4 coordenadores geral e 2 coordenadores de núcleo, totalizando

9 entrevistas realizadas. A escolha destes sujeitos se deu porque compreendemos no processo de pesquisa que esses profissionais exerciam a função de gestor do programa no município.

No universo de gestores entrevistados, tivemos a participação de três mulheres e de seis homens, que atuam na coordenação do PELC da região sudeste. No campo da formação acadêmica, identificamos que seis entrevistados possuem formação superior em Educação Física e os outros três possuem cursos de graduação em Ciências Sociais, Pedagogia e Geografia. Dentre os entrevistados graduados em Educação Física há, também, o percurso acadêmico na pós-graduação, sendo quatro sujeitos possuem a especialização e um deles o título de mestre.

Para o tratamento das informações, ou seja, os dados das entrevistas, estas pelo procedimento online via *WhatsApp*, utilizamos a análise de conteúdo. A análise de conteúdo fundamentou-se em Bardin (2009), que assinala três polos cronológicos que marcaram fases distintas da análise. A primeira foi a pré-análise, fase da organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas teve por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.

A exploração do material foi a fase seguinte, caracterizada pela administração sistemática das decisões tomadas na fase anterior. Consistiu de operações de codificação, a transformação de dados brutos do texto que permitiu atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão. Por fim, a fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Nesta fase, os resultados brutos foram tratados de maneira a serem significativos e válidos, foram estabelecidos quadros de resultados, os quais condensam e põem em relevo informações fornecidas pela análise.

Deste modo, organizamos os dados das entrevistas em quadro analítico que nos permitiu um sistema categorial assentado na análise de conteúdo. Na análise dos saberes construídos pelos gestores, buscamos, nas falas, temas relevantes, valores e crenças presentes ou subtendidas nas narrativas. As categorias foram constituídas por duas formas, uma relacionada à classificação que os sujeitos constroem a partir da realidade para dar sentido à vida profissional e outra, elaborada pelos pesquisadores, à medida que desvenda o investigado. Baseadas neste constructo, foram elencadas as seguintes categorias: Saber-fazer, Saber-estar e Saber-ser. Tais categorias contribuem para entendermos como os gestores constroem os saberes necessários à atuação e os significados dados às experiências da vida prática.

O saber-fazer e o saber-estar são os saberes experienciais, ou saberes da prática. Esses saberes estão enraizados no processo de ensino e se desenvolvem num contexto de múltiplas interações que exigem improvisação e habilidade pessoal, bem como a capacidade de enfrentar situações mais ou menos variáveis. Lidar com este o saber-fazer e o saber-estar é um processo formador para o profissional que permite desenvolver o *habitus* (certas disposições adquiridas na e pela prática real). Para Tardif (2002), os *habitus* podem ser transformados num estilo de ensino, em ‘macetes’ da profissão que se manifestam através de um saber-fazer e de um saber-ser pessoais e profissionais, validados pelo cotidiano do trabalho.

Análise de Dados

Como produto da aprendizagem dos sujeitos, o saber resulta da formação inicial, compreendendo esta como o processo formativo orientado pelo conhecimento científico, associada às experiências oriundas do convívio social, seja no ambiente de trabalho, familiar, escolar, entre outros. As relações estabelecidas entre os sujeitos, na diversidade de espaços sociais, possibilitam a resignificação constante dos saberes. Desta maneira, a formação dos profissionais inicia-se antes do ingresso dos mesmos nos cursos de qualificação profissional e não possui prazo estabelecido para sua finalização.

Para compreender como se concretiza o processo de construção de saberes de profissionais que atuam no campo do lazer, é necessário considerar que a produção de conhecimento se manifesta no campo científico, via procedimentos racionais da ciência, e, no cotidiano do trabalho, por meio do conhecimento da ação do profissional. Portanto, consideramos que há conexões e aproximações entre os saberes que os profissionais do lazer obtêm nos espaços, momentos e experiências vivenciadas no seu cotidiano pessoal e profissional com os saberes curriculares e acadêmicos. Neste contexto, pensamos o saber como resultantes dos processos de aprendizagens dos sujeitos e, por isto, não se inicia e nem se esgota numa ou em outra experiência, seja na esfera da formação acadêmica, ou campo de atuação profissional, ou no âmbito do momento de convívio no cotidiano da família, ou no lazer.

Para identificarmos os saberes construídos pelos gestores do PELC, não nos restringimos em analisar nas narrativas dos sujeitos o que conhecem ou como tomam conhecimento sobre algo, mas sim as propriedades, decisões, ações que ordenam do sujeito, da sua subjetividade. A partir deste olhar, o saber é compreendido como construção, invenção, inusitado, enfim, com o sentido

de busca pelo possível e o impossível, que permite aos sujeitos a capacidade de discernir, diferenciar, separar, de fazer escolhas, decidir, aceitar ou rejeitar, gostar ou não gostar, exercer o juízo sobre algo ou sobre uma situação (VEIGANETO; NOGUEIRA, 2010).

Identificamos nas narrativas dos gestores a valorização e contribuição do sistema de formação do PELC na construção de saberes. Os elementos estruturantes desta política pública e o lazer como direito social são aspectos relevantes que podem contribuir com a continuidade e qualificação das ações dos gestores em seus territórios.

Nós tivemos duas: Módulo introdutório, I e II. Estas formações são essenciais, por que **elas trazem informações relacionadas ao lazer, ao esporte. Elas trazem um norte para o nosso trabalho.** Um norte de direcionamento para entendermos as diretrizes do Programa e conseguir fazer as atividades de lazer enquanto uma política pública. Além do mais, as formações nos dão um norte ao nosso trabalho, na organização e nos ajudam no planejamento das atividades. (GESTOR 8) (*Grifo nosso*).

O principal é conhecer as diretrizes, e dentro da diretriz está sempre pesquisando opções novas. Está sempre presente nas reuniões de formações aos sábados, sempre ligado. Por exemplo, **eu faço parte do Conselho Gestor do Programa, é aí que você ouve a ponta, que é para não se perder o que é o projeto.** Além das nossas pesquisas, eu me inscrevi no Programa a distância da UFMG (GESTOR 7) (*Grifo nosso*).

Estas narrativas corroboram com o apontamento de Marcellino (2003), que entende a formação como um dos componentes da política pública na área, um eixo das ações que impede a valorização somente da política de atividades. As narrativas indicam a relevância do eixo estruturante da formação presente nas diretrizes do programa na construção do saber-fazer necessário à gestão.

Uma questão destacada nas falas abaixo aproxima do entendimento que o PELC deve superar a ideia de política de atividades. Esta superação da política de atividades exige que os profissionais conheçam o significado do serviço público, os valores que orientam a política geral de governo em que esta política está inserida e, ainda, compreendam a necessidade da articulação com outras políticas setoriais (MARCELLINO, 2003).

Entender a filosofia do programa é fundamental para que não acabemos fazendo o que já foi feito; sem trazer uma visão clara do que é de fato o lazer. Se fizemos sem isso em mente, as vezes fica o evento pelo o evento, a atividade pela atividade. [...] Incentivar e respeitar os pares, ter autonomia sobre as nossas ações promovendo assim, um trabalho democrático (GESTORA 1).

A minha ideia é formar um grupo gestor com a educação, com a saúde, com o centro de convivência do idoso. **A ideia é que esse grupo possa contribuir com as formações aqui no PELC, para discutir várias temáticas dentro da comunidade** e com aquilo que o PELC já oferece. (GESTOR 8) (*Grifo nosso*).

A convivência dos profissionais provocadas pelos processos de formação do PELC foi apontado nas narrativas dos gestores como momentos importantes para a escuta as demandas da ponta, debates e possibilidades de formar grupos para fortalecer o programa como política pública. Segundo Moreira (1995), este momento de socialização do conhecimento contribui para o aperfeiçoamento das práticas de formação e para promover e legitimar o processo investigativo como um caminho para a compreensão da realidade, a resolução dos problemas.

Além disto, por meios desses encontros, os gestores constroem saberes sobre o esporte e o lazer que contribuem para o norteamento do trabalho no sentido de ampliar o entendimento e as possibilidades de intervenções profissionais a luz das diretrizes pautadas pelo programa.

Então a formação ocorre 1x por semana onde o coordenador durante 4 horas formaliza, debate e analisa as práticas [...] além de uma adaptação, em duas horas tema debate, um tema associado à relação socioeconômica, por exemplo, racismo, passamos documentário, a gente debate, [...]. Então a gente vai tentando maior acesso de mulheres ao esporte, então sempre a gente faz um debate de temas universais (GESTOR 6) (*Grifo nosso*).

Ressaltamos que, o investimento no eixo da formação por parte dos gestores dos convênios contribui na solução dos problemas instrumentais da sua prática, pois estes profissionais do lazer se apropriam das situações observadas no cotidiano dos núcleos de esporte e lazer para aplicar o conhecimento na ação, buscando a unidade entre a teoria e a prática, mediante a aplicação de teoria científica ou de uma técnica.

A capacidade de relacionar a teoria com a prática, entendendo que esses elementos são indissociáveis, é um desafio enfrentado pelos profissionais que atuam com o esporte e o lazer. Neste sentido, a formação do PELC é uma ação importante na estrutura do programa em busca da superação da dicotomia teoria *versus* prática, que empobrece o campo de possibilidades de intervenções dos profissionais que atuam com o esporte e o lazer. Isayama (2010) aponta que a teoria e a prática devem andar juntas e serem consideradas o núcleo articulador da formação de profissionais no campo do lazer, entendendo que o referencial teórico é tão fundamental quanto o referencial prático. Desta maneira, a vivência prática e a formação acadêmica devem entrelaçar-se de

forma a garantir os saberes necessários à atuação de um gestor da política pública.

A vivência nos dá toda a formação necessária, se a gente ficasse dependendo da universidade, a gente não vai estar preparado nunca. Então, todo dia que a gente passa no trabalho, na vivência com as crianças no lazer, no treinamento, sempre passa uma experiência nova. Cada dia vai ser um aprendizado novo, um aprendizado diferente, para a gente melhorar o conhecimento (GESTOR 8).

Outro ponto a ser considerado sobre as narrativas dos gestores é a forma como são produzidos os saberes nos processos de execução do Programa. Na fala da gestora é possível perceber o saber-fazer e saber-ser a partir do cotidiano de sua atuação comprometida com as demandas sociais requeridas pelo Programa.

Eu estou na ponta desse navio, eu trabalho muito com diretrizes. Eu também compartilho de toda concepção de efetivação comunitária, de inclusão que o programa propõe. Às vezes, tem a direção política, digamos assim, está um pouco mais distante de quem executa essa política na ponta. Isso, às vezes, dificulta até priorizar certas possibilidades de execuções. Você tem que demonstrar que aquilo é importante, vai lá no resultado. Então, você tem que fazer, há todo tempo, esse movimento de fortalecer a execução para dizer que aquilo faz diferença até mesmo para a aprovação de um prefeito. (GESTORA 4).

Este modo de olhar e pensar dos gestores sobre os processos de intervenção nos permite pensar que os conceitos estruturantes, os conteúdos e as estratégias de ação do PELC estão em diálogo com a realidade daqueles que acessam esta política. Esse diálogo caminha na trilha do fortalecimento dos processos formativos, visto que as formações presenciais contribuem para o entendimento das diretrizes. Ademais, a análise da realidade, a participação popular, a valorização da cultura local e o trabalho coletivo promovem, junto à comunidade envolvida no processo, “o reconhecimento da legitimidade e do valor da investigação reflexiva como forma de pesquisa” (MOREIRA, 1995, p.18) e descoberta de outros saberes ou mesmo ampliar o olhar a respeito de um saber já construído.

No contexto da atuação da política pública, o saber-fazer se constitui, também, pelas barreiras observadas pelos gestores ao longo dos processos de execução. Destacamos as falas que apresentam situações de desafios da gestão dos convênios.

No início, nós tivemos muitas dificuldades. Vou pontuar três questões aqui: O primeiro foi o fato do convênio ter se firmado em 2014 e só ter sido iniciado agora

(2018) [...] O segundo ponto é fato do pessoal que participou da elaboração do projeto de convênio já não está mais na secretaria. Nós que assumimos, ficamos bastante perdidos. Por mais que a gente lesse todo o convênio, os projetos e a proposta, muitas coisas ficou com uma lacuna muito grande para nós. Não tínhamos ninguém que pudesse nos explicar o porquê da escolha daquele bairro; se existem outros com mais necessidades. [...] O terceiro ponto é que, quando assumimos de fato era um governo diferente, que estava começando. Existia aquela fala do: “estou no momento de arrumar a casa”. As prioridades não eram para o nosso trabalho, existiam outras prioridades (GESTORA 1).

A maior dificuldade que temos hoje em meu núcleo, particularmente, é a violência. Nosso núcleo tem constante troca de tiros, é muito próximo a uma área de conflito. Então, muitas vezes, a gente perde muitos alunos por essas situações bem desagradáveis. E a gente não pode fazer com que os agentes comuns, nem os alunos, muitas vezes temos que suspender as atividades, não por vontade própria, mas por segurança. Então, esse é o maior fator limitador que temos aqui, é muito complicado, nosso núcleo especificamente em relação a isso, atrapalha muito. (GESTOR 9).

Estas dificuldades enfrentadas no cotidiano da gestão de esporte e lazer são de várias ordens. Entre elas, verificamos o problema do gestor que assume um programa pleiteado por outra gestão. Na experiência retratada pelo gestor 1, não ocorreu processo de transição, situação que emperra os processos de implementação do Programa. Um exemplo, a contratação e formação de pessoal pode contribuir para a dificuldade na aproximação e apropriação das diretrizes da política que, por vezes, acontece durante os processos de execução das ações nos núcleos. Estes aspectos da gestão pública afetam a implementação e são potencializados pelos problemas sociais e de segurança que afligem os territórios onde alguns núcleos funcionam e tornam-se temática necessárias para a gestor público e sua atuação.

Para Ungheri (2014, p.100), os saberes da atuação profissional em políticas públicas de lazer “se traduzem no domínio de conhecimentos sobre determinado tema, findando-se, assim, nos conteúdos relacionados a ele. A utilização destes conteúdos na solução de problemas se traduz nas competências profissionais”. Em relação às estratégias de intervenção, Santos (2013) destaca a necessidade de mobilizar táticas cujos saberes são (re)construídos no cotidiano considerando os saberes experienciados e (re)significados pelos agentes sociais que atendem o público do programa.

Ao reconhecer que esses saberes específicos sobre a política pública foram construídos no PELC, fica evidente que o programa também possui a preocupação com a formação técnica-operacional em consonância com as

teorias do lazer e pedagógicas – prática reflexiva, no plano cultural, a fim de estabelecer um caminho para resolver os problemas identificados e alcançar os objetivos desejados e o diálogo com a realidade.

Partindo desta premissa, é possível perceber nas falas dos gestores que os processos de formação e atuação com o programa ampliou a concepção do esporte e o lazer enquanto um direito social.

[...] você traz como eixo norteador **a democratização do esporte e lazer, e pensando nessas ações como direito social**, qual a leitura que você faz do seu contexto aí, da sua comunidade, motiva pra isso. Nesse campo nosso é difícil perceber, ainda mais sendo alguém que não tem uma trajetória de formação na educação física, fazer uma leitura assim, do direito ao esporte, direito ao lazer, qual a leitura que faz da sua comunidade, dos grupos os quais atua (GESTOR 6) (*Grifó nosso*).

Olha, **a primeira lição é a temática do lazer enquanto um direito social, que é o que o programa trata nas suas diretrizes, é novidade na minha atuação** e enquanto uma concepção na política do esporte e do estudo aqui mesmo. Eu me lembro em um certo momento da formação dos nossos gestores, a questão de como cada um vê o lazer foi um tema de nossas oficinas. Aquela coisa do lazer é algo que você faz quando você está à toa, no seu tempo livre, e a partir dessa informação, eu mudei as diretrizes do programa, mudando essa concepção do lazer para uma diretriz de políticas de relação direta com o envelhecimento saudável e a promoção da saúde, que é a visão que a gente passou a adotar nas oficinas. (GESTORA 4) (*Grifó nosso*).

Os gestores apresentam em suas falas a ideia da efetivação e a democratização do esporte e do lazer enquanto direitos sociais. Esta perspectiva de atuação possibilita reconhecer a importância destas vivências culturais para a formação das pessoas e o exercício da cidadania. É importante destacar que os direitos sociais são de difícil definição, pois eles estão relacionados com a qualidade de vida das pessoas. Sendo assim, pessoas de uma mesma região, cidade ou comunidade possuem diferentes necessidades para uma vida com dignidade. Neste sentido, “a medida do que proporciona uma qualidade de vida mínima que todos devem possuir não é consensual, além de poder variar em épocas e em regiões diferentes” (PINTO, SILVA, 2014, p.7).

Porém, entendemos que o acesso ao esporte e ao lazer colabora para reduzir os excessos de desigualdade gerados pela sociedade de mercado e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A atuação dos gestores nesta perspectiva, principalmente com as classes economicamente menos favorecidas, contribui para a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os sentidos do esporte e do lazer vivenciados no Programa possibilitam uma diversidade de atividades para atender às demandas das crianças, adolescentes, adultos e idosos. A experiência dos profissionais com o cotidiano do trabalho possibilita a (re)construção dos saberes no âmbito do esporte e do lazer ressignificando, assim, o saber-ser e saber-fazer.

Então, eu vejo o lazer não como uma atividade principal de gente de tempo livre, eu vejo ele como uma forma de melhorar a qualidade de vida. Isso é realmente uma inovação na política que, realmente, tem trazido resultados (GESTORA 4).

Podemos mapear essas questões socioeconômica, questões de violência, questões familiares, e através do esporte, a gente tentar atenuar na verdade esses problemas. Em um primeiro momento, mas existem outros problemas estruturais que já é uma questão mais ampla. É uma questão de infraestrutura da prefeitura, participação maior da prefeitura, são outras questões que a gente parte uma ação, uma microação nessa gestão do PELC (GESTOR 6).

O esporte e o lazer podem ser tratados enquanto espaço de liberdade que possibilita posicionamentos cidadãos e políticos, sem perder sua essência: a busca pelo prazer. Gutierrez (2001) também relaciona a busca pelo prazer como característica central do lazer. Para o autor, a definição de lazer ainda está associada à atividade não obrigatória de busca pessoal do prazer no tempo livre. Cheibub (2004) aponta que o lazer pode ser considerado como um dos poucos momentos em que o indivíduo exerce o direito de escolha.

A partir destes entendimentos, concordamos com Ungheri (2014) quando diz que os profissionais que atuam na gestão destas políticas públicas para a área devem possuir saberes específicos sobre esporte e lazer, como também, as características do público a ser beneficiado por essas políticas com o objetivo de aproximá-las das demandas da sociedade permitindo, desta forma, o domínio de conhecimentos sobre determinado tema que podem ser utilizados para solucionar problemas.

Gerir a política pública neste viés é um avanço, mas entendemos que ainda se faz necessário articular o saber ao poder e vice-versa, envolvendo todos os sujeitos da política pública no processo de construção e reconstrução, de troca e reflexão entre a teoria e a prática com o propósito de olhar, compreender e intervir na realidade considerando-a como multicultural e interdisciplinar.

Os gestores do PELC, sujeitos deste estudo, são profissionais que atuam na política pública de esporte e lazer e podem contribuir com este processo de aproximação e articulação das ações desenvolvidas pelo Programa. A concepção de sociedade, a compreensão e o domínio dos elementos

estruturantes do Programa e da realidade onde atua, o comprometimento e o compromisso político desse formador constituem-se como aspectos fundamentais para que a sua intervenção possa ser disseminada como saber e poder.

Considerações finais

O que os gestores experimentaram na sua trajetória, desde a sua infância até o que produzem e experimentam nas diversas esferas na atualidade, refletem no seu modo de ser, estar, agir e conduzir. Revelam nestas esferas que, arraigadas pelas subjetividades, sentidos e significados que os marcaram, também os permitiram estabelecer a relação entre o saber e o poder ‘nos’ e ‘com’ os grupos onde convivem e atuam.

As diversidades de saberes são reconhecidas pelos pesquisadores como elementos pertencentes à formação e à atuação profissional, sendo necessários para as ações realizadas nas dimensões educativas. Tanto o ambiente de trabalho dos docentes como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), são espaços em que as atuações dos profissionais estabelecem relação com a dinâmica educativa. Assim, as tipologias da construção dos saberes docentes podem também permear o repertório dos saberes dos profissionais que atuam com esporte e lazer.

Desta maneira, trazendo esta dinâmica para o contexto da prática profissional do PELC, entendemos que os saberes constituintes da formação inicial dos gestores, além de serem mobilizados para atuação profissional, são recontextualizados em função da necessidade dos sujeitos. São, também, construídos no cotidiano, a partir da cultural local, das trocas estabelecidas pelo coletivo social onde se insere o Programa e das experiências adquiridas pelo saber-fazer, saber-estar e saber-ser.

O processo de formação profissional é contínuo e se expressa por meio da apropriação de saberes que estabelecem uma interação com a formação inicial e com o contexto da prática profissional e social. Partindo desta premissa, podemos dizer que os saberes são construídos de acordo com as relações estabelecidas entre os sujeitos, com os espaços e, ainda, com contribuições da trajetória formativa percorrida pelos profissionais.

Ao identificar estes saberes construídos na trajetória dos formadores, vislumbramos a possibilidade que os processos formativos dos gestores sejam compreendidos e reelaborados de maneira reflexiva na realidade das ações, interferindo no planejamento, desenvolvimento, execução e acompanhamento

junto aos convênios. Além disto, este estudo abre possibilidades para que gestores do PELC possam refletir e repensar as ações de formação desenvolvidas no interior do Programa, seja no que se refere ao eixo de formação de agentes sociais ou no âmbito da seleção e formação dos próprios sujeitos desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.
- BRASIL. **Manual de orientação do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília: Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer - Ministério do Esporte, 2004.
- CHEIBUB, B. L. As contribuições da produção científica para o entendimento do lazer como direito social. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). **O direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015. p.201-227.
- GUTIERREZ, G. L. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- ISAYAMA, H. F. Formação Profissional no Âmbito do Lazer: Desafios e Perspectivas. In: ISAYAMA, H. F. (Org.). **Lazer em Estudo: currículo e formação profissional**. Campinas: Papirus, 2010. p.9-25.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003.
- MOREIRA, A. F. O currículo como política cultural e a formação docente. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (Orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- PINTO, L. M. S. M.; SILVA, L. P. Gestão participativa do programa esporte e lazer da cidade - PELC. **Curso de formação em políticas sociais**. PELC e Vida Saudável. 2014.
- SANTOS, S. **A intervenção no lazer na política de segurança pública: a construção de saberes de oficinairos no Programa Fica Vivo!**. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Lazer) Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2013. 144p.
- TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**. [online]. 2000, v.21, n.73, p.209-244.
- TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- UNGERI, B. O. **A atuação profissional em políticas públicas de esporte e lazer: saberes e competências**. 2014. 133f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- VEIGA-NETO, A.; NOGUEIRA, C. Conhecimento e saber: alguns apontamentos para os estudos de currículo. In: SANTOS, L. L. C. P. *et al.* (Orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.67-87.
- VIEIRA, L. H. S. *et al.* **Estudos sobre a gestão do programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

MINI CURRÍCULO DOS AUTORES:

Hélder Ferreira Isayama

Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/Brasil) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG/Brasil. Doutor em Educação Física pela Unicamp. Líder do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. Editor da Revista Licere.

E-mail: helderisayama@yahoo.com.br

Marcília de Sousa Silva

Docente do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa (UFV/FLORESTAL/Brasil) e Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG/Brasil. Doutora em Estudos do Lazer pela UFMG. Vice Líder do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG.

E-mail: marciliasousasilva@yahoo.com.br

André Henrique Capi

Doutor em Estudos do Lazer – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil. Professor na Universidade Paulista (UNIP) e Universidade de Araraquara (UNIARA). Doutor em Estudos do Lazer pela UFMG. Integrante do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG.

E-mail: andrechacapi@gmail.com

Lucilene de Alencar das Dores

Gerente da Escola Integrada da Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (SMED/PBH). Mestre em Estudos do Lazer pela UFMG. Integrante do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG.

E-mail: lucilene.pelc@gmail.com

Rita Maria Peloso Grasso

Professora de Educação Física da Rede Estadual de Ensino. Mestre em Estudos do Lazer pela UFMG. Integrante do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG.

E-mail: ritapeloso13@gmail.com

9.

ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER: O CASO DE BELO HORIZONTE/MG

Luciano Pereira da Silva
Brisa de Assis Pereira
Ludmila Miranda Sartori
Natascha Stephanie Nunes Abade

Introdução

É inegável o crescimento da produção de conhecimento sobre políticas públicas no Brasil, seja com destaque para as ideologias que determinados governos adotam, para análise e avaliação de ações ou, ainda, para as maneiras de envolver a população no ciclo político. Ainda que notório o crescimento da área, pode-se afirmar que alguns aspectos relacionados a esta temática seguem negligenciados ou pouco abordados e carecem de um maior volume de investigações, o que pode, inclusive, impactar na qualidade das ações públicas implementadas.

Dentre os diversos temas que compõem a área de conhecimento que denominamos política pública, a presente proposta destaca o financiamento de suas ações. Sobre isto, é importante reconhecer que o tema financiamento esportivo é decisivo para a materialização das políticas públicas de esporte e lazer. Entretanto, conforme Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015), apesar de sua importância, são escassos os estudos acadêmicos que se debruçam sobre o mesmo.

A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu o esporte e o lazer como direitos sociais da população, o que provocou o reconhecimento das demandas da sociedade por ações governamentais neste setor. Além disto, a Carta Magna normatizou diversos procedimentos de governo que, posteriormente, foram também abordados pela legislação infraconstitucional (BRASIL, 1988).

A dinâmica do orçamento público segue esta lógica normativa e, nas esferas federal, estadual e municipal, deve ser construída a partir de etapas claramente estabelecidas pela norma jurídica. O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) – ou Plano Plurianual (PPA) – a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são documentos que compõem a dinâmica de elaboração do orçamento público.

Para o caso específico da cidade de Belo Horizonte/MG, existem outros documentos que integram as etapas de planejamento do orçamento público municipal. Como prevê a Lei Orgânica do Município, artigo 108-A, a gestão que se inicia deve apresentar um programa de metas contendo “as prioridades, as ações estratégicas, as metas quantitativas e qualitativas e os indicadores de desempenho por órgão e programa de governo” (BELO HORIZONTE, 1990).

Assim, para além do PPAG, LDO e LOA, a presente pesquisa utilizou como fonte de investigação e análise o Programa BH Metas e Resultados contido no Plano Estratégico BH 2030. O estudo utilizou-se da pesquisa documental como base de investigação, tendo como foco os temas esporte e lazer. A análise dos dados buscou identificar como esses documentos tratam e propõem as ações relacionadas a estes direitos.

O conjunto dos documentos selecionados expressa o planejamento dos governos para os vários setores da administração pública. O que se estabelece nestes documentos configura-se como importante fonte para qualquer investigação que intencione problematizar as prioridades de cada governo, suas estratégias de trabalho e visões sobre os diversos conteúdos da política. Mesmo cientes de que o planejamento orçamentário não garante que sua execução se dê da forma prevista, a idealização do mesmo permite visualizar e problematizar suas intencionalidades e propostas.

De tal maneira, o objetivo deste artigo é apresentar os resultados de um estudo realizado pelo NEOPOLIS/UFMG (Grupo de Estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer) que procurou investigar o orçamento municipal de Belo Horizonte direcionado para as políticas públicas de esporte e lazer entre os anos 2014 e 2017. Especificamente, buscamos compreender o planejamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte voltado para o desenvolvimento destas políticas por meio da análise dos documentos que estabelecem o orçamento municipal; além de pesquisar e problematizar o Plano Estratégico BH 2030 e o Programa BH Metas e Resultados (PBHMR) como direcionadores dos investimentos públicos nas diversas áreas da administração e, por fim, problematizar a presença e as lacunas nos documentos que estabelecem o orçamento da administração pública

de Belo Horizonte (PPAG, LDO, LOA) voltados para ações de esporte e lazer.

O presente capítulo está organizado em duas seções principais: a primeira apresenta os documentos que compõem a dinâmica do orçamento público de Belo Horizonte; já a segunda, destaca as descobertas realizadas por meio da pesquisa documental, sobretudo, os projetos relacionados às políticas públicas de esporte e lazer.

Documentos que compõem a dinâmica do orçamento público de Belo Horizonte

Capital do Estado de Minas Gerais, a cidade de Belo Horizonte está entre as maiores concentrações urbanas do Brasil. Visto isto, o orçamento do município conta com diversos documentos para a sua devida gestão: o Plano Estratégico BH 2030 (PEBH2030) e, nele, o Programa BH Metas e Resultados (BHMR); o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

1. Plano Estratégico BH 2030 (PEBH2030) e Programa BH Metas e Resultados (PBHMR)

Sob o discurso da necessidade de maior eficácia da gestão pública e da construção de um planejamento estratégico de longo prazo para a cidade de Belo Horizonte, foi criado – no primeiro ano da gestão do então prefeito Márcio Lacerda – o Plano Estratégico BH 2030 (PEBH2030)¹. Decorrente de diversas modificações e visando um planejamento que apontasse para os próximos vinte anos, o PEBH2030 foi elaborado através de uma “visão de futuro”, baseada nas noções de “cidade de oportunidades, sustentável e com qualidade de vida até 2030” (BELO HORIZONTE, 2016b, p.67). A partir destes atributos, o documento estabeleceu objetivos estratégicos e metas de curto, médio e longo prazo a serem alcançadas através de determinados índices e estatísticas.²

¹ Sua primeira versão foi lançada em agosto de 2009, sendo que, em 2010, ele sofreu alterações, resultando em uma segunda versão. Em 2012, o documento passou por atualizações e, em 2016, - último ano da gestão do segundo mandato do prefeito, uma terceira versão foi publicada, com o intuito de servir como “uma representação final do ciclo de governo 2009-2016 e também como um legado para as próximas administrações” (BELO HORIZONTE, 2016b, p.24).

² Como, por exemplo, aumentar o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e o índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), reduzir a mortalidade infantil e outros (BELO HORIZONTE, 2010).

A criação do PEBH2030 recebeu influências do governo estadual que, neste mesmo sentido, produziu o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007-2023, e contou também com a “colaboração de um grupo de especialistas, pesquisadores, gestores públicos e privados, lideranças políticas, empresariais e sociais e com o apoio de uma consultoria especializada” (BELO HORIZONTE, 2016b, p.15).

Segundo o PEBH2030, consultas à sociedade foram realizadas para sua elaboração, através de pesquisas qualitativas “envolvendo atores internos e externos à Prefeitura de Belo Horizonte” (BELO HORIZONTE, 2016b, p.23). Entretanto, apesar de ser apresentado como modelo de gestão participativa que, em suas diversas fases de elaboração e atualizações se atentou a escutar os diferentes setores da sociedade e agentes envolvidos, o PEBH230/PBHMR, como bem destaca Silva (2016, p.23)³, não explicita quem são estes “diversos atores sociais” ou como eles participaram da produção do documento. Sugestionando que, neste modelo que propõem, a gestão participativa estaria mais no discurso do que na prática.

Com o intuito de guiar as ações a serem realizadas no curto e médio prazo, foi criado o Programa BH Metas e Resultados (PBHMR) que abrangeu “o período de 2009-2012 e posteriormente, estendido até 2016” (BELO HORIZONTE, 2016b, p.15). O Programa elegeu 12 “Áreas de Resultado”, com o intuito de orientar a concentração dos esforços do Executivo, visando “alcançar as transformações sociais, econômicas, ambientais e institucionais previstas no Plano de Governo e necessárias à realidade da cidade de Belo Horizonte” (BELO HORIZONTE, 2009), a saber: (1) Cidade Saudável; (2) Educação; (3) Cidade com Mobilidade; (4) Cidade Segura; (5) Prosperidade; (6) Modernidade; (7) Cidade com todas as Vilas Vivas; (8) Cidade Compartilhada; (9) Cidade Sustentável; (10) Cidade de Todos; (11) Cultura e (12) Integração Metropolitana.

Para cada Área de Resultado, foram estipulados projetos específicos denominados Projetos Sustentadores (40, no total). Os mesmos são compostos por objetivos específicos, população beneficiada, indicadores, prazo definido para sua total implantação, metas físicas, órgãos e equipes envolvidas na sua

³ Luiz Fernando da Silva, em sua Tese de Doutorado, defendida em 2016, analisa a gestão das unidades escolares da Rede Municipal de Educação RME/BH e a participação da comunidade escolar na gestão sob a vigência do PBHMR.

execução e um gerente responsável pela sua condução (BELO HORIZONTE, 2013, p.53).

Por fim, para concretizar os desafios descritos no PEBH2030 fez-se “necessária a articulação dos principais instrumentos de gestão da administração municipal” (BELO HORIZONTE, 2010, p.33), constituída do Plano Estratégico de Longo Prazo (PEBH2030); do Programa BH Metas e Resultados (PBHMR) e do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) no médio prazo (4 anos); e dos Orçamentos Anuais (LDO e LOA) e Projetos Sustentadores, no curto prazo.

2. Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG)

O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), ou apenas PPA (Plano Plurianual), corresponde ao planejamento estratégico de médio prazo da administração pública municipal. Com vigência de quatro anos, o PPAG inicia-se no segundo ano do mandato do prefeito e termina no primeiro ano da gestão seguinte. É por meio dele que são norteados os investimentos prioritários para os projetos de desenvolvimento da cidade.

O PPAG deve ser compatível com o Plano Diretor do Município⁴ e tem “como principais finalidades a identificação de diretrizes, objetivos e metas do governo, a integração do planejamento orçamentário e a organização de ações voltadas para a oferta de bens e serviços à sociedade por meio de programas municipais” (BELO HORIZONTE, [2017]).

Neste sentido, o PPAG apoia a elaboração de outros dois documentos do planejamento orçamentário: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a da Lei Orçamentária Anual (LOA) (BELO HORIZONTE, [2017]).

3. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é a peça de planejamento, estabelecida a partir do PPAG, que orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano seguinte. Dispõe sobre alterações na legislação

⁴ O Plano Diretor é o instrumento básico para orientação da política de desenvolvimento e expansão urbana dos municípios. Desde a criação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), tal documento passa a ser obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes (BRASIL, 2001).

tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento. Dentre as diretrizes estão as prioridades para aplicação dos recursos públicos, a estrutura do orçamento, a forma como será executado e a apresentação dessa execução.

Por sua vez, a LOA é a peça de planejamento que estabelece a previsão da arrecadação financeira e das despesas a serem realizadas pelo Poder Público a cada ano. Apresenta de forma detalhada os valores a serem investidos em cada ação governamental, orientando a gestão das políticas públicas municipais (BELO HORIZONTE, 2016a).

A elaboração da LDO e da LOA deve ser compatível com o PPAG uma vez que, por meio da LDO, são estabelecidos os programas e metas previstos no PPAG a serem priorizados na LOA seguinte. O que for planejado para os quatro anos de vigência do PPAG, deve ser cumprido anualmente na LOA.

Desta forma, “o PPAG e os Projetos Sustentadores passaram a ser, neste modelo integrado, os elementos de ligação entre o futuro desejado nos horizontes de médio e longo prazos e a execução das ações no curto prazo, constantes dos orçamentos anuais” (BELO HORIZONTE, 2010, p.34).

A presença do esporte e lazer nos documentos

Tendo em vista os documentos supracitados⁵, analisamos a segunda versão do PEBH2030⁶ que contém o PBHMR gestão 2009-2012 (posteriormente estendido até 2016), do PPAG 2014-2017 e das LDO's e LOA's dos anos correspondentes.

Para a aproximação do objeto de estudo, políticas de esporte e lazer, a busca se deu a partir do PBHMR, onde elencamos, dentre as 12 Áreas de

⁵ Coletados no site oficial da Prefeitura de Belo Horizonte.

⁶ Cabe destacar que, apesar da existência de uma terceira versão do PEBH2030, a presente pesquisa recorreu à análise e investigação da segunda, uma vez que a mesma ofereceu de forma mais detalhada as informações relativas às Áreas de Resultado (AR) e seus Projetos Sustentadores (OS) e ainda teceu maiores aproximações com os demais documentos analisados (PPAG, LDO e LOA). As mudanças realizadas na terceira versão são relativas às AR, – que passaram de 12 (doze) para 11 (onze) –, à criação de 05 (cinco) Áreas de Sustentação; e, por fim, à criação de um capítulo contendo estratégias, desafios e diretrizes de forma regionalizada, considerando as especificidades de cada uma das nove regiões administrativas de Belo Horizonte para direcionar o planejamento. (BELO HORIZONTE, 2016b, p.326).

Resultado (AR) e 40 Projetos Sustentadores (PS), aqueles relacionados ao tema investigado. Após identificarmos as AR e os PS relacionados ao esporte e lazer, realizamos um percurso semelhante no PPAG 2014-2017, estabelecendo possíveis aproximações e distanciamentos entre ambos os documentos. Por fim, buscamos aproximações dos planejamentos de médio prazo (PBHMR e PPAG) com os planejamentos anuais (LDO e LOA), visando averiguar quanto da verba total do orçamento municipal foi, de fato, destinada para as políticas relacionadas ao esporte e lazer.

De tal forma, no PBHMR elencamos 08 (oito) Projetos Sustentadores dispostos em 06 (seis) diferentes Áreas de Resultados que estabeleceram relação com o desenvolvimento de políticas de esporte e lazer. E, no PPAG, para além dos projetos já destacados, encontramos mais 01 (um) programa da Prefeitura de Belo Horizonte relacionado aos objetos da presente pesquisa.

A Tabela 1 apresenta os programas/projetos destacados nos planejamentos de médio prazo (PBHMR e PPAG), bem como o demonstrativo sintético da aplicação dos recursos distribuídos por cada um deles.

Tabela 1 – Programas/projetos destacados nos planejamentos de médio prazo e demonstrativo sintético da alocação de recursos

	PROGRAMA MUNICIPAL/ PROJETO SUSTENTADOR	ÁREA RESULTADO	TOTAL
01	101 –Promoção e Democratização das Práticas de Esportes e Lazer	10 CIDADE DE TODOS	R\$167.157.406
02	206 –Expansão da Escola Integrada	2 EDUCAÇÃO	R\$1.276.353.749
03	219 –Copa 2014 e Olimpíadas 2016	5 PROSPERIDADE	R\$34.027.331
04	221 –BH Digital	6 MODERNIDADE	R\$35.003.000
05	230 –Planejamento e Estruturação Urbana	9 CIDADE SUSTENTÁVEL	R\$41.119.081
06	231 –Parques e Áreas Verdes	9 CIDADE SUSTENTÁVEL	R\$40.778.276
07	233 –Manutenção da Cidade	9 CIDADE SUSTENTÁVEL	R\$568.790.373
08	238 –Promoção do Esporte e do Lazer	10 CIDADE DE TODOS	R\$177.724.106
09	239 –Rede BH Cultural	11 CULTURA	R\$ 251.998.378

Fonte: Elaboração própria.

O programa “101 – Promoção e Democratização das Práticas de Esportes e Lazer” foi o único programa municipal presente apenas no PPAG. Todos os demais estavam contidos em ambos os documentos de médio prazo⁷.

Para o desenvolvimento da pesquisa, buscamos por cada um dos Programas Municipais/Projetos Sustentadores destacados na Tabela 1 nos

orçamentos anuais, visando (como dito anteriormente) averiguar quanto da verba total do orçamento municipal foi de fato destinada às políticas de esporte e lazer.

Entretanto, no presente capítulo, optamos por apresentar a análise completa de apenas dois programas: “101 – Promoção e Democratização das Práticas de Esportes e Lazer” e “238 – Promoção do Esporte e do Lazer”, ambos da Área de Resultado “10 Cidade de Todos”, considerando que ambos os Programas tratam diretamente sobre as questões do esporte e lazer na cidade. Quanto aos demais programas/projetos destacados na Tabela 1, abordamos, de forma geral, alguns pontos cruciais para análise que serão apresentados nos parágrafos subsequentes.

A leitura e análise dos “objetivos” e “resultados esperados” contidos nos 09 programas/projetos destacados na Tabela 1 permitiu constatar que apenas três são relacionados ao aumento da capacidade de atendimento da população, são eles: “Ampliação do Programa Escola nas Férias”, contido no PS “206) Expansão da Escola Integrada”, pertencente à AR “2 EDUCAÇÃO”; “Aumento da capacidade de atendimento do Programa Segundo Tempo”, contido no PS “238) Promoção do Esporte”, pertencente à AR “10 CIDADE DE TODOS”; e, “Aumento da frequência anual de público nos espaços da Fundação Municipal de Cultura”, contido no PS “239) Rede BH Cultural”, pertencente à AR “11 CULTURA”.

Os seis demais resultados destacados tratam especificamente sobre reforma, readequação e implementação/implantação de espaços. Entretanto, a literatura destaca que a oferta de espaços é apenas uma das dimensões das políticas de esporte e lazer, sendo necessárias, para a efetiva democratização cultural (além da disponibilidade dos espaços), uma animação sistematizada e uma ampliação do acesso aos mesmos. Sendo assim, tais resultados não garantem que a população esteja, de fato, vivenciando um lazer crítico, reflexivo e de qualidade.

Existe uma série de procedimentos de gestão de espaços (específicos, não-específicos e naturais⁸) que vão desde o planejamento e construção/

⁷ O PBHMR para a gestão 2012/2016, segundo o site da PBH, não contém todas as ações e todos os projetos da Prefeitura, restringindo-se apenas aos principais projetos vinculados ao Programa de Governo. O conjunto total com todos os programas e projetos da Prefeitura são abordados no PPAG quadriênio 2014-2017, elaborado pela Lei nº 10.690/2013. Desta forma, existem diretrizes e programas que estão no PPAG 2014-2017 que não estão nas versões anteriormente apresentadas do PBHMR.

⁸ MARCELLINO, N. C. Estudos do Lazer: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

organização do espaço até a definição de uma “política de animação”, sendo fundamental, por exemplo, a estruturação dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários para administrar e animar os espaços; a elaboração da programação das atividades, programas, projetos, eventos e ações; a divulgação à população atendida; e, ainda, a execução das atividades (BRAMANTE; PINA, 2016).

Todavia, os dados coletados parecem evidenciar que a atenção da Prefeitura de Belo Horizonte, em se tratando de políticas de esporte e lazer, está mais voltada para a construção e manutenção dos espaços do que para uma política efetiva de animação, exemplificado no programa/projeto “221 – BH Digital”, pertencente a AR “6 Modernidade”, que tem por objetivo geral “criar infraestrutura tecnológica de rede sem fio para acesso à *internet*”, por meio da “implantação de Centros de Inclusão Digital” (BELO HORIZONTE, 2010, p.62); ou ainda, programa/projeto “230 – Planejamento e Estruturação Urbana“, “231 – Parques e Áreas Verdes“ e “233 – Manutenção da Cidade“, todos pertencentes à AR “9 Cidade Sustentável”, que têm por objetivos “expansão do Programa Pedala BH⁹, com aumento da rota cicloviária”, “conservação de praças, parques e jardins” e “reforma, adequação, reconstrução e manutenção de equipamentos públicos, tais como escolas, museus, teatros, centros de apoio comunitários, centros de saúde, centros esportivos [etc.]” (BELO HORIZONTE, 2010, p.82).

Ainda sob a lógica da não proposição de uma política de animação, outro destaque foi o programa/projeto “219 – Copa 2014”, pertencente a AR “5 Prosperidade”, anunciado sob o discurso de ampliação das oportunidades de desenvolvimento turístico da cidade através da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, no ano de 2014. Ou seja, os esforços realizados nessa Área específica (pelo menos aqueles descritos nos documentos) deixam de ter fim em si mesmo (desenvolvimento de uma política voltada para o turismo e lazer da cidade), para constituir uma ação isolada tendo como fim a realização de um evento pontual, a Copa do Mundo de 2014.

Por fim, o programa/projeto “239 – Rede BH Cultural”, pertencente a AR “11 Cultura”, tem como objetivo geral “apoiar a organização do setor cultural de Belo Horizonte” tendo como resultado esperado o aumento

⁹ O Programa de Incentivo ao Uso da Bicicleta em Belo Horizonte – Pedala BH – tem como objetivo promover o uso da bicicleta na capital, criando facilidades para quem optar por esse meio de transporte. Foi criado em 2005, quando foram elaboradas as diretrizes para sua concepção, e incluído no Planejamento Estratégico da BHTRANS (EMPRESA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE, 2018).

da frequência anual de público nos espaços da Fundação Municipal de Cultura, a qualificação de bibliotecas e unidades culturais e a implantação do novo anfiteatro no Parque Municipal (BELO HORIZONTE, 2010, p.91). Apesar de ser mais propositivo ao descrever os resultados esperados, não há clareza nos documentos da maneira como o projeto será desenvolvido.

A Tabela 1, o PPAG apresenta o demonstrativo sintético de alocação de recurso para cada um dos programas da Prefeitura e, também, as receitas totais anuais e a parcela destinada a cada “categoria” e “função de governo” para o período de vigência (2014-2017), como mostra a Tabela 2.

Utilizamos de tais dados para comparar o total geral previsto para os anos subseqüentes com a parcela destinada a cada categoria e, ainda, com o valor destinado a cada programa/projeto destacado na Tabela 2.

Tabela 2 – Demonstrativo de receita total e despesas por categoria – PPAG 2014-2017

	TOTAL	DESPORTO E LAZER	PERCENTUAL
2014	R\$11.468.686.229,00	R\$76.566.9704,00	0,67%
2015	R\$12.099.476.831,00	R\$97.630.784,00	0,81%
2016	R\$12.764.935.604,00	R\$96.479.305,00	0,76%
2017	R\$13.467.032.957,00	R\$96.184.771,00	0,71%

Fonte: Elaboração própria.

De uma receita total dos anos de 2014 a 2017, temos uma média de apenas 0,73% de recursos alocados para as políticas de esporte e lazer na cidade (BELO HORIZONTE, 2013, p.58). Ou seja, do orçamento previsto para a capital mineira dentre os anos de 2014 e 2017, nem 1% (um por cento) foi destinado ao desenvolvimento das políticas de esporte e lazer.

Embora não se tenha parâmetros para afirmar se tal porcentagem da verba destinada ao esporte e lazer seja pouca – para tanto sugere-se um estudo comparativo com demais capitais – tais dados apresentam indícios de que exista, no mínimo, uma hierarquia entre as áreas, umas são preteridas em detrimento de outras. Sabe-se que o lazer e o esporte são definidos na CF/88 como direitos sociais, mas diferentemente dos demais direitos (civis e políticos), não foram definidos princípios, diretrizes, objetivos, mecanismos e regras que orientem sua concretização (MENICUCCI, 2006), fazendo com que os mesmos concorram, dentre um conjunto de medidas, por espaços e investimentos.

Em um país desigual como o Brasil é comum que as pessoas pensem, de modo geral, que é mais importante ter direito à saúde, educação, trabalho,

moradia, entre outros, uma vez que as condições básicas de existência ainda não foram supridas de forma universal. Nessa perspectiva impera a lógica da sobrevivência e não a da vida de qualidade como prioridade. Ressaltamos, amparados em Melo (2005, p.15) que tais direitos “não são menos ou mais importantes do que o lazer, esse também é uma dimensão de grande relevância para que tenhamos uma vida de qualidade”. De acordo com Linhales *et al* (2008, p.14), é com acesso ao lazer que se tem a possibilidade de “constituir uma dimensão subjetiva e fundamental para a tão almejada vida de qualidade”. Assim, compreender o lazer como um direito social, é entender a garantia do bem-estar da população e ter uma Secretaria Adjunta de Lazer é o passo primordial para se pensar o que compõe e quais os objetivos do Município ao oferecer e garantir esse direito.

Por fim, vale considerar que estas são as verbas previstas a médio prazo, mas que nos orçamentos anuais podem chegar a não se concretizar, como, por exemplo, no caso da AR “7 Cidade com todas as Vilas Vivas”. Inicialmente, o consideramos como um dos projetos/programas relacionados às políticas de esporte e lazer, uma vez que continha dentre seus objetivos gerais a proposta de “enfrentar o déficit habitacional, erradicar áreas de alta vulnerabilidade social e *umentar os espaços verdes nessas regiões*” (BELO HORIZONTE, 2010, p.67), apresentando como proposta a necessidade da implantação de parques como uma das medidas necessárias para melhorar a qualidade de vida dos moradores locais.

Entretanto, a análise mais aprofundada dos documentos evidenciou que não houve nenhum indicativo/resultado esperado para esta AR que dissessem respeito à implantação de parques. Em outras palavras, por mais que contenha esse trecho no objetivo geral, nas metas estabelecidas o foco foi outro e a verba destinada nos orçamentos anuais girou em torno da construção de moradias; expansão do programa Vila Viva; regularização de domicílios; eliminação das habitações em risco geológico muito alto, etc; nada relacionado à construção de parques e áreas verdes para usufruto da comunidade como possibilidade de lazer.

Outro exemplo, já mencionado anteriormente, é o da AR “9 Cidade Sustentável”, com seus programas/projetos “230 – Planejamento e Estruturação Urbana”, “231 – Parques e Áreas Verdes” e “233 – Manutenção da Cidade”. Por mais que nos planejamentos de médio prazo continham, por exemplo, a “expansão da rota cicloviária”; a “conservação de praças, parques e jardins”; e, a “reforma, adequação, reconstrução e manutenção de equipamentos públicos, tais como *escolas, museus, teatros*, centros de apoio comunitários, centros de saúde, *centros esportivos* [etc.]” (BELO HORIZONTE, 2010, p.79-82), nos orça-

mentos municipais a verba que foi destinada referia-se a outros objetivos, tais como, “regulação de lotes e domicílios”; “pavimentação asfáltica”; “recuperação de calçadas públicas”; “árvores plantadas” (BELO HORIZONTE, 20013, p.45); e, “manutenção preventiva e corretiva de pavimento” (BELO HORIZONTE, 2014, p.56). Apenas na LDO de 2015 e 2017 surgiram objetivos relacionados à “reforma/criação de parques”, entretanto, quanto aos demais objetivos de médio prazo, nenhuma menção foi realizada¹⁰.

Nos exemplos supracitados, notou-se que existe uma descontinuidade de algumas ações dentro dos planejamentos que compõem a dinâmica orçamentária de Belo Horizonte, apesar de os mesmos serem elaborados para serem complementares. Nem sempre um objetivo estratégico traçado no planejamento de longo prazo, foi mantido nos planejamentos de médio prazo e chegou a se materializar (por meio da destinação de verbas) nos orçamentos anuais. De tal maneira, esta descontinuidade das ações nos incitou a buscar compreender como se deu essa organização dentro das políticas de esporte e lazer.

Promoção e democratização do esporte e lazer

Uma vez apresentadas as 06 (seis) Áreas de Resultado (AR) e 09 (nove) Projetos Sustentadores relacionados, em alguma medida, com o desenvolvimento de políticas de esporte e lazer, abordaremos de forma mais aprofundada, na presente seção, a AR “10 Cidade de Todos”, uma vez que esta traz de forma direta as proposições de esporte e lazer através dos projetos “238 – Promoção do Esporte e do Lazer” e “101 – Promoção e Democratização das Práticas de Esportes e Lazer”.

O programa municipal “238 – Promoção do Esporte” tem por objetivo “universalizar o acesso ao esporte e ao lazer através do desenvolvimento de políticas públicas inclusivas que garantam a participação de todos e promovam a qualidade de vida urbana, contribuindo para a consolidação de ambientes sociais saudáveis, educativos e seguros” (BELO HORIZONTE, 2013, p.193). O público-alvo se caracteriza como os Municípes envolvidos com as práticas esportivas e de lazer, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e entidades esportivas e de lazer da cidade de Belo Horizonte.

¹⁰ Nas LOA's existiam alguns códigos relacionados à “Construção e Ampliação de Praças, Parques e Canteiros”.

De forma similar, no programa “101 – Promoção e Democratização das Práticas de Esportes e Lazer” o objetivo é:

promover o esporte e o lazer como direitos constitucionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento humano, nas dimensões do Esporte de Rendimento, Esporte de Participação e Esporte Educacional. [Visa ainda] Gerir a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do esporte e lazer através dos equipamentos esportivos municipais (BELO HORIZONTE, 2013, p.177).

Direciona suas políticas para todas as faixas etárias, priorizando o atendimento àqueles com maior vulnerabilidade social.

Ambos os projetos são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) e apresentam concepções ampliadas em relação ao esporte e ao lazer, compreendendo-os como áreas multifacetadas que estabelecem relações com outras (saúde, educação, assistência social, etc.); como bens culturais historicamente construídos; como instrumentos de melhoria da qualidade de vida das pessoas; como favoráveis à socialização humana; e, ainda, como direitos do cidadão e dever do Estado.

Nesta perspectiva, utilizam dessa compreensão ampliada para justificar o desenvolvimento de políticas nessas áreas, como ilustram os trechos que seguem:

o esporte e o lazer são práticas culturalmente construídas e a sua vivência contribui para o desenvolvimento humano, sobretudo no que diz respeito à socialização e à melhoria da qualidade de vida por meio da aquisição de hábitos de vida saudáveis. O acesso a serviços e instalações para a vivência do esporte e lazer são direitos previstos constitucionalmente e comunidade e poder público devem garantir esses direitos (BELO HORIZONTE, 2013, p.193).

O esporte e o lazer, em interface com a saúde, a educação, as ações sociais e a cultura são importantes instrumentos da melhoria da qualidade de vida das pessoas, possibilitando uma vida mais saudável e contribuindo para a socialização dos participantes. São ainda bens culturais historicamente construídos e que têm importância em si mesmos por expressarem a identidade de um povo. Por estes motivos, o esporte e o lazer são considerados como direitos do cidadão e dever do Estado. [...] assegurar estes direitos a todos é contribuir sobretudo para a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social, possibilitando o acesso a equipamentos e serviços sem restrição de sexo, raça, credo, idade, classe social ou habilidade físico-desportiva (BELO HORIZONTE, 2013, p.177).

Apesar dos dois projetos apresentarem fins e meios próximos e ainda serem organizados por um mesmo órgão (a SMEL), salientamos que a diferença

entre os dois se dá na medida em que o Programa “238 – Promoção do Esporte e do Lazer” é classificado como um Projeto Sustentador. Uma vez que cada Projeto Sustentador é um programa do PPAG com uma forma de gerenciamento mais intensiva, este tem por objetivo coordenar e potencializar as ações municipais, recebendo alocação prioritária de recursos e concentrando os maiores impactos da ação do Município.

Ao passo que o Programa “101 – Promoção e Democratização das Práticas de Esportes e Lazer” se configura como um “programa associado”, integrando os programas finalísticos. Ou seja, enquanto o Programa 238 compõem o eixo fundamental de atuação do governo, a fim de materializar os objetivos estratégicos fixados no Planejamento Estratégico BH 2030, o Programa 101 complementa o programa finalístico visando alinhamento e continuidade das ações geridas.

A análise do PPAG indicou para cada um dos dois projetos 07 (sete) Ações¹¹, sendo que destas, cinco (05) foram iguais em ambos os projetos, são elas: “Ação 2106 – Gestão da Política de Esporte e Lazer”, “Ação 2531 – Programas de Esporte Educacional”, “Ação 2534 – Implantação, Manutenção e Recuperação de Equipamentos Esportivos e Áreas de Lazer”, “Ação 2866 – Esporte de Rendimento” e “Ação 2869 – Programas e Atividades de Lazer”.

Para cada Ação, o documento indicou, ainda, as Subações¹² correspondentes. Assim, apesar dos Programas possuírem ementas, objetivos e justificativas muito próximas e, apesar de compartilharem cinco Ações comuns, as Subações presentes em cada uma delas diferiram entre si.

¹¹ A ação é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, das quais resultam os produtos (bens ou serviços) ofertados à sociedade ou à própria administração pública. A ação é o elemento do planejamento governamental onde são detalhadas as despesas orçamentárias. (BELO HORIZONTE, 2015).

¹² É o desdobramento da ação; demonstra as metas físicas, ou seja, as quantidades dos produtos a serem ofertados num determinado período. A meta física é instituída para cada ano. (BELO HORIZONTE, 2015).

Quadro 1 – Exemplifica algumas ações e subações dos programas 238 e 101

238 – PROMOÇÃO DO ESPORTE E DO LAZER (PROJETO SUSTENTADOR)	101 – PROMOÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ESPORTES E LAZER
<p>Ação 2531 Programas de Esporte Educacional</p> <p>I) Programa de Atletismo; II) Programa de Esporte e Lazer na Cidade; III) Programa Ginástica Rítmica; IV) Jogos Escolares de Belo Horizonte – JEBH; V) Corrida Pessoa com Deficiência; VI) Movimenta BH.</p>	<p>Ação 2531 Programas de Esporte Educacional</p> <p>I) Programa Segundo Tempo; II) Recreio nas Férias; III) Festival Esportivo Segundo Tempo; IV) Programa Esporte Esperança / BH Cidadania; V) Xadrez na Escola; VI) Promoção Eventos Esportivos; VII) Festival Atletismo; etc.</p>
<p>Ação 2534 Implantação, Manutenção e Recuperação de Equipamentos Esportivos e Áreas de Lazer</p> <p>I) Manutenção, Conservação, Pequenas Reformas e Custeio de Equipamentos Esportivos; II) Aquisição de Academias a Céu Aberto; III) Ampliação do Programa Academias a Céu Aberto; IV) Manutenção e Custeio das Academias a Céu Aberto.</p>	<p>Ação 2534 Implantação, Manutenção e Recuperação de Equipamentos Esportivos e Áreas de Lazer</p> <p>I) Adote um Equipamento Esportivo; II) Aquisição de Equipamento de Lazer; III) Implantação de Equipamento de Lazer; IV) Manutenção e Conservação de Equipamentos de Lazer; V) Ação Integrada SMAES/SMED.</p>
<p>Ação 2866 Esporte de Rendimento</p> <p>I) Manutenção das Atividades do Bolsa Atleta; II) Copa Centenário de Futebol Amador Wadson Lima; III) BH Descobrimdo Talentos no Esporte; IV) Olimpíadas do Servidor; V) Jogos BH.</p>	<p>Ação 2866 Esporte de Rendimento</p> <p>I) BH Descobrimdo Talentos no Futebol; II) Formação e Capacitação; III) Participação e Realização Eventos Esportivos; IV) Copa dos Campeões de Futebol Amador; V) Calendário Municipal de Eventos Esportivos; etc.</p>

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 1 apresenta como exemplo três Ações comuns entre ambos os projetos, mas com Subações diferentes, embora o teor das propostas seja bastante semelhante ou, na linguagem dos documentos, complementares.

Embora o discurso nos apresente uma concepção ampliada quanto ao esporte e lazer, por meio da análise aprofundada dos mesmos, percebemos que as ações implementadas têm maior enfoque nos projetos esportivos educacionais e de rendimento, bem como na manutenção e implantação de equipamentos de esporte e lazer, não abarcando, em sua totalidade, a riqueza

de significados conferidos pelos próprios documentos aos objetos da pesquisa.

No Demonstrativo Físico e Financeiro¹³ de cada programa, obtivemos os seguintes valores:

Tabela 3 – Demonstrativo físico e financeiro dos programas 238 e 101

AÇÃO/ANO	238 – PROMOÇÃO DO ESPORTE E DO LAZER (PROJETO SUSTENTADOR) 2014-2017	101 – PROMOÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ESPORTES E LAZER 2014-2017
2106	R\$ 00,00	R\$ 31.870.816,00
2531	R\$ 17.592.849,00	R\$ 68.660.479,00**
2534	R\$ 85.826.867,00**	R\$ 1.635.650,00
2866	R\$ 8.015.926,00	R\$ 9.365.502,00
2869	R\$ 8.002.206,00	R\$ 14.656.070,00
Total 4 anos	R\$ 177.724.106,00	R\$ 125.657.406,00

Legenda: 2106 – Gestão da Política de Esporte e Lazer;

2531 – Programas de Esporte

Educacional; 2534 – Implantação, Manutenção e Recuperação de Equipamentos Esportivos e Áreas de Lazer;

2866 – Esporte de Rendimento;

Ação 2869 – Programas e Atividades de Lazer.

Fonte: Tabela adaptada do PPAG 2014-2017.

A verba total planejada para ambos os Programas ao longo dos 04 (quatro) anos foi muito próxima, com uma diferença de pouco mais de R\$12.000.000,00, como ilustra a Tabela 3. O valor destoante se deu na Ação “2534 – Implantação, Manutenção e Recuperação de Equipamentos Esportivos e Áreas de Lazer”, onde foi destinado ao Programa 238, R\$85.826.867,00 para a ampliação do Programa Academias a Céu Aberto¹⁴, bem como aquisição e

¹³ Presente no PPAG 2014-2017.

¹⁴ Atualmente, o Programa está vinculado à Secretaria Adjunta de Lazer e conta com 354 academias, instaladas nas nove regionais da cidade. A previsão é de que, até o final de 2016, sejam instaladas 492 Academias a Céu Aberto em Belo Horizonte, para que cada bairro tenha pelo menos uma, de acordo com informações disponíveis no site da PBH (BELO HORIZONTE, 2018).

manutenção desses equipamentos. Esta foi a única ação em que o Projeto Sustentador (238) recebeu maior alocação de verba. Para todos os demais, o Programa “101 – Promoção e Democratização das Práticas Esportivas e de Lazer” obteve maior investimento.

Outro valor destoante foi em relação à Ação “2531 – Programas de Esporte Educacional”, onde foi destinado ao Programa 101, R\$ 68.660.479,00, ao passo que apenas 25% do valor (R\$ 17.592.849,00) foi destinado ao Programa 238. Acreditamos que a diferença tenha se dado uma vez que o Programa Segundo Tempo, Programa Esporte Esperança/BH Cidadania e outros considerados “carros-chefes” do Esporte Educacional estavam alocados no Programa 101.

Por fim, para a Ação “2106 – Gestão da Política de Esporte e de Lazer” só houve destinação de verba no Programa 101, o qual teve as Subações melhor detalhadas, envolvendo: (1) Apoio a Entidades nas Ações Esportivas e de Lazer; (2) Patrocínio; (3) Serviços Administrativos e Financeiros; (4) Centro de Memória do Esporte e do Lazer da Cidade; (5) Assessoria de Comunicação; (6) Manutenção do Conselho Municipal do Esporte e Lazer; (7) Implantação do Portal do Esporte e do Lazer de BH; (8) Implantação do Polo dos Esportes Radicais e de Aventura.

Se no discurso houve uma compreensão ampliada sobre o lazer e o esporte e, ao migrar para os planejamentos de médio prazo se perdeu um pouco nas proposições realizadas, quando tratamos especificamente da análise da LDO e da LOA, ou seja, da execução dos planejamentos de longo e médio prazo, este cenário fica mais evidente à partir da destinação dos recursos orçamentários exclusivamente para as áreas de implementação e manutenção dos espaços e equipamentos.

Nos orçamentos anuais, para o ano de 2017, por exemplo, a única ação relacionada ao esporte e lazer foi a Ação “2534 – Implantação, Manutenção e Recuperação de Equipamentos Esportivos e Áreas de Lazer”, onde apresentou como Subações a implantação de aparelhos da Academia a Céu Aberto; a reposição e a manutenção dos equipamentos esportivos e de ginástica; a construção de uma pista de caminhada; a construção de uma quadra poliesportiva; e, a instalação de brinquedos no mesmo local das academias a céu aberto.

Em contrapartida, uma ação que não foi mencionada no ano de 2017, mas que esteve presente em todos os demais anos investigados (2016, 2015 e 2014), foi a Ação “2536 Programa Superar”, que tem como uma de suas subações a Corrida Pessoa com Deficiência, a mesma pertence ao Programa 238 (Projeto Sustentador).

A “Ação 2534”, mencionada anteriormente, esteve presente com alta alocação de verba em todos os anos investigados, porém, com outras Subações como, por exemplo: instalação de gramado em um campo de futebol; reforma de um teatro, de uma pista de *cooper* e de uma quadra esportiva; ancoramento de *slackline* em praças e parques; e, manutenção de pista de *skate*.

Por fim, o ano de 2014 foi o único em que apresentou destinação de verba para a Ação “2106 – Gestão da Política de Esporte e Lazer”, destinada à criação da Subação de implantação do Polo dos Esportes Radicais e de Aventura. Tais dados reafirmam os achados apresentados anteriormente de que, em se tratando de políticas de esporte e lazer, a maioria dos esforços se dão na perspectiva da manutenção, qualificação e implantação de equipamentos e estruturas.

Os documentos orçamentários da capital mineira evidenciaram que a cidade possui uma Secretaria própria destinada ao desenvolvimento das políticas de esporte e lazer e esta, por sua vez, possui uma compreensão ampliada em relação a seus objetos de intervenção. Entretanto, ainda assim, existe uma lacuna entre o discurso presente nos planejamentos de longo prazo e a verba que é de fato destinada anualmente para a implementação dessas políticas. Compreendemos que a inclusão de um problema na pauta política, envolve disputas, estratégias, alianças, prioridades e, inclusive, o projeto societário vigente (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2011). Assim, se faz necessária a existência de um órgão que dispute os espaços de poder e as verbas destinadas na ponta para o desenvolvimento dos referidos projetos.

Corroborando com Reis, Starepravo (2008), a efetivação de políticas públicas de lazer não deve se dar apenas por meio da elaboração e oferecimento de projetos, mas basear-se em três eixos: a educação das pessoas para o lazer, para que compreendam a real importância deste tempo, a disponibilidade de espaços e equipamentos para materialização das vivências e o acesso aos mesmos, garantindo o uso por todos aqueles que tiverem interesse.

Conclusão

Ao investigar o orçamento municipal de Belo Horizonte, percebemos que o esporte e o lazer se fazem presentes na elaboração e implementação de políticas públicas na cidade. Entretanto, a partir da análise aprofundada dos documentos que compõem o orçamento (PEBH2030, PBHMR, PPAG, LDO e LOA), conclui-se que o planejamento municipal para tais áreas foca, em grande medida, na manutenção, qualificação e implantação de equipamentos e

estruturas e que poucas são as ações que incluem a animação e apropriação destes locais.

No planejamento de longo prazo (PEBH2030), o esporte e o lazer se fizeram presentes em muitas instâncias, entretanto, nos planejamentos de médio (PBHMR e PPAG) e curto prazo (LDO e LOA), tal constatação não se mantém. Embora presente de forma ampliada no discurso, ao migrar para a prática, poucas são as ações e projetos direcionados especificamente para seu desenvolvimento e menor ainda é a verba destinada à sua execução (orçamentos anuais).

De uma receita total dos anos de 2014 a 2017, temos apenas uma média de 0,73% de recursos alocados para as políticas de esporte e lazer na cidade. Em outras palavras, do orçamento previsto para a capital mineira dentre os anos investigados, nem 1% (um por cento) foi destinado ao desenvolvimento das políticas de esporte e lazer.

Mesmo que os resultados indiquem que, na ponta (execução), a verba destinada às políticas de esporte e lazer ainda sejam escassas, ressaltamos que os documentos, de forma geral, se mostraram ricos para a compreensão dos fenômenos investigados e indicam a importância que as cidades dão a essas políticas por meio do planejamento continuado de suas ações. Ressaltamos, ainda, que o fato da cidade possuir uma Secretaria Municipal de Esporte e Lazer se configura como passo primordial para garantia destes direitos.

REFERÊNCIAS

- ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v.37, n.1, p.2-10, jan./mar. 2015.
- BELO HORIZONTE (MG). Câmara Municipal. Lei nº 11.014, de 30 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2017. **CMBH**, Belo Horizonte, 30 dez. 2016a. Disponível em: < <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/orcamento/plano-diretor-1996-2016/ppag-2014-2017/loa/2017/elaboracao/v-plenario> > . Acesso em: 08 jan. 2018.
- BELO HORIZONTE (MG). Câmara Municipal. Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. **CMBH**, Belo Horizonte, 22 mar. 1990. Disponível em: < <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei-organica> > . Acesso em: 08 jan. 2018.
- BELO HORIZONTE (MG). Câmara Municipal. **Plano Plurianual de Ação Governamental**. Belo Horizonte: CMBH, [20—]. Disponível em: < <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/orcamento/PPAG> > . Acesso em: 23 jan. 2019.
- BELO HORIZONTE (MG). Decreto Municipal n. 13.568, de 13 de maio de 2009, que institui a Gestão Estratégica Orientada por Resultados e cria o Programa BH Metas e Resultados. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, ano XV, n.3.338, 14 maio 2009. Disponível em: < <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=996761> > . Acesso em: 04 jan. 2018.
- BELO HORIZONTE (BH). **Plano Estratégico BH 2030: 2ª versão**. Belo Horizonte: [s.n.], 2010. Disponível em: < <https://bhmetasere Resultados.pbh.gov.br/content/planejamento-estrat%C3%A9gico-2030> > . Acesso em: 28 maio 2017.
- BELO HORIZONTE (MG). **Plano Estratégico BH 2030: versão 2016**. Belo Horizonte: [s.n.], 2016b. Disponível em: < <https://bhmetasere Resultados.pbh.gov.br/content/planejamento-estrat%C3%A9gico-2030> > . Acesso em: 28 maio 2017.
- BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Belo Horizonte. Lei nº 10.645, de 6º de agosto de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2014 e dá outras providências. **Prefeitura de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, 06 de ago. 2013. Disponível em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo> > . Acesso em: 08 jan. 2018.
- BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Belo Horizonte. Lei nº 10.745, de 1º de agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2015 e dá outras providências. **Prefeitura de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, 01 de ago. 2014. Disponível em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo> > . Acesso em: 08 jan. 2018.
- BELO HORIZONTE (MG). Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação. Lei Municipal nº. 10.690, de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG para o quadriênio 2014-2017. **Prefeitura de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, 27 dez. 2013. Disponível em: < http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=contaspublicas&tax=36659&lang=pt_BR&pg=6420&taxp=0& > . Acesso em: 05 jan. 2018.
- BELO HORIZONTE (MG). Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação. **Manual de elaboração da proposta orçamentária para 2016 e revisão do plano plurianual de ação governamental: PPAG 2016-2017**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal Adjunta de Orçamento, 2015. 236p. Disponível em: < Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estru>

tura-de-governo/planejamento/

SUPLOR/Diretoria%20Central%20de%20Coordena%C3%A7%C3%A3o%20do%20Or%C3%A7amento/MANUAIS%20LOA/2016_manual_de_elaboracao_proposta_orcamentaria_PPAG_2016-2017.pdf > . Acesso em: 28 fev. 2018.

BELO HORIZONTE (MG). **Programa Academias a céu aberto**. Disponível em:

< <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEducao.do?method=DetalheArtigo&pk=110583> > . Acesso em: 10 de set. 2018.

BRAMANTE, A. C.; PINA, L. W. **Formação em programas sociais: PELC e Vida Saudável**. Belo Horizonte: Ministério do Esporte; Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. (Educação à Distância – EaD)

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Tecnoprint, 1988.

BRASIL. Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico**, Brasília, 11 ago. 2001. Disponível em:

< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm > . Acesso em: 23 jan. 2019.

EMPRESA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE. **Pedala BH**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2018. Disponível em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/informacoes/transportes/bicicletas/pedala-bh> > . Acesso em: 23 fev. 2019.

LINHALES, M. A. *et al.* Esporte e lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas? In:

ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Orgs.). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p.13-57.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MELO, M. P. de. A Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte no Rio de Janeiro: um debate sobre a relação lazer, esporte e escola. **Movimento**, Porto Alegre, v.11, n.3, p.89-106, set./dez. 2005.

MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p.136-163.

REIS, L. J. de.; STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas para o lazer: pontos de vista de alguns teóricos do lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v.11, n.2, ago. 2008.

SILVA, Luiz Fernando da. **Gestão escolar e o programa BH Metas e Resultados: há espaços para a participação da comunidade escolar?** 2016. 280p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J. de; MARCHI JUNIOR, W. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, Porto Alegre, v.17, n.3, p.233-251, jul./set. 2011.

STTIGER, M. P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesos e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: “são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?”. **Motrivivência**, Florianópolis, v.10, n.11, p.83-96, jul. 1998.

TEXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas**. Bahia: AATR, 2000.

WAMPLER, B. Orçamento Participativo: uma explicação para as amplas variações nos resultados. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003. p.53-81.

MINI CURRÍCULO DOS AUTORES:

Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva – UFMG

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012). Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (2007). Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Atualmente é professor da graduação e pós-graduação na UFMG. É vice-diretor do Centro Esportivo Universitário da UFMG e tutor do PET –Programa de Educação Tutorial –Educação Física e Lazer. É professor responsável NEOPOLIS/UFMG (Grupo de Estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer).

Ms. Brisa de Assis Pereira

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer pela UFMG. Bacharel em Educação Física pela UFMG. Integrante do Grupo de Estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer – NEOPOLIS. Atualmente trabalha na Associação de Cultura, Esporte e Lazer Movimenta Brasil onde desempenha a função de Coordenadora Técnico-pedagógica de projetos sociais. Possui como enfoque de estudo Políticas Públicas, Universidades Públicas, Gestão Esportiva e Colônias de Férias Temáticas.

Ms. Ludmila Miranda Sartori

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer pela UFMG (2017). Graduada em Educação Física pela UFMG. Integrante do Integrante do Grupo de Estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer – NEOPOLIS. Durante a graduação atuou como bolsista no PET Educação Física e Lazer, no Projeto Educação Física para a Terceira Idade e cursou um ano da graduação em Leeds Beckett University através do programa Ciências Sem Fronteiras. Tem como enfoque de pesquisa questões que envolvem o lazer e a cidade.

Ms. Natascha Stephanie Nunes Abade

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer pela UFMG. Especialização em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência pela UFJF. Licenciada em Educação Física pelo Centro Universitário Claretiano. Bacharel em Educação Física pela UFMG. Integrante do Grupo de Estudos de Sociologia, Pedagogia do Esporte e do Lazer (GESPEL). Possui como enfoque de pesquisa: Educação Física e Lazer, Práticas Corporais e Saúde, Políticas Públicas, Deficiência e Colônia de Férias Temáticas.

10.

BOLSISTAS DO CENTRO DE MINAS GERAIS: A EXPERIÊNCIA ENRIQUECEDORA DE CINCO ESTUDANTES

Gabriele Álvares Silva
Ana Carolina Alves de Oliveira
Frederico Prado da Silveira
Camila Evelin Roque
Glauce Teixeira Alves

Nos capítulos anteriores, foi abordado, de uma maneira abrangente e bem detalhada, o Centro de Minas Gerais da Rede CEDES e suas principais funções e colaborações no meio social e acadêmico. Mas, é oportuno, ainda, ressaltar que, uma gama considerável do trabalho desenvolvido no Centro de Minas Gerais tem seu apoio e difusão amparados através das atividades dos bolsistas de iniciação científica que atuam juntamente com os coordenadores e pesquisadores. Desta forma, este capítulo tem como objetivo apresentar a perspectiva, as funções e as experiências dos bolsistas do Centro de Minas Gerais e a contribuição mútua dessa atuação para a formação acadêmica, humana e profissional dos envolvidos.

Com uma longa trajetória, que já soma mais de 16 anos de existência, a Rede CEDES se destaca pelo movimento realizado para valorizar as políticas públicas de esporte e lazer. E, ao expandir sua atuação para os 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, uma enorme porta de aprendizado foi aberta. Os centros, espalhados nas cinco regiões do país, são uma oportunidade de integração entre os projetos desenvolvidos sobre o tema e possibilitam o intercâmbio de conhecimentos entre professores, estudantes, pesquisadores e a população de uma maneira geral. Além disto, a Rede CEDES hoje possui números significativos que conotam sua implantação.

É de se demonstrar, ainda, que a Rede CEDES tem como objetivo produzir e compartilhar conhecimentos fundamentados nas humanidades, contribuindo em desenvolvimento e qualificação de políticas públicas e projetos

de esporte e lazer no país, o que permite o envolvimento dos bolsistas em temas com relevância social e que fazem parte de uma necessidade decisiva, no caso, para a população brasileira. Ao abrir espaço para que bolsistas atuem lado a lado de profissionais experientes e com vasto conhecimento na área, os centros da Rede CEDES possibilitam e contribuem para uma formação mais qualificada e aprimorada dos discentes de graduação espalhados pelo Brasil, além de permitir a interação mais próxima com o desenvolvimento de pesquisas.

Ao inaugurar um Centro de Desenvolvimento em Minas Gerais, fato que se vincula ao interesse do estado pelo conhecimento em políticas públicas de esporte e lazer, manifesto desde a criação da Rede, uma grande oportunidade foi criada para os estudantes do estado e profissionais da área.

O Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer de Minas Gerais realiza muito bem este papel. A possibilidade de integrar uma equipe multidisciplinar e com grande relevância na área traz contribuições significativas para a trajetória acadêmica, profissional e pessoal dos bolsistas.

O Centro de Minas Gerais é uma iniciativa extremamente sagaz e fortemente marcada pelo aprimoramento e desenvolvimento das mais diversas políticas públicas no âmbito do esporte e lazer. E o conhecimento e resultados aqui produzidos são disponibilizados para o acesso de todos, seja por meio das redes sociais, do Repositório Vitor Marinho, do *site* ou de livros publicados pelos grupos de pesquisa que o compõe.

É fato que, o envolvimento em um projeto desta magnitude se tornou uma experiência de crescimento enriquecedora para todos os envolvidos. Mas, em especial, nós enquanto bolsistas, que percebemos claramente a nossa evolução dentro do projeto, além da dedicação e do acolhimento com o qual fomos recebidos.

O Centro de Minas Gerais, como já descrito anteriormente, visa estabelecer uma rede de conexões e saberes entre as Instituições de Ensino Superior e grupos de estudos mineiros. Assim, a possibilidade de contato com grupos de outras instituições, como a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), revela uma possibilidade de intercâmbio entre as mais diversas pesquisas e ideias desenvolvidas no estado em relação ao esporte e lazer.

Todo o trabalho desenvolvido pelo Centro de Minas Gerais foi apoiado por quatro bolsistas de iniciação científica e uma voluntária: Frederico Prado da Silveira e Ana Carolina Alves de Oliveira, estudantes de Educação Física, Gabriele Álvares Silva, estudante de Jornalismo, Camila Evelin Roque e Glauce Teixeira Alves, estudantes de biblioteconomia, todos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Neste sentido, é interessante, ainda, destacar que a integração de diferentes cursos envolvidos nas ações desenvolvidas pelo Centro mostra a importância dos temas abordados para as diversas áreas do conhecimento. O esporte e o lazer não passam apenas pela Educação Física, como é comum se pensar, mas, sim, pelas mais diversas áreas do conhecimento, e com o Jornalismo e a Biblioteconomia não seria diferente. Além disto, os interesses pessoais e das relações estabelecidas no dia a dia pelos bolsistas com os temas, contribuíram para que esta interação entre as áreas fosse ainda mais enriquecedora, resultando em um trabalho conjunto com grandes resultados.

O trabalho desenvolvido pelos bolsistas consistia em auxiliar na coordenação e facilitação das atividades realizadas nos grupos de pesquisa em Educação Física e Lazer, de maneira tal a proporcionar maior interface em tais grupos. As funções práticas consistiam em organizar reuniões, compilar os feitos dos grupos, divulgar os trabalhos, trabalhar juntamente aos professores coordenadores na realização de eventos que promovessem ainda mais as pesquisas, tais como seminários e a normalização e edição de livros publicados pelo Centro MG. E ainda, realização de relatórios e de *feedbacks* às entidades competentes. Todas estas atribuições são aprofundadas a seguir.

O trabalho dos bolsistas

Entre as ações realizadas pelos bolsistas, podemos salientar: a participação em reuniões com os coordenadores e toda a equipe do Centro MG, auxiliando, desta maneira, nas demandas e colaborando para uma dinâmica de trabalho agregadora. Neste ponto, é válido evidenciar que essa interação durante as reuniões contribuiu para a evolução dos bolsistas, sob a perspectiva do trabalho em equipe e também de organização, além das atribuições que requerem um alto nível de dedicação e responsabilidade. A construção de diálogos e saberes em tais ações e situações auxiliaram neste ofício dos bolsistas e o envolvimento se estabeleceu de maneira decisiva.

Outra atividade de fundamental importância foi a de produção e divulgação de boletins. Tais ferramentas são forma essencial de divulgação dos conhecimentos produzidos nos grupos de pesquisa e no Centro de Minas Gerais como um todo, além de levar os esforços e avanços alcançados para a população em geral. A produção deste material foi especial porque passou por uma interação profunda com cada um dos grupos do Centro de Minas Gerais e permitiu mostrar o trabalho e a evolução dos grupos ao longo do tempo.

Além disto, outra contribuição imprescindível para nossa formação foi a organização e participação dos seminários realizados em 2017 e 2018 e que tiveram como temas: “Perspectivas sobre as Políticas Públicas de Financiamento de Pesquisas sobre Esporte e Lazer no Brasil” e “Legislação Esportiva Brasileira: a Nova Lei Geral do Esporte”. Além de criar *network* com outros profissionais da área, conhecer e trabalhar na produção de um evento permite visualizar os bastidores de atividades muitas vezes desconhecidos pelo público geral. A responsabilidade, a organização e a disciplina são fatores indispensáveis neste cenário, algo que conseguimos colocar em prática para atingir o melhor resultado possível. Devemos destacar, ainda, a confiança que o Centro de Minas Gerais, de uma forma geral, depositou no nosso trabalho, algo que nos deu mais tranquilidade e segurança para o bom desempenho das atividades.

A atualização do Repositório Institucional Vitor Marinho (RIVM), onde são divulgadas as produções do Centro MG e temas correlatos, também foi mais uma das atividades realizadas pelos bolsistas do Centro de Minas Gerais. O Repositório é uma ferramenta criada para organizar e disponibilizar informações e conhecimentos produzidos no âmbito da Rede CEDES. A movimentação do RIVM é feita de maneira colaborativa, com acesso aberto, e possibilita a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer ao disponibilizar os mais diversos conteúdos produzidos pela Rede. A possibilidade de socializar conteúdos através de um repositório bem estruturado contribui de maneira significativa para que mais pessoas tenham acesso aos conhecimentos que são desenvolvidos na área acadêmica, além de permitir que nós, enquanto estudantes, tenhamos uma fonte valiosíssima de pesquisa e informação.

A criação do *site* e manutenção das redes sociais teve grande relação com as mídias sociais presentes no cotidiano da população de uma forma em geral, através da divulgação e compartilhamento de ações do Centro MG. Podemos exemplificar: a confecção do *website* do Centro MG, através da plataforma *Wix*, além do *Facebook* e *Instagram*, todos criados para colaborar com a expansão do Centro MG. Em tais redes, temos como evidência: a divulgação dos boletins, eventos, apresentação dos membros, novidades dos grupos parceiros e atualizações sobre as atividades desenvolvidas pelo Centro.

Visando a comunicação dos resultados de pesquisas obtidos pelos grupos integrantes do Centro, foi proposta também a publicação deste livro colaborativo. Este foi mais um campo para a atuação dos bolsistas, que foram responsáveis pela reunião dos capítulos e por sua normalização.

Impressões particulares

É necessário frisar que, por mais que a experiência tenha sido igualmente relevante para todos os bolsistas, cada um tem a sua visão particular sobre o Centro MG e as atividades que desenvolveu ao longo desta trajetória. Por isto, cada um será apresentado abaixo e realizará uma breve descrição sobre um pouco de tudo que vivenciou e aprendeu dentro do Centro de Minas Gerais da Rede CEDES.

A equipe de bolsistas foi composta pelos seguintes estudantes:

1. Gabriele Álvares Silva, de 22 anos, estudante de Jornalismo, bolsista entre março de 2017 e abril de 2018, e que acompanhou os passos iniciais do crescimento do Centro MG e participou de grandes conquistas junto a toda a equipe, dedicada em sempre fazer com que o Centro crescesse.

As principais atribuições desenvolvidas se referem à parte comunicacional do Centro de Minas Gerais, através da divulgação de informações, confecção de boletins, atualização das redes sociais, produção da placa de identificação, organização de eventos, entre outras demandas, além da interação com todos os grupos de pesquisas que compõem o Centro. Apesar destas serem as principais atribuições, o trabalho geral é feito de forma integrada, de modo que todos os bolsistas prestam apoio em todas as áreas e tarefas.

É curioso realçar que todo este período como bolsista de iniciação científica do Centro de Minas Gerais trouxe inúmeras contribuições para minha trajetória. Integrar um projeto como este mostra a necessidade de nos preocuparmos cada dia mais com nosso lazer, que se reflete na qualidade da vida que levamos. O esporte e o lazer são fundamentais na nossa sociedade e desenvolver pesquisas sobre esses temas é extremamente necessário. São dois pontos que sempre me chamaram atenção e que me despertam muito interesse. E, ao participar da equipe do Centro de Minas Gerais, pude me aproximar ainda mais deles e acompanhar de perto as mais variadas pesquisas que englobam as políticas públicas para essas áreas. Os aprendizados adquiridos nesta caminhada são imensuráveis e poder ver o desenvolvimento e crescimento do Centro foi algo muito satisfatório. Foi uma experiência que trouxe ensinamentos que carrego comigo sempre e que me mostrou que, com dedicação e responsabilidade, podemos alcançar os resultados que desejamos.

2. Ana Carolina Alves de Oliveira, 29 anos, profissional de Educação Física, enquanto bolsista, ainda era estudante no período de abril de 2017 a junho de 2018. Igualmente aos demais bolsistas, teve participação ativa nas realizações do Centro e seus desdobramentos.

Durante o período de trabalho junto ao Centro, colaborei, principalmente, com a comunicação com os grupos, com monitoria dos *e-mails*, preenchimentos de documentos pertinentes à elaboração de eventos, bem como contato com palestrantes, elaboração de listas de presentes, pesquisas de qualidade e satisfação, materiais de apresentações nas reuniões semestrais do grupo, dentre outras atividades conjuntas com os demais bolsistas (apoio, mediações e organizações durante os eventos – seminários e palestras).

Hoje, enquanto profissional, percebo o quanto minha passagem pelo Centro contribuiu sobremaneira a minha formação. A vertente de gestão e execução de atividades de pesquisa na Educação Física e Lazer nos proporciona uma visão excelente do panorama atual da profissão na área e todas as mazelas ainda existentes. Assim, conseguimos ser mais analíticos e críticos da nossa profissão nesses setores bem como desenvolvemos uma postura cidadã atuante no meio sócio-profissional do qual pertencemos.

3. Frederico Prado da Silveira, de 27 anos, estudante de Educação Física, bolsista entre o final de abril de 2017 e maio de 2019, participou e colaborou com os principais eventos e conquistas do Centro. Buscou sempre resolver os problemas que surgissem no Centro, de maneira presencial, como por exemplo, distribuições dos livros dos grupos parceiros ou a realização de orçamentos para o centro. Já que o Centro MG se encontra localizado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

Penso que, com o ofício no Centro, consegui contemplar tanto a minha formação profissional quanto humana através das demandas que surgiram durante tal percurso. Os diálogos com os coordenadores e colegas bolsistas me agregaram não só conhecimento para área de políticas públicas na qual eu possuía pouco intelecto mas, principalmente, na minha visão crítica enquanto profissional no que tange a área de Educação Física, Lazer e o Esporte. É certo que, tal bagagem e vivência adquirida será utilizada na atuação como profissional de Educação Física.

4. Camila Evelin Roque, de 22 anos, estudante de Biblioteconomia, bolsista entre janeiro e maio de 2019, tendo sido parte do processo de encerramento do Centro.

A minha trajetória com o Centro MG foi, justamente, em sua etapa final, de encerramento de atividades. Foi um trabalho muito mais orientado para o agrupamento de resultados e sua divulgação. Neste sentido, trabalhei juntamente com outro bolsista e voluntária para a publicação e normalização deste livro, confecção dos boletins e atualização do conteúdo disponibilizado no *site*.

Esta oportunidade também foi importante porque tive contato com a área do Esporte e Lazer, sobre a qual eu nunca havia estudado e que me é tão cara no meu dia a dia. Conheci diversos pesquisadores e a literatura da área, possibilitando uma nova visão, sobretudo do lazer, muito mais crítica e preocupada com as políticas públicas voltadas para o tema. Além disto, meu trabalho na Rede CEDES está diretamente relacionado a uma das áreas de atuação do profissional bibliotecário, a editoração. Assim, além de todo o conhecimento científico adquirido, posso afirmar que a Rede CEDES contribuiu para a minha formação ao me propiciar experiências inéditas com normalização e editoração.

5. Glauce Teixeira Alves, de 34 anos, estudante de Biblioteconomia, voluntária entre janeiro e maio de 2019, tendo sido parte do processo de encerramento do Centro.

Participar da etapa final do projeto proporcionou contato com o processo de editoração de publicações, fase pertinente ao profissional bibliotecário. Pude, assim, desenvolver habilidades que agregam à minha formação.

No tocante a normalização, foi possível aplicar regras estudadas durante todo nosso percurso acadêmico, dentro da especificidade do projeto, dando importância à necessidade da padronização de uma estrutura textual, à aplicação das normas, principalmente entre publicações acadêmicas que exigem que suas peculiaridades sejam respeitadas.

A interdisciplinaridade entre a Biblioteconomia e o Centro MG nos permite um grande avanço na práxis como pesquisadores, pois podemos, assim, convergir metodologias diversas para um objetivo comum, a conclusão deste projeto.

Avaliação final

Ao tratar de temas cotidianos partícipes da qualidade de vida das pessoas, as pesquisas e ações desenvolvidas possibilitam mergulhar e compreender o universo acadêmico e as lógicas de produção de conhecimento, permitindo progressiva inerência às políticas públicas de esporte e lazer.

Ao se trabalhar com um tema tão sensível e tão presente, abre-se portas para a integração entre cursos diferentes, expandindo as discussões, muitas vezes concentradas na Educação Física, para outras áreas de conhecimento. Esporte e lazer são parte do todo social e devem ser assim entendidos.

Portanto, cabe ressaltar que, atuar como bolsista em um projeto tão pertinente ao que se propõe quanto este, ocasiona um crescimento relevante, que transmite uma sensação de aproveitamento do tempo e das oportunidades dentro da Universidade da melhor maneira possível, procurando sempre retribuir à sociedade o investimento feito na educação superior gratuita.

Além disto, o contato direto com as pesquisas desenvolvidas abre vertentes de continuidade acadêmica, fomentando o interesse em permanecer na universidade vinculado a produção do saber com pesquisas na área. A formação dos bolsistas, mesmo as que não enveredam para a continuidade nas pós-graduações, torna-se mais holística, formando pessoas mais críticas e profissionais sagazes para as áreas em questão.

O saldo final de toda essa trajetória não poderia ser outro. Enquanto estudantes de cursos de graduação dentro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), poder participar de um projeto de iniciação científica como esse trouxe ensinamentos diferenciados e que singulariza os envolvidos em sua trajetória profissional. Contemplando tanto a vivência na parte da pesquisa quanto a outra parcela envolvendo a prática, as quais se entrelaçam em ações, diálogos, eventos.

A oportunidade de escrever um resumo para o Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer, decisivamente, teve a sua relevância para apresentarmos brevemente o nosso ofício. E, como conclusão deste grande percurso, a elaboração e escrita de um capítulo para o livro do Centro de Minas Gerais da Rede CEDES onde procuramos sintetizar as nossas ações e realizações. Concluímos, portanto, com uma expressão orgulhosa, essa trajetória que começou em 2016 e que teve como desfecho a construção deste capítulo no ano de 2019, assim encerrando (formalmente) a nossa relação com tal projeto. Mas, os conhecimentos e experiências adquiridos nesta caminhada fazem parte do nosso crescimento pessoal, acadêmico e profissional e estarão sempre presentes nos caminhos que iremos trilhar daqui pra frente.

Esse capítulo foi orgulhosamente escrito em conjunto por Gabriele Álvares, Frederico Prado, Ana Carolina Alves, Glauce Teixeira e Camila Roque, como forma de expressar o nosso agradecimento por todos os conhecimentos que adquirimos durante esses anos em contato com o Centro de Minas Gerais da Rede CEDES.

MINI CURRÍCULO DOS AUTORES:

Gabriele Álvares Silva – Graduanda em jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista do Centro MG da Rede CEDES entre 2017 e 2018. Atualmente é estagiária na Rádio BandNews FM.

E-mail: gabrielealvares31@gmail.com

Ana Carolina Alves de Oliveira – Graduada em Educação Física e Filosofia ambos Bacharelados pela Universidade Federal de Minas Gerais e Pós-graduanda em Musculação, também pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista do Centro MG da Rede CEDES entre 2017 e 2018. Atualmente, Professora de Musculação da Rede SmartFit de academias, professora de lutas, personal trainer, consultora, avaliadora e preparadora física. CREF: 037588-G/MG.

E-mail: carol-treinopersonal@hotmail.com

Frederico Prado da Silveira – Graduado em Educação Física – Licenciatura pela Universidade Federal de Minas Gerais e Graduando em Educação Física – Bacharelado. Bolsista do Centro MG da Rede CEDES entre 2017 e 2019. Atualmente, é estagiário na academia Club Fitness.

E-mail: fred_bh15@gmail.com

Camila Evelin Roque – Graduanda no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista no Centro MG da Rede CEDES. Estagiária na Biblioteca Comunitária Machado de Assis, na Vila Ponta Porã.

E-mail: camilaeroque@hotmail.com.br

Glauce Teixeira Alves – Graduanda no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais. Voluntária no Centro MG da Rede CEDES.

E-mail: glauce.t.alves@gmail.com

UF *m* G

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

programa

rede
cedes



SECRETARIA ESPECIAL DO
ESPORTE

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

